



28

revistacpc

2º semestre de 2019
ISSN 1980-4466

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 28, 2. semestre 2019.

Semestral
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC.

CDD 025.8

Editora

Martha Marandino – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Comissão Editorial

Beatriz Mugayar Kühl – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Diana Golçalves Vidal – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Gabriel de Andrade Fernandes – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Simone Scifoni – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Conselho Consultivo

Adilson Avansi de Abreu – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Ascensión Hernández Martínez – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, Espanha
Beatriz Coelho – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Gabriela Lee Alardín – Universidad Iberoamericana Ciudad de México, Cidade do México, México
Leonardo Castriota – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Maria Beatriz Borba Florenzano – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Maria Inez Turazzi – Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, Distrito Federal, Brasil
Marta Catarino Lourenço – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
Regina Andrade Tirello – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
Rosina Trevisan M. Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Sílvia Wolff – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil
Walter Pires – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil

Editora Executiva

Ana Célia de Moura

Revisão

Tikinet Edições Ltda

Projeto Gráfico

HAY Arquitetura e Design

Diagramação

Acacia Cultural

Universidade de São Paulo

Vahan Agopyan, Reitor
Antonio Carlos Hernandez, Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Pró-Reitora
Margarida Maria Krohling Kunsch, Pró-Reitora Adjunta

Centro de Preservação Cultural

Martha Marandino, Diretora
Simone Scifoni, Vice-Diretora

Endereço

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil
Tel + 55 11 2648 1511
revistacpc@usp.br
www.facebook.com/revistacpc
www.usp.br/cpc

REVISTA CPC

Volume 14

Número 28

2. semestre/2019

São Paulo

ISSN 1980-4466

EDIÇÃO 28 (2019)

A Revista CPC é uma publicação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter científico, configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em: artigos originais; resenhas; notícias e depoimentos. Artigos de autores convidados sobre temas específicos são publicados na sessão Dossiê, ou como Edição Especial. A Revista CPC conta com Comissão Editorial e Conselho Consultivo, composto por especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e internacionais que desenvolvem trabalhos em áreas afins, bem como pareceristas *ad hoc*. Integrante da rede colaborativa LatinRev - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (FLACSO Argentina).

Fontes de indexação: Journals for Free - Diretório de periódicos de acesso livre. Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. LivRe - Revistas de livre acesso (CNEN-MCTIC). Periódicos CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC). REDIB - Rede Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico. EBSCO - Sociology Source Ultimate.

EDIÇÃO 28 (2019)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

EDITORIAL SIMONÉ SCIFONI

5

NOMINATA DE PARECERISTAS

6-7

ARTIGOS

A AMPLIAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO:
A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA AS CIDADES DE
PEQUENO PORTE E COM EXEMPLARES ARQUITETÔNICOS MODESTOS
BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA, CLAUDIA DOS REIS E CUNHA 8-36

TOMBAMENTOS E DEMOLIÇÕES NA AVENIDA PAULISTA NA DÉCADA DE 1980
LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA 37-71

PRESERVAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÃO MODERNISTA: O CASO
DO PRÉDIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA GIANE
DE CAMPOS GRIGOLETTI, MARIA DE LOURDES AFONSO DOS SANTOS, BRUNA
ZAMBONATO 72-107

PRESERVAÇÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA SACRA:
IGREJA MATRIZ DE SÃO JOÃO BATISTA DE BOCAINA-SP, BRASIL
MARIA HELENA GABRIEL, VLADIMIR BENINCASA 108-136

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E SEUS DISPOSITIVOS:
ESQUEMAS DE PERCEPÇÃO E ALGUMAS PRÁTICAS
MARINA SALLOVITZ ZACCHI 137-162

CANJERÊ IBAÔ: O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL,
A COMUNIDADE E AS AFRICANIDADES
ALESSANDRA REGINA GAMA 163-189

EDITORIAL

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p5>

Um dos grandes desafios da produção de conhecimento sobre o campo do patrimônio cultural está em, ao mesmo tempo, desvendar novos temas e abordagens que se anunciam constantemente, como também aprofundar e ampliar o enfoque sobre aqueles problemas e questões recorrentes das políticas públicas de preservação.

Nesse sentido, a Revista CPC, publicação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, tornou-se, ao longo do tempo, um importante lugar de diálogo de saberes para o qual converge a apresentação de pesquisas e reflexões multidisciplinares que buscam enfrentar esses desafios.

Dentre as abordagens que se renovam, a edição atual traz ao debate a importância da participação social na gestão do patrimônio e as possibilidades abertas no reconhecimento do patrimônio imaterial, dando destaque também aos inventários participativos voltados à compreensão e valorização das práticas culturais de matriz africana.

Dentre as questões que já se consagraram no campo, temáticas como os desafios da conservação do patrimônio moderno, a preservação da arquitetura sacra e os conflitos entre tombamento e demolições motivadas pela valorização imobiliária são retomadas aqui pelos autores, trazendo novas contribuições e olhares da história e arquitetura.

A Revista CPC em seus 14 anos de existência espera que as contribuições das pesquisas aqui expostas possam alimentar continuamente a construção do debate coletivo e a formação do pensamento crítico no campo do patrimônio cultural.

Simone Scifoni

Comissão Editorial

NOMINATA DE PARECERISTAS

Aline Vieira de Carvalho, Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, São Paulo, Brasil

André Fontan Kohler, Universidade de São Paulo, São Paulo, São
Paulo, Brasil

Andreia de Oliveira Tourinho, Universidade São Judas Tadeu,
São Paulo, São Paulo, Brasil

Antonio Augusto Arantes Neto, Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, São Paulo, Brasil

Cláudia Rodrigues de Carvalho, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio
de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Clarissa Maria Rosa Gagliardi, Universidade de São Paulo, São Paulo,
São Paulo, Brasil

Cristina Freire, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Cristiane Souza Gonçalves, Universidade de São Paulo, São Paulo,
São Paulo, Brasil

Ethel Leon, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Fernando Diniz Moreira, Universidade Federal de Pernambuco,
Recife, Pernambuco, Brasil

Flávia Brito do Nascimento, Universidade de São Paulo, São Paulo,
São Paulo, Brasil

Flávio de Lemos Carsalade, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Heitor Frúgoli Júnior, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Ivan Fortunato, Instituto Federal de São Paulo, Itapetininga, São Paulo, Brasil

Juliana Mendes Prata, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, São Paulo, Brasil

Karina Toledo Solha, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Marcelo Cardoso de Paiva, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Márcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Mateus Rosada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Mônica Junqueira de Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Nelson Rodrigues Sanjad, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil

Paula Marques Braga, Universidade São Francisco, Campinas, São Paulo, Brasil

Rita de Cássia Francisco, Arquivo Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Sílvio Oksman, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil

Rafael Winter Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

A AMPLIAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO:

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
PARA AS CIDADES DE PEQUENO PORTE E COM
EXEMPLARES ARQUITETÔNICOS MODESTOS

BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,
UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da
Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD-UFU), mestranda em Arquitetura e
Urbanismo pela Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFU.

E-mail: beatrizgoulart@outlook.com

CLAUDIA DOS REIS E CUNHA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,
UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e especialista em História e Cultura pela Universidade Metodista de Piracicaba
(Unimep), mestre e doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo
pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).
Professora doutora na FAUeD-UFU.

E-mail: claudiareis@ufu.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p8-36>

RECEBIDO

29/03/2019

APROVADO

04/12/2019

A AMPLIAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA AS CIDADES DE PEQUENO PORTE E COM EXEMPLARES ARQUITETÔNICOS MODESTOS

BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA, CLAUDIA DOS REIS E CUNHA

RESUMO

Partindo da análise de ampliações no campo da preservação patrimonial, seja nos critérios de escolha dos bens a serem preservados, seja nos valores atribuídos a eles, ou mesmo nos modelos de gestão, busca-se ressaltar algumas questões importantes para as cidades de pequeno porte, especificamente as mais recentes e com exemplares arquitetônicos modestos, ou seja, fora dos padrões tradicionais de patrimônio. Ressalta-se que esses bens, mesmo que não se mostrem monumentais, ou de percepção artística e histórica imediatas, podem ter valor afetivo para a população daquele local, sendo importantes para a sua memória e identidade. Muitas vezes, essas cidades ficam à margem da preservação institucionalizada e, por isso, compreende-se que essa ampliação no campo, principalmente com o desenvolvimento de instrumentos que envolvam a participação da comunidade, pode ser de grande valia para elas. A partir de estudos feitos em Patrocínio Paulista, localizada no interior de São Paulo, cidade que possui as características citadas, paralelamente aos estudos sobre instrumentos que atendam à escala local (tendo a comunidade como agente nesse patrimônio), busca-se discorrer sobre possíveis soluções para as cidades desse porte, considerando seus contextos e demandas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Cidades pequenas. Participação comunitária.

THE EXPANSION OF HERITAGE MANAGEMENT MODELS: THE IMPORTANCE OF COMMUNITY PARTICIPATION FOR SMALL CITIES WITH MODEST ARCHITECTURAL EXAMPLES

BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA, CLAUDIA DOS REIS E CUNHA

ABSTRACT

Starting from the analysis of expansions in the field of heritage preservation, whether in the criteria of choosing the assets to be preserved, the values attributed to them or even in the management models, this article seeks to highlight some important issues for small cities, specifically the most recent, and with modest architectural examples, that is outside the traditional heritage standards. It is noteworthy that these assets, even if they are not monumental, or of immediate artistic and historical perception, can have affective value for the population of that place, and therefore, be important for their memory and identity. Often these cities are on the fringes of institutionalized preservation, and it is therefore understood that this expansion in the countryside, especially with the development of instruments involving community participation, can be of great value to these cities. From studies conducted in Patrocínio Paulista, located in the interior of São Paulo, which has these characteristics mentioned, in parallel with studies on instruments that meet the local scale (with the community as an agent in this heritage), we seek to discuss about possible solutions for cities of this size, considering their contexts and demands.

KEYWORDS

Cultural heritage. Small towns. Community participation.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os conceitos modernos, toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficaram testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção a ter um valor histórico, ou seja, todo acontecimento histórico assevera-se como insubstituível. Porém, como não nos seria possível considerar a massa imensa dos acontecimentos, dos quais foram conservados testemunhos mediatos ou inéditos e cuja quantidade aumenta ao infinito a cada instante, fomos obrigados a limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana (RIEGL, 2014, p.32).

Sabe-se da grande contribuição das reflexões de Alois Riegl para o campo do patrimônio, e mesmo considerando os mais de cem anos que nos separam da publicação de seu *O culto moderno dos monumentos*, de 1903 (RIEGL, 2014), suas ideias continuam sendo uma das as principais bases para as discussões contemporâneas de atribuição de valores ao patrimônio cultural. Na citação que dá início ao artigo, Riegl apresenta, em um primeiro momento, o reconhecimento de que, de alguma forma, tudo que faz parte do passado caracteriza-se como momento histórico, e por isso pode vir a ter importância para determinado grupo ou comunidade, como testemunho da ação humana. Apesar dessa consciência, o autor desenvolve seu pensamento com a questão – bastante discutida ainda

hoje entre os pesquisadores do patrimônio cultural –, de que não se pode (nem é desejável) preservar tudo.

Por diversos motivos, dentre os quais o reconhecimento de que a cidade sobrevive de mudanças e adequações às necessidades contemporâneas, escolhe-se o que conservar, levando em consideração contextos sociais, culturais, históricos, paisagísticos e artísticos, bem como questões de ordem política, econômica ou mesmo prática. Dessa maneira, a cidade pode se adequar à realidade atual, mas levando em consideração referências que carrega do passado.

Essa escolha sobre o que se deve resguardar e, por consequência, descartar, é parte indissociável do ato de preservar. Por isso mesmo a seleção ocorre desde as primeiras ações de preservação do patrimônio, nas quais um agente acaba por determinar, a partir da atribuição de valores, características de objetos ou obras consideradas importantes e que devem ser protegidos, muitas vezes com o discurso de resgatar uma identidade de um público maior.

As primeiras ações de preservação assim feitas no Ocidente, em sua maioria, tiveram a ativação do patrimônio delegada ao Estado¹, na busca de elementos importantes, a partir de critérios definidos pela “monumentalidade, materialidade e ancianidade” do objeto, além de seus valores artísticos, históricos e científicos, principalmente de uma arquitetura de grande escala, excepcional. Tudo isso geralmente vinculado à justificativa de gerar uma identidade ou representatividade de interesse público, como prática social do patrimônio (CHOAY, 2001).

A finalidade também era fazer com que esses monumentos “excepcionais” históricos e artísticos pudessem ser transmitidos às gerações futuras, de forma a fortalecer esse sentimento de nacionalidade.

Essa noção de patrimônio artístico e histórico, tutelado por instituições do Estado, permaneceu calcada na noção de excepcionalidade durante mais de um século. Ainda que se reconheça a importância dessas primeiras ações de salvaguarda, deve-se observar que tal visão do patrimônio o tornava campo de especialistas, pouco ligado às populações e suas memórias.

1. Salvo exceções como a da Inglaterra, posto que lá as Sociedades de Antiquários permanecem como principal ator nas ações de conservação. Modelo implantado também nos Estados Unidos (CHOAY, 2001, p. 146-147).

Porém, interroga-se se esses bens de clara excepcionalidade correspondem e identificam toda população de um país, que possui culturas tão diversificadas. Independente da antiguidade, do estilo arquitetônico, da grandiosidade da construção ou qualquer outra característica, um bem patrimonializado está relacionado ao passado de alguma classe ou porção da sociedade, representa um contexto específico, e que muitas vezes é desconhecido por outras pessoas estranhas àquela classe ou porção da sociedade, o que dificulta o estabelecimento de relações de pertencimento.

De acordo com Zanirato (2018, p. 15), essa abordagem e compreensão do patrimônio se reproduziram em vários países ocidentais ao longo do século XIX, deixando muitas vezes de lado criações populares locais que fazem parte do cotidiano de determinada parcela da sociedade, e que, por não compreender seu papel de agente sobre o bem cultural, deixa também de participar ativamente nos processos de patrimonialização.

2 MODELOS DE GESTÃO E A AMPLIAÇÃO DOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A partir da década de 1960 percebe-se que o patrimônio passa pelo que Choay (2001, p. 207) chamará de metamorfose quantitativa. A autora se refere não só à ampliação do alcance das práticas patrimoniais, que se estendem à quase totalidade do globo terrestre, mas também aos objetos que passam a integrar um imenso *corpus* patrimonial, variado em tipologias, idades e localização.

Além da expansão geográfica e da consideração de outros períodos históricos nos processos de patrimonialização, Choay (2001) aponta também a expansão tipológica, em que “um mundo de edifícios modestos, nem memoráveis nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por novas disciplinas, como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas e arqueologia medieval, foram integradas no corpus patrimonial” (CHOAY, 2001, p. 209).

Muitos autores abordam os efeitos perversos dessa ampliação no campo patrimonial², criticando principalmente essa distorção da consagração e preservação do bem a uma finalidade lucrativa. A própria

2. Pode-se encontrar análises críticas sobre o assunto em: Arantes (1996), Fonseca (1997), Lemos (2000, p. 30) e Rodrigues (1996).

Choay faz considerações sobre o deslocamento de “culto à indústria”, ou seja, a preservação que antes tinha como objeto principal o monumento, passa a considerar cada vez mais novos bens – o que não é um problema em si, mas que muitas vezes tem, nos processos de consagração destes, interesses maiores, vinculados à uma “indústria do patrimônio” (CHOAY, 2001, p. 225). Destaca-se aqui, porém, que, apesar dos efeitos negativos, a consideração de novos patrimônios, atores e localidades abriu espaço para culturas antes negligenciadas.

Esse processo de ampliação no campo do patrimônio é percebido em vários documentos internacionais, da *Carta de Atenas* à *Carta de Veneza*, entretanto, notam-se algumas contradições ainda nas próprias convenções do que deveria ou não ser protegido e se realmente seria praticado (o que ainda pode ser observado nas políticas de preservação). Nesse caso, ressalta-se que enquanto a *Carta de Veneza*, de 1964, abria espaço para a importância de se considerar patrimônios modestos, a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, ainda abordava a monumentalidade e o valor excepcional como imprescindíveis.

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às *obras modestas*, que tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 2001, p. 1, grifo nosso).

Artigo 1º – Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural: Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura *monumentais*, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com *valor universal excepcional* do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm *valor universal excepcional* do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um *valor universal excepcional* do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2, grifo nosso).

Apesar disso, a ampliação do conceito de patrimônio é fato consumado e, à medida que novos bens são enquadrados nele, assim como novos

grupos passam a fazer parte do processo de patrimonialização, diferentes instrumentos e modelos de gestão são criados para atender essas demandas.

Alguns autores classificam esses modelos justamente de acordo com o período considerado, os novos locais e os novos atores envolvidos. Dentre eles, Starling (2012), que toma por base a divisão já feita por Leonardo Castriota (2009), definindo os modelos da seguinte maneira: a) “tradicional ou de preservação”; b) “conservação integrada”; c) “reabilitação urbana”. A esses três, Starling acrescenta um quarto modelo, definido como “governança deliberativa”. Essas definições partem da articulação de variáveis, como objeto e atores considerados: a comunidade, os profissionais envolvidos, quem se beneficiará, as atividades desenvolvidas, dentre outros.

Observa-se que há uma pluralização tanto de tipos de bens considerados patrimônio quanto de agentes desse patrimônio, de acordo com as próprias nomenclaturas e variáveis que se articulam para formá-los. Num primeiro momento, a patrimonialização restringe-se aos bens de “cultura erudita”, sempre materiais e parte de fatos memoráveis da história, tendo o Estado como principal protagonista das ações preservacionistas e um uso muito restrito. Num segundo momento, avança para o modelo definido por Starling como “governança deliberativa”³, em formulação desde os movimentos sociais urbanos dos anos 1960 e 1970 no continente europeu e na América do Norte, que se caracteriza pela busca da democratização da gestão, ou seja, pela participação cidadã, descentralização do poder e valorização da política local.

Nesse contexto, o patrimônio passa a ser percebido a partir de uma visão ampliada que inclui “o tecido urbano, as edificações, os espaços de convivência, os sítios paisagísticos e os valores simbólicos e imateriais que têm por referência as dinâmicas sociais e culturais das localidades” (STARLING, 2012, p. 101), visando as práticas de interação entre os cidadãos e os atores públicos e privados.

Essas classificações são feitas a partir da análise de características predominantes nas políticas de preservação do patrimônio, feitas de acordo

3. Essa nomenclatura surge a partir de um termo originário da área da administração pública, já aplicado para várias instâncias, assim como passou a ser considerado também na área do patrimônio. Ver mais sobre a aplicação da gestão participativa no planejamento urbano em Coelho e d'Oliveira (2016).

com períodos específicos, que podem ser notadas na maioria dos países, principalmente no contexto europeu, mas que muito influenciam outras localidades, mesmo que de maneira tardia.

3 A AMPLIAÇÃO DA ABORDAGEM DO PATRIMÔNIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil as práticas patrimoniais seguiram o caminho europeu (francês, mais especificamente) e em suas primeiras ações, tradicionalmente, privilegiaram os bens imóveis de caráter monumental, associados ao culto da Nação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴ (Iphan), órgão de preservação nacional criado a partir do Decreto-Lei nº 25, de 1937, surgiu em um contexto bastante peculiar – a ditadura do Estado Novo e a forte marca dos intelectuais modernistas –, artífice dessa nova política de Estado. Com a intenção de considerar a arquitetura moderna do país continuação natural de uma tipologia com características nacionais específicas, muito se voltou para os bens do período colonial, principalmente o barroco, sobretudo os bens de excepcional valor artístico e histórico (RUBINO, 1991).

Em seu artigo “A pesquisa no Iphan: conhecimento, legitimidade e ação política”, Márcia Chuva (2015) ressalta a ampliação das pesquisas feitas pelo Iphan, que permanece como principal referência no campo da preservação no Brasil, a partir de dois paradigmas que segundo ela orientaram a escolha dos bens a serem preservados. O primeiro, que estruturou as principais ações do órgão desde sua criação pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, até a década de 1980, era pautado pela ideia de valor intrínseco aos bens, “como obras de arte”, e de que tal valor deveria tornar-se visível por especialistas. Ou seja, de acordo com critérios ancorados em saberes legitimados pela história da arte, história, arquitetura, dentre outros, atestava-se à Nação quais bens constituíam sua identidade e memória.

4. Ao longo de seus pouco mais de 80 anos de existência, o Iphan sofreu diversas alterações dentro da estrutura burocrática federal, o que acarretou mudanças na figura jurídica e no nome do órgão. Em 1946 o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi transformado em Diretoria, sob a sigla DPHAN; em 1970 transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), passando a Secretaria em 1979, novamente com a sigla SPHAN; A partir de 1981, mesmo mantendo a sigla, a instituição se tornou Subsecretaria, e, em 1990, transformou-se em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), voltando a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1994, sua designação atual.

A partir da segunda metade do século XX, diante de uma sociedade globalizada, atenta às necessidades contemporâneas, começam a surgir diversas noções capazes de ampliar o entendimento dos processos de patrimonialização, podendo-se notar o segundo paradigma tratado por Márcia Chuva (2015). Principalmente tratando-se da escala nacional, há um deslocamento da ideia de valor intrínseco ao bem e apenas “desvendado” pelo especialista para uma ideia de que os bens deveriam ser valorizados a partir dos sentidos a ele atribuídos pelos “legítimos usuários” (CHUVA, 2015 p. 12), sendo, então, o papel do especialista oferecer uma interpretação (a partir do diálogo) dessa relação entre bens e usuários.

Nesse período, tratando-se do contexto nacional, é introduzida pelo próprio Iphan a noção de “referência cultural”, que, de modo geral, expõe a importância de considerar novas questões nas ações de patrimonialização, como os valores atribuídos aos bens, quem lhes atribui, de qual maneira, e para o interesse de quem, entendendo que os bens podem ser referências para grupos específicos, deslocando a atividade vista como apenas técnica para ser abordada como social e política (LONDRES, 2000).

Quando se fala em *referências culturais*, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2001, p. 112).

Além desse alargamento do que considerar bem cultural a ser preservado, a partir de noções como as de referências culturais, há um ganho em relação à participação de comunidades que ficavam à margem das políticas de preservação, as quais passam a ser ouvidas e a fazer parte dos processos. No Brasil, essa questão da participação culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual se consagrou uma noção abrangente de patrimônio cultural, indicando as responsabilidades solidárias entre os vários entes estatais e a sociedade civil na defesa e promoção das ações preservacionistas.

De maneira geral, a Constituição passou a abordar de forma clara a descentralização das administrações públicas, dando maior importância

para autonomia dos municípios, incentivando a formação de conselhos locais e, com isso, os processos democráticos no país.

[...] a competência da política urbana transmitida ao município pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) fez com que a política de proteção do patrimônio cultural, além de uma política cultural, também se apresentasse como uma política urbana, portanto, necessariamente significativa para a função social da cidade e da propriedade urbana, devendo ser gerida segundo uma gestão democrática e órgãos colegiados (SALLES; AZEVEDO, 2013, p. 151).

Ao tratarem dos conselhos municipais, mais especificamente os de preservação do patrimônio, Salles e Azevedo (2013) fazem considerações muito pertinentes a este trabalho, apontando questões positivas em relação à participação da comunidade nos conselhos municipais, como:

- o levantamento das demandas e prioridades da população em relação ao seu local de vivência, deixando de ser uma atividade exclusivamente de técnicos (que podem não ser daquela cidade);
- maior fiscalização pelo conselho em relação às decisões tomadas pelo Poder Executivo e, com isso, também uma maior interação entre a sociedade e o poder público; e
- a questão de que, dentre outros tantos pontos, se estimulado pelo poder público e pela própria comunidade que participa do conselho, este pode se revelar eficiente, com resultados a curto, médio e longo prazo para a gestão do patrimônio local.

Justamente em relação ao modelo de gestão abordado por Starling (2012) como “governança deliberativa”, Salles e Azevedo (2013) tratam os conselhos municipais como “governança democrática”, em que há uma relação entre Estado e sociedade nas tomadas de decisão, gerenciamento e acompanhamento das atividades de salvaguarda a serem realizadas.

Os conselhos municipais focam a sua atuação na reivindicação da inclusão de novos atores no processo de participação e na demanda pela inserção de novos temas na agenda política. A democratização desse processo possibilita que temas como proteção do Patrimônio Cultural, que não possui um grande apelo coletivo, como saúde e educação, possam dispor de um espaço de debate público (SALLES; AZEVEDO, 2013, p. 158).

Como os conselhos são geralmente compostos paritariamente entre representantes do poder público e da comunidade, muitas vezes há problemas relacionados a representação de interesses. Porém, deve-se ressaltar neste trabalho uma experiência de estímulo à criação de conselhos municipais de preservação patrimonial de clara relevância, praticada no estado de Minas Gerais pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) com recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – mais especificamente o ICMS Cultural –, a qual, apesar de apresentar necessidade de revisão após alguns anos de implementação, é uma aplicação de extrema importância nesse contexto e pode servir de referência para estudos específicos como este.

A partir da Lei Estadual nº 12.040, de 1995, 75% do que é arrecadado pelo ICMS é direcionado ao Estado e 25% é distribuído aos municípios, segundo 13 critérios, sendo um deles o de patrimônio cultural, com 1% do arrecadado. Essa lei ficou popularmente conhecida como Lei Robin Hood, pois distribui todo o recurso do Estado pelos municípios a partir de quesitos que não se resumem ao valor que arrecadam, ou seja, não são somente as cidades mais ricas que têm possibilidade de angariar recursos, como era até então.

Para a participação no critério do patrimônio cultural, uma das exigências principais é justamente a criação de um órgão municipal de preservação do patrimônio e os municípios que têm interesse em fazer parte dessa distribuição de recursos devem organizar representantes do poder público e da comunidade, além de implementar ações de preservação que pontuem de acordo com a nota estabelecida pelo Iepha⁵.

Este sistema é composto por um Conselho Municipal de Patrimônio onde têm assento os principais atores locais: um setor técnico dentro da estrutura administrativa municipal, que deverá ser composto por especialistas em patrimônio cultural; e o arcabouço jurídico que legitima todo o processo (RANGEL, 2008, p. 47).

5. O cálculo do valor a ser arrecadado, bem como a nota e a pontuação podem ser conferidos no Anexo III da Lei Estadual 13.803/2000. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

Dessa forma, o aumento de conselhos municipais criados desde então é bastante notório, o que pode estar totalmente vinculado ao interesse em angariar recursos, mas que serve de estímulo para a participação da comunidade em decisões totalmente vinculadas a ela.

Deve-se notar que para o município arrecadar a cada ano, ele deve manter o órgão municipal de preservação em pleno funcionamento, cumprindo atividades voltadas à preservação, educação patrimonial, gestão do patrimônio já consagrado etc. Apesar da extensa lista de municípios em Minas Gerais que participam dessa distribuição e das dificuldades que o Iepha enfrenta para a fiscalização, o órgão estadual, em um trabalho meticuloso, exige que os municípios enviem uma vasta documentação comprobatória de suas ações.

Apesar de fundamental para o cumprimento das atividades e posterior distribuição de recursos, muitas vezes, cidades que não possuem especialistas para a elaboração da documentação e dos pareceres técnicos acabam contratando profissionais de outros municípios, que não possuem vivência na cultura daquela localidade. Isso ocorre no caso da elaboração de inventários exigidos, que devem ser feitos por técnicos e especialistas, mas não necessariamente moradores da própria cidade.

Compreende-se a importância desse instrumento utilizado no estado mineiro como referência para outros estados, como, por exemplo, no estudo de uma cidade paulista que será abordado aqui. Porém, serão feitas considerações que podem atualizar essa interação entre Estado, especialistas e representantes da comunidade no geral, como potencializadoras dessas ações em cidades com patrimônios modestos, mas de extrema relevância para identidades locais.

A participação da comunidade nas decisões de preservação pode ser entendida também como um dos fatores que vêm ampliando as considerações no campo do patrimônio, ou seja, quando a própria população define o que considera importante para a identidade e memória do local. Considerando não apenas critérios estritamente técnicos, mas também a vivência e o valor afetivo, novos bens passam a ser valorizados e preservados e a ação preservacionista terá efetividade.

A partir do alargamento das considerações, levando em conta a diversidade de culturas e principalmente a não dissociação entre patrimônio material e imaterial – entendidos como parte de um patrimônio cultural amplo –,

novos instrumentos de preservação vêm sendo elaborados e aplicados, como a chancela da paisagem cultural; audiências e consultas públicas; lugares de interesse cultural; e projetos como o das Casas do Patrimônio⁶, dentre outros, mas sobretudo a ampliação de metodologias de educação patrimonial em que haja um contato direto das ações com a própria população.

No contexto da educação patrimonial, dentre diversas ações, destaca-se aqui o inventário participativo, uma ferramenta de certo modo recente, elaborada e difundida pelo próprio Iphan por meio da publicação do *Manual de aplicação do inventário participativo* (2016). Como um processo de experimentação, parte das metodologias de inventário já aplicadas são desdobramentos diretos do *Inventário pedagógico* (2013) e indiretos do *Inventário nacional de referências culturais* (INRC) (2000). O inventário participativo baseia-se na noção de referência cultural, que vem sendo discutida desde a década de 1970.

Uma das diferenças entre o INRC e o inventário participativo é que, para o primeiro, é necessário que uma equipe técnica especializada participe de suas etapas de maneira mais ativa, como a própria produção do documento, formalmente; já para o segundo, é preciso haver supervisão e auxílio nas etapas de execução, além do oferecimento de conhecimento para as análises, mas sua construção é realizada pela própria comunidade.

O manual conta com uma estrutura geral de fichas de acordo com as etapas de desenvolvimento das atividades e divide-se em categorias: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. Dentro da categoria lugares, pode-se incluir paisagens ou mesmo edificações.

O inventário pode ser dividido em três fases de trabalho: a primeira é o *levantamento preliminar*, que reúne e sistematiza as informações disponíveis, a rede de contatos dos grupos sociais e a delimitação espacial; a segunda corresponde à *identificação*, ou seja, completa-se e aprofunda-se o estudo por meio da realização das entrevistas ou conversas locais para identificação e compreensão das referências culturais; e por fim, a etapa do *produto final*, momento em que se define e organiza a forma como serão socializados os resultados (NITO; SCIFONI, 2017, p. 42, grifo do autor).

6. Projeto elaborado a partir de exercícios de educação patrimonial, como forma de estimular o conhecimento e a participação social. Ver mais em: Casas do Patrimônio (Portal do Iphan). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em 7 de fev. 2019.

Dessa forma, instrumentos tradicionais, como o tombamento e os inventários, passam por um processo de adequação conforme as necessidades contemporâneas de inclusão da sociedade civil nas ações de preservação do patrimônio. Nota-se aqui que os antigos modelos de salvaguarda não perdem sua importância e aplicação, mas a abertura de novas possibilidades cria bases para novas políticas de patrimônio, que possam favorecer diversos locais, grupos e contextos.

Reconhecem-se, portanto, os esforços na viabilização dessa ampliação no campo patrimonial em âmbito nacional. Ainda assim, deve-se reconhecer que, tanto por conta da extensão territorial do país quanto pela diversidade de culturas e especificidades locais, algumas manifestações culturais acabam ficando à margem da preservação de forma institucionalizada no contexto nacional.

Ao deixar de ser definido como uma coleção de obras canônicas, “patrimônio”, nesta acepção contemporânea, remete à diversidade cultural das práticas sociais. No entanto, essa concepção, por mais que constatável em escala ocidental, não pode responder às indagações sobre as próprias representações que a noção veicula, sobretudo nos discursos voltados para a preservação, nem tampouco das práticas que as ensinaram. Daí a necessidade de uma perspectiva que dê conta da lógica específica de práticas e discursos em torno de “patrimônio”, no interior de diferentes regimes de representação em que foram operados, evidenciando o seu caráter tanto imaginário quanto institucional e, assim, os seus diversos sentidos históricos (DAHER, 2010, p. 199-200).

4 A IMPORTÂNCIA DE NOVAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO PARA AS CIDADES DE PEQUENO PORTE, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE PATROCÍNIO PAULISTA – SP

É indiscutível que essa ampliação no campo do patrimônio é importante para todas as cidades e expressões culturais do país, visto que sua função social só é cumprida a partir do acesso real da população ao bem – que representa de alguma forma um passado importante para ela – e, acima de tudo, quando ela consegue reconhecer seu papel nesse contexto.

Entretanto, salienta-se aqui a importância dessas novas políticas do patrimônio para as cidades de pequeno porte, que são maioria no território

nacional⁷, mas pouco têm se ocupado do tema da preservação patrimonial. É reconhecível que as dificuldades de preservação são encontradas nas diversas escalas de cidades, mas nas pequenas suas características e limitações agravam ainda mais os problemas.

Muitas vezes essas cidades pequenas possuem várias carências por conta da condição financeira limitada e da infraestrutura precária, o que faz com que os recursos sejam em grande parte voltados ao desenvolvimento urbano (desassociado da preservação de bens patrimoniais e da paisagem urbana), priorizando principalmente as questões vinculadas ao comércio, transporte, dentre outros, que são mais frequentemente percebidos como resultado de uma boa gestão (ROCHA; CUNHA, 2018, p. 1).

Muito se associa o desenvolvimento com “modernização”, ou seja, acredita-se que para a cidade crescer, se tornar mais rica e evoluída, ela tem que buscar se parecer com as cidades maiores, possuir uma arquitetura dotada de novidades e modernidades. As edificações mais antigas passam a ser vistas como um empecilho, algo feio para os locais, o que agrava ainda mais os processos de demolição e degradação dos edifícios e ambientes.

Essa condição também pode ser percebida pela própria população, que com o anseio de crescimento da cidade, acaba por desconsiderar sua história e a valorização de seu patrimônio.

Patrimônio este que pode ser representado materialmente pela arquitetura, capaz de contar a história local de acordo com suas características e pela maneira com que se organiza no espaço, sendo que diante dessa busca pelo desenvolvimento, pode ser abandonada em detrimento do lucro e da especulação imobiliária, tornando o ambiente urbano cada vez mais distante da população, que perde sua identidade (ROCHA; CUNHA, 2018, p. 2).

Sem um patrimônio com maior representatividade no contexto nacional ou estadual, essas localidades pequenas possuem bens que são importantes principalmente em seu contexto local, ficando à margem do reconhecimento de seu patrimônio pelas políticas preservacionistas federal ou estadual. Dessa forma, para a preservação da memória e identidade

7. De acordo com os indicadores sociais municipais de 2000 do IBGE, há no Brasil um total de 5.561 municípios, e a grande maioria (ou seja, 5.336) é classificada como de pequeno porte por possuir de 500 a 100.000 habitantes. Além disso, tratando-se de cidades com uma escala menor ainda, de até 20.000 habitantes, há um total de 4.074 municípios, ou seja, um país com predominância de cidades pequenas.

locais, essa carência deveria ser suprida por um órgão municipal, organizado de acordo com exigências específicas, que poderia trabalhar tanto com instrumentos tradicionais (como o tombamento) quanto com a abertura para a participação da comunidade, de forma a criar também vínculo e conscientização da população com seu patrimônio.

Porém, infelizmente, esses órgãos municipais encontram muitas dificuldades para serem criados ou se manterem, visto que, de acordo com todas as questões levantadas, poucos recursos são destinados a essas atividades, os agentes acabam tendo seus ânimos arrefecidos e o órgão passa a não ter força de atuação, principalmente quando as tentativas de salvaguarda são focadas em instrumentos tradicionais, como os tombamentos. Além disso, pelo pouco conhecimento de como realmente funciona o instrumento, as dificuldades com os proprietários se agravam, visto que existe confusão entre propriedade privada e função social do bem.

Mais do que isso, é preciso ressaltar que nas cidades menores, as relações entre os diversos atores são mais estreitas e as pessoas se conhecem de forma mais próxima, o que em alguns casos pode ser visto como positivo, mas que também pode servir de facilitador para abrir exceções e dar vantagens a proprietários de imóveis que queiram se beneficiar de forma lucrativa dos terrenos e centralidades, em detrimento do edifício antigo.

Ressalta-se que na maioria das vezes a própria população não reconhece seu patrimônio como documento de sua memória, por não ter consciência da diversidade de valores que cada um tem, acreditando que só possa ser considerado patrimônio o que é tradicionalmente preservado, com características exuberantes e riqueza nos detalhes. Mesmo tratando-se da preservação da memória a partir de fontes documentais, hemerográficas ou iconográficas, constata-se nessas cidades – mais ainda do que nas de maior escala – a dificuldade de organizar e manter arquivos públicos, bem como possibilitar o acesso a eles pela população.

Diante dessa atenção ao patrimônio de cidades pequenas, especialmente com menos de 20 mil habitantes e distantes da preservação do patrimônio de maneira institucionalizada, toma-se como local de estudo a cidade de Patrocínio Paulista, no interior do estado de São Paulo, em que todas essas constatações abordadas anteriormente foram notadas.

4.1 Conhecendo a cidade de estudo, sua história, origem e comunidade Patrocínio Paulista, pequena cidade situada no nordeste do estado de São Paulo, faz divisa com municípios paulistas como Franca, Itirapuã, Altinópolis e Batatais, e com os mineiros Ibiraci, Capetinga e São Tomás de Aquino (Figura 1), e conta com uma população estimada de 14.670 habitantes (IBGE, 2017).

Patrocínio Paulista é cortada pelos rios Sapucaizinho e Santa Bárbara, em cuja margem a cidade foi fundada, inicialmente habitada pelos índios Caiapó e posteriormente estimulada pelas atividades do garimpo. A primeira igreja começa a ser erguida apenas em 1875, com a ajuda dos garimpeiros, mas em 1870 poder-se-iam notar algumas construções regulares acompanhando o traçado do rio e no entorno da igreja.

A partir de estudos – tanto de fotos antigas quanto dos edifícios ainda presentes no local – foi possível perceber que as primeiras construções do início do século XX, principalmente no entorno da praça da Igreja Matriz, eram bem parecidas. Algumas tinham porões formados pela declividade da área, eram geralmente construídas de pedra e tijolos de barro, sendo possível encontrar até o pau a pique nos locais em que as superfícies se encontram mais expostas pela degradação. Percebe-se também nesse conjunto que elas eram feitas sem recuos frontais, a cobertura era geralmente em quatro águas, com beiral e escoamento direto na rua, com telhas portuguesas ou francesas. As janelas e portas eram de verga reta, geralmente em guilhotina com vidraça ou com duas folhas de madeira e recebiam pouca ornamentação e, quando havia, era bastante simples (Figuras 1 e 2).

FIGURA 1 (esq.)

Construção tradicional.
Fotografia cedida por Izar e Eliana Andrade, 1950.



FIGURA 2 (dir.)

Construção tradicional.
Fotografia das autoras, 2017.



Essa tipologia tradicional continuou sendo utilizada por muito tempo em Patrocínio Paulista enquanto, na metade do século XX, as cidades próximas mais desenvolvidas buscavam uma arquitetura representativa da prosperidade trazida tanto pela cafeicultura quanto pelas ligações por estradas de ferro. Essa representação era feita pelos exemplares ecléticos, marcados por forte ornamentação e grande presença de materiais e técnicas importados.

Após esse grande período de estagnação tipológica, com a demolição de algumas edificações, ou mesmo com a reforma de fachadas, é possível perceber entre a década de 1940 e de 1950 um desejo de “modernização”. Isso pode ser notado pelo uso de platibandas, vitrôs e desenhos geométricos (inspirados no art déco), mas que se destacam muito mais como anseio estético do que de mudança de técnicas (Figuras 3 e 4).

Nota-se que mesmo as edificações reformadas ou construídas nesse período são bastante simples em comparação aos exemplares ecléticos de cidades do entorno – mais evoluídas economicamente por conta do café, industrialização e ferrovias – como, por exemplo, sua principal referência microrregional, Franca (situada a aproximadamente 20 km de distância).

A maioria das casas mais afastadas do entorno da praça foram demolidas e muito modificadas e, apesar de as construções próximas à Igreja Matriz estarem passando por forte descaracterização, elas fazem parte de um conjunto, com uma média de idade aproximada e características semelhantes, sendo documentos da memória local.

FIGURA 3 (esq.)

Edificação com platibanda, vitrôs e desenhos geométricos. Fotografia das autoras, 2017.



FIGURA 4 (dir.)

Edificação com platibanda, vitrôs e desenhos geométricos. Fotografia das autoras, 2017.



A área central, principalmente nas proximidades da praça principal, por um bom tempo foi fundamental para o comércio, que atendia a dinâmica urbana e toda a população em seu entorno. Porém, com o surgimento de novos bairros, principalmente a partir de um crescimento da cidade no sentido sul/sudeste, as atrações se tornaram mais dispersas. Poucos são os comércios totalmente essenciais na área central e as pessoas que residem nas áreas mais novas passaram a ir com menos frequência ao Centro, mesmo com a distância sendo significativamente pequena.

Muitos dos comércios que se encontram atualmente no entorno da praça apropriaram-se das casas mais antigas, que atualmente não são valorizadas pela população (Figuras 5, 6 e 7). Sem muita organização, a divisão de fachadas por cores para a demarcação de lojas, a obstrução de detalhes arquitetônicos com placas publicitárias e a substituição das antigas aberturas por portas e vitrines de vidro têm descaracterizado as formas do local. Mesmo assim, a região central mantém elementos importantes da origem da cidade, como o gabarito, os recuos, os alpendres etc.

FIGURAS 5-7

Adaptações para comércio; fachadas descaracterizadas. Fotografia das autoras, 2017.

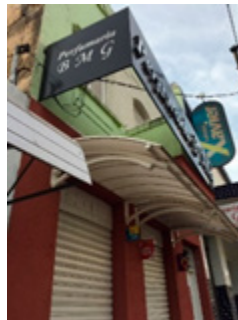


FIGURA 8

Residência conhecida como “Casa do Barão” no período em que abrigava uma autoescola, na década de 1990. Fotografia de Antônio Miguel do Nascimento, década de 1990.



Algumas edificações são muito estimadas por moradores locais e carregam consigo a referência das pessoas que as construíram, famílias que lá moraram, dentre outras lembranças que chegam até os dias de hoje, como, por exemplo, uma residência popularmente conhecida como “A casa do Barão” (Figura 8).

É importante reconhecer essa relação e esse exemplo de residência como tentativas de uma preservação do patrimônio local, como se explicitará a seguir. Porém, nota-se a contradição frequente nessas questões em cidades de pequeno porte: ao mesmo tempo que a proximidade e relação das pessoas fazem com que haja certa iniciativa de preservação, o estreitamento das relações pessoais permite que tais ações não aconteçam, colocando o valor de propriedade acima do valor social do bem (muito por distorções dos conceitos de políticas de preservação do patrimônio).

4.2 O patrimônio da cidade e as particularidades em sua preservação

Em relação à salvaguarda do patrimônio, sabe-se da dificuldade de atuação do órgão de preservação nacional em todo território brasileiro, na busca de características excepcionais e que representem de modo geral a cultura, história ou algum momento específico do país. Mesmo na escala estadual, os órgãos não são capazes de proteger o patrimônio de todas as cidades, principalmente as de pequeno porte, marcadas em grande

parte por uma “arquitetura menor”⁸, importante principalmente para os moradores do local, mas que não concebem representatividade para a sociedade externa a ele.

Em relação à escala municipal, no caso de Patrocínio Paulista, o Plano Diretor de 2006, ainda vigente na cidade, quando se refere ao patrimônio cultural, traz uma abordagem sucinta e superficial, deixando de apontar balizadores para as ações sobre construções mais antigas.

Essa superficialidade fez com que, em 2009, a Secretaria de Cultura da cidade, em colaboração com alguns moradores – comovidos pela degradação do patrimônio que vinha ocorrendo no local – criasse um órgão para proteção do patrimônio municipal, o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Patrocínio Paulista (Condephaa).

Além do interesse que esses moradores, bem como a secretária de Cultura, tinham pelo tema, uma das questões fundamentais para o estímulo de criação desse conselho foi a notável descaracterização da “Casa do Barão”, localizada no entorno da praça central. O edifício, que foi doado para o Lar de Idosos da cidade, passou a ser alugado após a morte do proprietário, principalmente para ocupações de caráter comercial, e a frequente modificação de suas características, como o alpendre, as aberturas e suas cores passou a ser um incômodo, até para uma moradora de uma residência vizinha, que também participou da organização do órgão municipal de preservação (Figuras 9, 10 e 11).

De acordo com as atas do Conselho, a partir da Lei Municipal nº 2318, de 16 de junho de 2009, alterou-se o Artigo 7º da Lei Municipal nº 2307, de 2009, em que se previa um órgão composto de dez membros, com cinco representantes do poder público e cinco de entidades e instituições da sociedade civil do município, que seria renovado a cada três anos, com participação nas reuniões mensais.

Dentre outros assuntos abordados, estava a solicitação do tombamento da residência citada. Apesar de uma notificação ter sido enviada à Instituição Assistencial Frederico Ozanan (o Lar de Idosos), obtiveram uma resposta não favorável ao tombamento por razões financeiras, mas a Instituição se comprometia com mudanças restritas a pinturas internas e externas.

8. Não de menor escala, mas principalmente aquela ordinária, presente em conjuntos urbanos desconsiderados e negligenciados, antes subordinados aos grandes monumentos arquitetônicos.

FIGURA 9 (esq.)

“Casa do Barão” nos anos 2000. Fotografia de Antônio Miguel do Nascimento, anos 2000.



FIGURA 10 (dir.)

“Casa do Barão” após a reforma citada no texto. Google Maps, 2015.

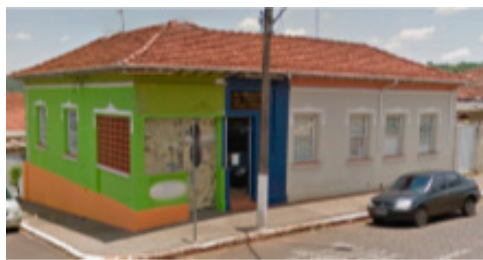


FIGURA 11 (baixo)

“Casa do Barão”. Fotografia das autoras, 2017.



As mudanças, porém, descaracterizaram muito seu interior, principalmente a fachada. Segundo relatos dos integrantes do órgão, as reformas foram feitas em horários de difícil percepção, com troca de pisos, instalação de portas de vidro na área do alpendre, pinturas em cores de alto contraste, dentre outros.

Essa foi uma das questões que abalou os ânimos de preservação arquitetônica do órgão. De um lado, o não cumprimento das medidas de tombamento de um edifício e, de outro, a dificuldade em conciliar um acordo de preservação entre o Conselho e os proprietários com o que aconteceria de fato.

Nota-se, a partir das atas das reuniões do Conselho, que a arquitetura gradativamente perdeu prioridade nas discussões, dada sua dificuldade de preservação. Passaram a ser colocadas em pauta questões como festas e eventos a serem realizados, a criação de um novo almanaque histórico da cidade, dentre outras práticas. Além disso, percebe-se o desânimo por parte dos membros em relação à não evolução de trabalhos de preservação em função da frequente mudança de conselheiros, demorando menos de três anos para ocorrer.

Em 2013, com a mudança da gestão na prefeitura, grande parte dos membros do órgão também foi alterada. A partir das atas, é possível perceber

que, em relação à arquitetura, a mesma motivação ocorreu no início da gestão, com planos de inventariar os edifícios antigos para maior controle dos bens, bem como o material artístico e histórico. Algumas atas apontam a afirmação da necessidade de realizarem tombamentos, não só de edifícios, mas de monumentos, hinos, dentre outros aspectos culturais da cidade.

Foi discutida também a importância de criação de um Plano Municipal de Cultura e com isso a implantação do Conselho Municipal de Cultura (Comcult), para que questões que não fossem sobre a defesa patrimonial pudessem ser abrangidas e deliberadas, em local mais apropriado, para que o Condephaa pudesse estabelecer melhor suas ações.

Já em 2015 há uma proposta para a elaboração do Arquivo Municipal, em que, a partir de bolsas oferecidas pelo governo, graduandos de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Franca organizariam os documentos que a prefeitura e toda a cidade tinham até então, de forma a fazer com que a população tivesse acesso a sua história e identidade.

Apesar disso, os planos não conseguiram ter continuidade. Os inventários, que foram divididos em equipes de acordo com os temas, acabaram não sendo elaborados. As bolsas não foram liberadas pelo governo e, com isso, a parceria com a Unesp acabou sendo desfeita, o que fez com que não se organizasse o Arquivo Municipal.

Sobre os membros e a frequência, muitos deles acabaram desanimando e deixando de comparecer às reuniões, que tiveram que passar de mensais para bimestrais. Isso gradativamente enfraqueceu as ações do Conselho em relação à proteção de bens arquitetônicos, fazendo com que suas atividades se limitassem à produção de eventos e ao que realmente estaria ao seu alcance.

Com a mudança do governo, de 2016 para 2017, muitas alterações físico-espaciais foram feitas, além das alterações de membros da gestão da prefeitura municipal. Muitos documentos encontravam-se desorganizados, sendo de difícil acesso. Até maio de 2017 a atual gestão não sabia da existência deste Conselho – e, se não fosse pela busca das atas do Condephaa, ainda não saberia –, o que mostra que desde então o órgão encontra-se esquecido e sem continuidade.

Em relação ao arquivo e fontes documentais, as fotos e jornais antigos estão desaparecidos, pela falta de organização e de diálogo entre uma gestão

e outra. Dessa forma, sabe-se que os documentos existem, mas não é possível ter acesso a eles, sendo preciso recorrer às lembranças e documentos pessoais.

Com isso, apesar dos estudos terem sido feitos a partir da abordagem técnica, com uma visão direcionada do trabalho de um arquiteto, contou muito com o diálogo, participação e colaboração da comunidade, tanto pelo fornecimento de material, acervo de fotos e documentos, quanto pela memória oral, visto que não há arquivo público organizado e pouca relação de gestão do patrimônio.

Percebem-se então duas questões principais: (1) a importância da preservação do patrimônio, voltado para a memória local; e (2) a dificuldade da patrimonialização de forma institucionalizada pelos governos locais. E é a partir disso que se entende que as novas políticas de gestão participativa do patrimônio, abordadas brevemente neste trabalho, possuem grande potencial de contribuição para as cidades de pequeno porte, que muitas vezes não possuem um contexto patrimonial significativo para fora delas.

Por exemplo, instrumentos de educação patrimonial, como os inventários participativos, podem estimular as pessoas a reconhecerem o que identificam como importantes elementos de manutenção de sua memória, além de fazer com que a própria comunidade se coloque como agente instituinte do patrimônio, pois ela se vê reconhecendo os valores, discutindo conceitos, estabelecendo critérios de escolha e se inserindo no campo da preservação.

Reconhecendo e especificando o patrimônio que a própria comunidade identifica como importante para sua memória e identidade, as ações poderiam ser mais efetivas a partir de normas de gestão pré-estabelecidas e, principalmente, do direcionamento de recursos específicos para a preservação do patrimônio. Também nesse ponto, destaca-se a importância de um conselho municipal de preservação, com suas ações estimuladas pela destinação de recursos específicos a ele.

Dessa forma, acredita-se que um instrumento como o utilizado pelo Iepha, em Minas Gerais, a partir da distribuição dos recursos provindos do ICMS Cultural, aliado a um instrumento de escolha e documentação participativa, como o inventário participativo, seja uma alternativa muito viável para cidades de pequeno porte e com características como as de Patrocínio Paulista.

Tratando-se de uma cidade pequena e com poucos recursos, essa distribuição de uma parte do ICMS se mostra benéfica, pois não é necessário que se tenha uma arrecadação alta, ou seja, as cidades menos ricas também se beneficiam, podendo destinar a verba especificamente para a área do patrimônio cultural, que geralmente não apresenta prioridade em relação a outros critérios de políticas públicas.

Além disso, uma cidade como a citada, com poucos habitantes, muitas vezes não possui técnicos do próprio local para desenvolver a documentação, e acaba tendo que recorrer a um olhar externo a suas especificidades, como o caso dos inventários que seriam feitos pelos alunos da Unesp de Franca. Acredita-se, então, que instrumentos como o inventário participativo poderiam servir de base para uma posterior análise técnica, que considerasse os aspectos afetivos para um parecer calcado nas referências culturais.

É claro que, para a propagação desses novos instrumentos e para instigar sua aplicação, é necessário um ativador – seja ele um estudante, um especialista, o próprio órgão ou um cidadão que se interesse pelo assunto ou esteja mais atento às descaracterizações frequentes – que apresente de alguma forma essas metodologias para a comunidade. Mas só de deslocar a atribuição de único instituinte do Estado, responsabilizando e valorizando o papel da população para essas ações, é possível que haja grandes ganhos para esses locais.

É importante frisar que isso não deixa de responsabilizar também o Estado, mas incluir a população nesse processo é crucial. A partir disso, pode haver maior articulação entre os agentes, compreendendo o quanto as propostas são viáveis e importantes para a comunidade e para a cidade, bem como disponibilizando recursos específicos para as demandas e definindo secretarias responsáveis por estratégias, intervenções e monitoramento, de forma que a sociedade civil participe de todas as etapas, fortalecendo-se com o apoio e parceria do poder público. É nesse aspecto que as relações mais estreitas entre os segmentos da sociedade em cidades pequenas podem ser vistas como positivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haverá sempre referências que serão mais marcadas e/ou significativas, pelo valor material ou pelo valor simbólico envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes podem ser fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico etc. (FONSECA, 2001, p. 119).

Dessa forma, para os casos em que os objetos não necessitem ser intrinsecamente valiosos, apresentando monumentalidade ou “excepcionalidade”, mas tenham significância para grupos sociais e sejam particularmente significativos, como uma representação coletiva deles, acredita-se na valiosa colaboração desses grupos para cidades de pequeno porte. Essas localidades apresentam dificuldade de gestão, mas necessidade de preservação de sua origem e história, representadas também pela tipologia de suas edificações e pela forma como se organizam no território e com a paisagem.

Acima de tudo, entende-se a aproximação da sociedade com as políticas de preservação como principal meio para que a real função social do patrimônio seja cumprida, além de garantir melhores meios para que os bens sejam realmente preservados.

O ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que falem daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural (FONSECA, 2001, p. 119).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. Cultura da cidade: animação sem frase. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 233, 1996.
- CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp: Estação Liberdade, 2001.
- CHUVA, Márcia. A pesquisa no Iphan: conhecimento, legitimidade e ação política. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Iphan, 2015. p. 1-28.

COELHO, Will Robson; D'OLIVEIRA, Sônia Azevedo Le Cocq. A governança participativa no planejamento urbano: uma direção do urbanismo sustentável. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Propar-UFRGS, 2016. p. 1-17. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s44-02-coelho-w-oliveira-s.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

DAHER, Andréa. Práticas patrimonializantes e objetos patrimonializados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 199-202, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862010000100010>

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, Brasília, DF, n. 2, p. 111-120, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Brasília, DF: Iphan, 2001. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores sociais municipais*, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm. Acesso em: 4 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *Patrocínio Paulista (SP)*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/patrocinio-paulista.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário nacional de referências culturais*: manual de aplicação. Brasília, DF, 2000.

LEMONS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais*: manual de aplicação. Brasília, DF, 2000. p. 9-20.

NITO, M. K. ; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v. 1, p. 38-49, 2017.

RANGEL, Marília Machado. A municipalização da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais. *Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 14-60, 2008.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 195-203, 1996.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. O patrimônio em cidades de pequeno porte: a arquitetura como desenho, a cidade como camadas e as camadas como documento histórico. In: *Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação*. Anais. Belo Horizonte (MG) UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71396-o-patrimonio-em-cidades-de-pequeno-porte--a-arquitetura-como-desenho-a-cidade-como-camadas-e-as-camadas-como-docu/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SALLES, Helena de Mota; AZEVEDO, Nilo Lima. Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural: o caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (org.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: Edufba, 2013. v. 2, p. 151-175.

STARLING, Mônica. Entre a lógica de mercado e a cidadania: modelos de gestão do patrimônio cultural. *Políticas Culturais em Revista*, v. 5, n. 1, p. 91-108, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5921/4539>. Acesso em: 8 nov. 2018.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2019.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 7-33, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>.

TOMBAMENTOS E DEMOLIÇÕES NA AVENIDA PAULISTA NA DÉCADA DE 1980

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO,
GUARULHOS, SÃO PAULO, BRASIL

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora associada no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo Campus Guarulhos, onde leciona "História, Memória e Patrimônio" no Curso de História e "Educação Patrimonial e Ensino de História" no Programa de Pós-Graduação ProfHistória (mestrado profissional de formação de professores de História).

E-mail: lsiqueira@unifesp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p37-71>

RECEBIDO

20/03/2019

APROVADO

11/11/2019

TOMBAMENTOS E DEMOLIÇÕES NA AVENIDA PAULISTA NA DÉCADA DE 1980

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA

RESUMO

No ano de 1982 algumas mansões da avenida Paulista foram demolidas da noite para o dia, contrariando as determinações do órgão de preservação do patrimônio do estado de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). As tensões entre este órgão e os proprietários eclodiram no noticiário dos principais jornais. Este artigo analisa os 32 processos de estudo para tombamento de edificações na avenida Paulista abertos nesse ano, bem como as atas das reuniões do Conselho e as matérias jornalísticas do período. A intenção é compreender como a instituição procedeu e como registrou sua atuação nesses casos de edificações oriundas do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Com isso, espera-se acrescentar elementos para compreender o complexo jogo de interesses que determina o que conseguimos preservar e o que permitimos que desapareça.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas. Patrimônio arquitetônico. Tombamento (patrimônio).

HERITAGE LISTINGS AND DEMOLITIONS IN PAULISTA AVENUE IN 1980S

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA

ABSTRACT

In the year of 1982, some mansions of Paulista Avenue were demolished overnight, contrary to the determinations of the official agency of preservation of the cultural heritage of the State of São Paulo, Condephaat. Tensions between this public agency and the owners have appeared in the mainstream newspaper. This article examines 32 study processes for the preservation of Paulista's buildings, as well as the minutes of Council meetings and the journalistic issues of the period. The intention is to understand how the institution proceeded and how it registered its action in these cases of buildings from the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. This text aims to add elements to understand the complex set of interests that determines what we preserve and what we let disappear.

KEYWORDS

Public policies. Architectural heritage. Heritage listing.

1 INTRODUÇÃO

Inaugurada em 1891, a avenida Paulista tornou-se o lugar mais conhecido da cidade de São Paulo nas últimas décadas. Repleta de altos prédios que abrigam estabelecimentos de comércio e serviços, bem como de vendedores ambulantes que se instalam nas largas calçadas, é frequentada diariamente por milhares de pessoas que, entre outras necessidades, ali trabalham ou buscam os equipamentos culturais de grande porte (OLIVEIRA, 2000).

Desde a década de 1980 a Paulista é o palco preferido para as manifestações de rua na capital. Nos últimos anos tem sido fechada para o trânsito de automóveis nos domingos e feriados, quando se vê ainda mais gente nos seus quase três quilômetros de extensão ocupando o leito da avenida em caminhadas e corridas, sobre rodas de patins, patinetes, bicicletas ou skates, ouvindo músicas de gêneros variados, dançando, fazendo ginástica e pregação religiosa, vendendo e comprando pequenos artefatos em centenas de barraquinhas – em geral, bijuterias e outros acessórios de vestuário, brinquedos, incenso, esculturas, pinturas e fotografias enquadradas.

Em junho de 1982, o órgão estadual de patrimônio – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) – abriu 32 processos de estudos para tombamento de edificações da avenida Paulista. Dias depois, meia dúzia de mansões apareceram demolidas da noite para o dia; era a reação dos

proprietários diante de um eventual tombamento. Em julho, o Condephaat decidiu que tombaria apenas três edificações: o Grupo Escolar Rodrigues Alves e as residências de número 37 e 1919, a Casa das Rosas e a da família Franco de Mello. Instado duas vezes a rever sua decisão, o Conselho do Condephaat manteve sua opinião.

Os episódios da avenida Paulista no começo da década de 1980 repercutiram amplamente na imprensa, mantiveram os ânimos cristados entre os que atuavam no campo da preservação e se tornaram um marco na história daquele órgão público. No balanço dos 50 anos do Condephaat na *Revista do CPC*, Silvia Wolff afirma que a gestão do presidente Ruy Ohtake – setembro de 1980 a setembro de 1982 – conferiu maior visibilidade ao Condephaat, com sede maior, novos técnicos, exposições de rua, levantamentos do estado de conservação de bens tombados, projetos de restauro, publicações etc. Segundo ela, na chegada dos novos técnicos no primeiro semestre de 1982 deu-se o “episódio de graves proporções: [...] a jamais plenamente explicada demolição, em uma só noite, de uma série de casarões na avenida Paulista. Tal perda traumática provocou a renúncia do Conselho e uma cicatriz simbólica no órgão” (WOLFF, 2018, p. 54).

Neste artigo, procuro apresentar os acontecimentos de 1982 e 1983 em torno das discussões sobre a proteção oficial das velhas edificações da avenida. Analiso o período a partir do que ficou registrado nos 32 processos de estudo de tombamento; para tanto, recorri às atas das reuniões do Conselho e aos jornais na medida em que se fizeram necessários para compreender melhor o que ficou documentado nos autos processuais. Assim, busquei os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nos dias e artigos mencionados nos processos e/ou nas atas do Conselho¹.

De partida, duas ressalvas são importantes. A primeira é que os agentes envolvidos nos casos da avenida Paulista – autoridades públicas, técnicos, conselheiros, proprietários, jornalistas e outros – atuaram além do que

1. Para dar maior fluidez ao texto, carregado de informações burocráticas e narrativas acontecimentais, as fontes documentais serão apresentadas da seguinte maneira: os processos de estudo para tombamento têm seus números oficiais e demais dados referentes aos respectivos bens apresentados na Tabela 1; as atas de reunião do Conselho e seus respectivos livros, assim como os artigos de jornal, têm data e paginação indicados nas linhas próximas ao local do texto em que são referidos. Assim, há falas transcritas cuja referência é a ata de reunião ou matéria jornalística imediatamente mencionada.

ficou registrado nos processos de estudo para tombamento; é de se supor que houve encontros, telefonemas e tratativas por escrito que não estão acessíveis para quem se debruça sobre os processos oficiais armazenados na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), coordenadoria da secretaria estadual à qual hoje se liga o Condephaat. Assim, os fatos e as interpretações aqui apresentados podem se alterar diante de depoimentos das pessoas que atuaram nesses casos; além disso, não se incluem informações de entrevistas, mas seria proveitoso que outra pesquisa pudesse fazê-lo. Os documentos oficiais, contudo, registram informação que possibilita em grande medida entender como se procedeu institucionalmente, cabendo ao historiador ler nas entrelinhas e no contrapelo do que fica formalizado oficialmente.

A outra ressalva a fazer é que esses acontecimentos do começo dos anos 1980 não explicam o desaparecimento das grandes casas da avenida Paulista construídas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, inserido na conjuntura de perda das edificações ecléticas paulistas:

O que quantitativamente se destacava do passado e vinha sendo perdido rapidamente nos anos 1980 eram edificações produzidas em momento de grande riqueza paulista, fruto da conjugação de fatores advindos da economia cafeeira, da instalação e expansão da malha ferroviária e da expansão demográfica com a chegada de levas de imigrantes estrangeiros nas últimas décadas do século XIX. [...]

Essas edificações eram então classificadas em um grande e indiscriminado conjunto como monumentos ecléticos, enfaticamente desvalorizados pela crítica de arquitetura. Uma visão que fora instituída a partir da cultura simbiótica entre o campo da preservação e o da arquitetura moderna, que se forjara no Brasil a partir dos anos 1930, justamente combatendo a arquitetura historicista e a produzida por imigrantes (WOLFF, 2018, p. 50-51).

Paulo Garcez Marins (2016) lembrou que nos primeiros 50 anos da avenida Paulista predominaram as mansões luxuosas que, ao contrário do que se afirmava, não eram expressão das famílias cafeeicultoras das velhas elites paulistas, dos “barões do café”, mas dos imigrantes chegados da Europa e do Oriente, em bom número ligados à atividade industrial. Segundo sua afiada interpretação, o perfil heterogêneo – único entre as avenidas similares em outras partes do mundo à época – desse conjunto de residências luxuosas com referências arquitetônicas aos locais de origem

dos proprietários, eivadas de estrangeirismos, foi apagado pela memória paulista convencional, que primava pelo passado bandeirante e cafeeiro. Ademais, especialistas de variados matizes, no Brasil e no exterior, negaram interesse à arquitetura residencial eclética.

Portanto, de acordo com Garcez Marins, colaborou para o desaparecimento das mansões da avenida Paulista o fato de a heterogeneidade das famílias e da arquitetura não coadunar com a memória paulista hegemônica. Ademais, como documentou Heitor Frúgoli Junior (2006, p. 130), a “estruturação de uma centralidade metropolitana na avenida Paulista” entre as décadas de 1960 e 1970 valorizou crescentemente o metro quadrado na região, levando as casas de dois pavimentos a serem substituídas por edifícios de mais de dez andares.

São muitas e de diferentes ordens as razões para o desaparecimento das grandes casas que marcaram a avenida Paulista até a metade do século XX. Apresentando aqui os processos de estudos de tombamento e minha interpretação a partir do que estes permitem ver, espero acrescentar elementos para compreender o complexo jogo de interesses que determina o que conseguimos preservar e o que permitimos que desapareça.

2 INCERTEZAS E AVANÇOS DO CONDEPHAAT ANTES DO CASO DA AVENIDA PAULISTA

Em São Paulo, o debate em torno de tombamentos ganhou a imprensa nos meados da década de 1970 em virtude das obras para a construção do metrô na capital, com os casos da Escola Caetano de Campos, do Pateo do Collegio e da estação da Luz, como bem narrou Marly Rodrigues (2000, p. 97).

Desde o final de 1980 o Condephaat vinha se reunindo com Naji Nahas, proprietário da casa bandeirista da avenida Faria Lima, na capital, num caso alongado de contestação ao tombamento, com início de demolição quando já havia processo de tombamento aberto. Nos meados de 1981 as atas registram que chegaram a um acordo satisfatório, no qual se permitiu a construção de um grande edifício no terreno da casa bandeirista, solução que depois seria repetida para o número 37 da avenida Paulista, a Casa das Rosas².

2. Este não foi o encerramento definitivo para a casa bandeirista do bairro do Itaim. Apontam-se aqui apenas os registros que permitem ver quais eram os temas candentes na altura dos acontecimentos que são o foco de análise neste artigo.

Em 15 de dezembro de 1980, o Secretário da Cultura, Cunha Bueno, veio à reunião do Conselho para “externar sua preocupação pelas repetidas notícias que aparecem na imprensa sobre tombamentos”; pedia que o Condephaat esclarecesse a população, que tudo confundia: tombamento com desapropriação, responsabilidade do proprietário pela conservação do bem tombado com responsabilidade do Condephaat etc. Naquela época, inúmeras vezes se pediu para constar em ata que uma inverdade fora publicada, como o planejado tombamento de 2 mil imóveis pelo Condephaat no ano de 1982, quando, na verdade, o correto seria dizer que se tratava apenas de levantamento de dados promovido pelo Condephaat.³

No começo da década de 1980, o órgão de preservação paulista tinha tombado cerca de duas centenas de bens. Se, por um lado, o Condephaat abrigava incertezas, por outro, os conselheiros averiguavam os processos sem resolução que estavam abertos há anos e se preparavam para a realização do maior concurso para ingresso de profissionais que tivemos na área de preservação do governo paulista, com 33 vagas para arquitetos e 11 para historiógrafos (RODRIGUES, 2000; WOLFF, 2018).

Em junho de 1982, quando estourou o escândalo das demolições de alguns casarões da avenida Paulista, o Conselho⁴ do órgão de patrimônio do estado de São Paulo costumava se reunir todas as quartas-feiras de manhã na rua Líbero Badaró; na maior parte das vezes, a reunião se estendia pelo período da tarde.

Naquela altura, os temas candentes e que tomavam mais tempo do colegiado eram a proteção de áreas naturais, a preservação de bens do interior paulista cujo valor não ultrapassava o espectro municipal e a criação de mecanismos que pudessem compensar os proprietários de bens tombados, sobretudo de isenção fiscal. Ainda que o Condephaat estivesse funcionando havia mais de uma década, pairavam dúvidas acerca das atribuições e da eficácia jurídica das decisões do Conselho.

3. Casos semelhantes de publicação na época: a falsa abertura do processo de tombamento do parque do Ibirapuera e as razões erradas para um tombamento no Vale do Ribeira (Livro de Atas VII, 9 ago. 1981), o inexistente tombamento da estação ferroviária de Bananal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Livro de Atas VII, 18 nov. 1981).

4. Os membros do Conselho eram o presidente, Ruy Ohtake, Caio Del Rio Garcia, Léa Goldenstein, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Edgard Carone, José Leandro de Barros Pimentel, Monsenhor Jamil Nassif Abib, Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, Pietro Maria Bardi, Paulo José da Costa Junior, Antonio Luiz Dias de Andrade e Padre Antonio de Oliveira Godinho.

Na semana anterior ao escândalo da avenida Paulista, na reunião de 16 de junho de 1982, Ruy Ohtake voltou ao assunto do levantamento que o Condephaat vinha realizando e de como tinha sido mal compreendido pela imprensa. Informou que, além de bairros como Campos Elíseos, Luz e Bela Vista, tinham terminado o levantamento dos bens da avenida Paulista e que, para isso, o Condephaat tinha solicitado permissão para seus fotografos chegarem ao topo dos prédios Nações Unidas e Conjunto Nacional. Nesse dia, fazia uma semana que o secretário havia determinado a abertura dos estudos para tombamento na avenida Paulista, mas as notificações ainda não haviam chegado aos proprietários. A repercussão nos jornais, todavia, já causava receio no Conselho, o que se exprimiu na fala da conselheira, a primeira presidente do Condephaat, Lucia Falkenberg, que “achava muito delicado e até não muito justo e perigoso, o tombamento de áreas muito valorizadas e a péssima repercussão que isto trazia para o Condephaat” (CONDEPHAAT, 1980-1982).

Segundo Ohtake, a movimentação dos fotografos na Paulista alertou os jornalistas e forneceu elementos para um dos pontos tratados no dia anterior no jornal *Folha de S.Paulo*: como o tombamento dos ditos edifícios foi recebido pelos que ali moravam ou trabalhavam. Como fizera seis meses antes, esse jornal misturou levantamento com tombamento e, num texto confuso e contraditório, mostrou a fala do presidente Ruy Ohtake afirmando que ainda não tinham discutido quais seriam os bens selecionados para tombamento na avenida Paulista, que somente depois de terminado o levantamento e feitos os estudos os processos de tombamento seriam abertos, e que estes demorariam uns quatro meses. Em outros parágrafos, no entanto, o texto jornalístico sensacionalista, sem assinatura, afirmava que

Rui Ohtake não quer adiantar quais os imóveis da avenida Paulista que serão tombados. Entretanto, segundo fontes da Secretaria da Cultura (a que o Condephaat está subordinado), alguns dos poucos casarões construídos na época dos barões do café e que escaparam da especulação imobiliária, não escaparão do Livro do Tombo. Também está praticamente certo o tombamento do edifício Nações Unidas e do Conjunto Nacional, ainda conforme informações dessas fontes (CONJUNTO..., 1982, p. 12).

FIGURA 1

Fotografia da folha 6 do levantamento de campo realizado na avenida Paulista em 1982.⁵ Fonte: Condephaat, Processo 2219/1982, f. 6.

NR EDIFÍCIO	NR PAVIMENTO	ÉPOCA	USO	INTERESSE
1312	19	1978	RESIDENCIAL	42.3
1349/1957	26	1957	RESIDENCIAL	42.3
1357	14	1957	RESIDENCIAL	42.3
1372	2	1972	RESIDENCIAL	42.3
1402	2	1972	RESIDENCIAL	42.3
1412	12	1972	RESIDENCIAL	42.3
1430	15	1972	RESIDENCIAL	42.3

O levantamento sobre o acervo da avenida Paulista a que se referia o presidente do Condephaat consistia em um formulário de 11 páginas iguais, preenchidas com informações preliminares e uma pequena imagem para cada imóvel; em cada folha, havia espaço para 14 imóveis, em duas colunas, uma para o lado par e outra para os imóveis de número ímpar, conforme se vê na Figura 1.

No conjunto das 11 páginas, onde se cobriram cerca de 130 edificações na avenida nos meados de 1982, o levantamento de campo revelou dez terrenos vazios ou com obras – sem edificação –, mais de 80 prédios – dos quais três tinham menos de 15 andares – e 32 edificações com até dois pavimentos que tinham sido construídas até os meados do século XX.

5. Esta e outras imagens dos autos processuais aqui inseridas não carecem de qualidade plástica porque buscam expressar o objeto fotografado (documento oficial em papel) como fonte de pesquisa.

3 ABERTURA DE PROCESSOS DE ESTUDO, NOTIFICAÇÕES E DEMOLIÇÕES

No dia 9 de junho de 1982, o secretário da Cultura, João Carlos Martins, que assumira a pasta havia menos de um mês, despachou “Providenciar estudos e abertura de processos de tombamento visando a preservação das seguintes edificações da avenida Paulista” e listou 32 imóveis pelo número que os localizava na avenida, conforme se vê na Tabela 1. Como a documentação completa do levantamento não está disponível, não é possível saber se o secretário se baseou no levantamento de campo recentemente realizado – o que considero o mais razoável – ou se, ao contrário, a parte do levantamento encontrada em cada processo foi uma extração com vistas a atender o indicado pelo secretário⁶. O fato é que, com as poucas linhas desse despacho, se iniciaram os trâmites para a proteção oficial de algumas edificações da avenida Paulista. Diferentemente do que anunciara o jornal, ficavam de fora alguns prédios mais recentes, que seriam considerados pelo Condephaat apenas no começo do século XXI, como o Conjunto Nacional e o edifício Pauliceia.

QUADRO 1
Processos de estudo de tombamento da avenida Paulista abertos em 1982 no Condephaat. (continua)

Número	Número do processo	Proprietário(a)(s)	Uso em 1982	Decisões do Conselho	Observações
37	22104/82	Ernesto Dias de Castro Filho	residencial	tombada em jul. 1982 impugnação pelo proprietário resolução tombamento 1985 desapropriada em 1991	Casa das Rosas projetada por Ramos de Azevedo para a filha, em 1926 proprietário impugnou antes da decisão do colegiado
91	22103/82	Dina Brandi Bianchi	comercial	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983	condições cumpridas, “edifício documentado” demolição em 2011
149	22105/82	Irma Petrella	residencial	liberada em jul. 1982	
227	22106/82	Governo do Estado SP Secretaria da Educação	escolar	tombada em 1982	Grupo Escolar Rodrigues Alves
283	22107/82	José Sampaio Moreira Jr.		demolição em jun. 1982	

6. O processo onde se encontra consolidado o “levantamento de campo” não foi encontrado no arquivo da UPPH. Reuni as folhas do levantamento, esparsas entre os processos de tombamento. Em cada processo inseriu-se, na terceira ou quarta folha, apenas a página do levantamento onde consta a edificação em tela.

QUADRO 1
Processos de estudo
de tombamento da
avenida Paulista
abertos em 1982
no Condephaat.
(continua)

Número	Número do processo	Proprietário(a)(s)	Uso em 1982	Decisões do Conselho	Observações
329	22135/82	Elian e Ricardo Hannud	comercial	liberada em jul. 1982	Automóvel Club Paulista alto grau de descaracterização
393	22108/82	Governo do Estado SP Secretaria da Saúde	institucional	reapreciada 2 vezes e liberada sob condições mar. 1983	Instituto Pasteur condições cumpridas, "edifício documentado"
412	22129/82	Oswaldo Sargentelli	comercial	liberada em jul. 1982	Oba Sargentelli, casa de espetáculos alto grau de descaracterização
486	22130/82	Philippe Aché Jr.	serviços	liberada em jul. 1982	escola de línguas estrangeiras um pavimento e porão
498	22109/82	Aida de Castro		demolição em jun. 1982 liberada em jul. 1982	no levantamento, está inserida junto aos nº 510 e nº 522
510	22110/82	Maria Helena de Castro		demolição em jun. 1982 liberada em jul. 1982	no levantamento, está inserida junto aos nº 498 e nº 522
522	22111/82	Maria Helena de Castro		demolição em jun. 1982 liberada em jul. 1982	no levantamento, está inserida junto aos nº 510 e nº 498
542	22112/82	Fundação Getúlio Vargas		liberada em jul. 1982	Associação de ex-alunos e reprografia conjunto com o nº 548 União dos Defensores da Terra pede tombamento em 1987 porque havia iminência de demolição do conjunto
548	22113/82	Fundação Getúlio Vargas		liberada em jul. 1982	conjunto com o nº 542
709	22114/82	Itaurana	comercial	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983	agência bancária "restauro" pelo McDonald's em 1987
867	22115/82	Chucri Lotaif	residencial	demolição em jun. 1982	Josefina Lotaif reside na casa há 35 anos (cf. <i>O Estado S. Paulo</i> , 22 jun. 1982)
1048	22131/82	Neide Bonfiglioli Trussardi	comercial	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983	agência bancária
1079	22116/82	Miguel Schaim	residencial	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983 demolição em 1984	nov. 1983: Sempla pede que reconsiderem o não tombamento por ser a mais antiga residência da avenida existente; representante da 1ª fase da ocupação
1125	22117/82	Armando Conde	residencial	demolição em jun. 1982	
1230	22118/82	Francisco Matarazzo Jr.	residencial	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983 demolição na década de 1990	primeiro pedido de tombamento é de 1975, cf. Coli (1991) jul. 1988: deputado federal Fábio Feldman pede tombamento em documento de 25 páginas 1989: reabertura do tombamento

QUADRO 1
Processos de estudo de tombamento da avenida Paulista abertos em 1982 no Condephaat.

Número	Número do processo	Proprietário(a)(s)	Uso em 1982	Decisões do Conselho	Observações
1373	22134/82	Lea S. Abdalla e outros	residencial	liberada em jul. 1982	
1405	22119/82	Felipe Daud	serviços	liberada em jul. 1982	
1811	22120/82	Wajih Hannud	residencial	liberada em jul. 1982	
1919	22121/82	Espólio de Raphael Franco de Mello	residencial	tombada em jul. 1982 impugnação pelo proprietário em set. 1982 resolução tombamento 1992	out. 1984: técnicos reclamam que nunca conseguiram entrar no imóvel para vistoria com o fim de instruir o processo de tombamento
1941	22122/82	José João Abdalla	residencial	liberada em jul. 1982	
2277	22133/82	Ragueb Chohfi	residencial	liberada em jul. 1982	jun. 1982: a Cia. Têxtil Chohfi pede informação sobre imóveis a serem tombados alegando interesse de compra de imóveis na avenida
2295	22123/82	Henrique Chimentí	comercial	liberada em ago. 1982	butique Rosita
2378	22127/82	Sociedade Brasileira de Educação – Companhia de Jesus	religioso	reapreciada duas vezes e liberada sob condições em mar. 1983	Capela do Colégio São Luís antes de ser informado do não tombamento, reitor do colégio protesta contra o tombamento
2424	22132/82	Banco Comercial do Estado de São Paulo	comercial	liberada em jul. 1982	agência bancária alto grau de descaracterização gêmea da nº2440
2440	22124/82	Raige Name Cury	residencial	liberada em jul. 1982	gêmea da nº2424
2465	22126/82	Erna Goldschmidt Rotschild	residencial	liberada em jul. 1982 desapropriação e demolição para obras do metrô em 82	mau estado de conservação
2485	22125/82	Acibe Ballan Camasmie	residencial	liberada em jul. 1982 desapropriação e demolição para obras do metrô em 82	mau estado de conservação num papelinho na contracapa: "Será desapropriada pelo metrô. LIBERADA"

LEGENDA

- decisão do Conselho pelo *tombamento* em jul. de 1982, a partir do parecer de Corona, Kneese de Mello e "Janjão".
- decisão do Conselho pelo *não tombamento* em jul. de 1982, a partir do parecer de Corona, Kneese de Mello e "Janjão".
- decisão do Conselho pelo *não tombamento* em jul. de 1982, a partir do parecer de Corona, Kneese de Mello e "Janjão" (Antonio Luiz Dias de Andrade). *Reapreciados duas vezes* a pedido do Secretário e "liberados do tombamento" em março de 1983, após cumprirem a condição de serem documentados em fotografia.

Os 32 processos da Tabela 1 têm data de abertura em 9 de junho de 1982; dois dias depois, num texto enxuto, redigiu-se a notificação para os proprietários. As notícias alarmantes publicadas na *Folha de S.Paulo* e os telefonemas de reclamação e de pedido de esclarecimentos que os conselheiros receberam fizeram com que nova redação fosse dada às notificações em 18 de junho, desta feita mais explicativas e cuidadosas:

Como todos nós sabemos, a avenida Paulista é um dos marcos mais significativos do desenvolvimento econômico e urbano de São Paulo. Sua implementação a partir das últimas décadas do século XIX faz parte da história da nossa cidade.

Os fortes fatores culturais recomendam ao Condephaat a *abertura* de processo de estudo para tombamento visando dois objetivos:

- 1 – Simples documentação fotográfica, histórica e arquitetônica para efeito de registro das mansões que não tenham maior significado, liberando-as do processo de tombamento, dentro de 30 dias.
- 2 – Continuidade do estudo de tombamento em relação às residências que contenham alto interesse cultural.

Essa é a finalidade da presente notificação (CONDEPHAAT, 1982, grifo do autor).

Mesmo assim, exacerbou-se a tensão experimentada naqueles anos pelos conselheiros em torno dos tombamentos. No domingo 20 de junho de 1982 algumas mansões da avenida Paulista amanheceram demolidas – o exame das diferentes fontes documentais indica que foram as casas de número 283, 498, 510, 522 e 1125⁷. No dia seguinte, o Condephaat notificou o Secretário da Segurança Pública da abertura de processos de estudos de tombamento dos 32 imóveis. Uma semana depois o Secretário de Segurança informou que enviara a informação para a Polícia Militar e aguardava as providências. A patrulha diuturna para assegurar a integridade das edificações só veio um mês depois, quando se destacou uma viatura para isso.

7. Os autos oficiais não informam com precisão quais foram as edificações que sofreram demolição, parcial ou integral, naquele final de semana, tampouco guardam fotografias delas. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou na terça-feira 22 de junho de 1982, à página 14, foram demolidos os casarões de número 283, 1125 e o conjunto formado pelos de número 498, 510 e 522. Ver adiante o que disse o jornal sobre a casa de número 867.

Na terça-feira 22 de junho o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou à página 14 dois textos tratando do ocorrido na avenida Paulista. O primeiro tinha como manchete “Secretário da Cultura afirma que foi ‘traído’” e o segundo “Uma avenida ainda rica em espaço”. Ali se vê a hipótese de que as demolições teriam sido consequência de vazamento de informação; João Carlos Martins afirma que “alguém do terceiro ou quarto escalões do Condephaat deixou escapar a informação que, oficialmente, só seria trazida a público depois que todas as notificações fossem entregues”⁸. Na matéria do *Estado*, o secretário apontava as notificações como centrais, dizendo que houvera atraso na entrega e que dali em diante isso seria feito com mais rapidez, com todos os proprietários sendo notificados nas próximas horas. Dizia também que mantinha na avenida “vários arquitetos de plantão ‘24 horas por dia’ para notificar as autoridades sobre qualquer tentativa de demolição”.

Sem assinatura e identificação do repórter, na mesma página, o *Estado* desqualifica o que foi dito pelo secretário da Cultura, afirmando que “os casarões da Paulista poderão ser demolidos a qualquer momento”, informando que a moradora do casarão de número 867 tinha concedido entrevista pela manhã e, à noite, o jornal flagrou movimentação de desocupação da casa. Além disso, o jornal apurou que a única providência punitiva a ser tomada pela Prefeitura Municipal contra aqueles que demoliram as casas seriam as multas por não terem autorização para demolição. Interessado em mostrar como a avenida Paulista ainda dispunha de áreas livres para construção, o *Estado* afirmava que das 25 casas que restavam “escondidas em meio aos prédios, poucas são representantes autênticas de épocas históricas, como o período dos ‘barões do café’”. Não bastassem esses elementos que tornavam descabida a proteção dos casarões, o jornal lembrava que “o próprio governo colabora nesse processo de destruição, já que por solicitação da Cia. do Metrô, três casas da avenida Paulista foram declaradas de utilidade pública”.

8. Segundo o Artigo 10 do “Regimento Interno das Sessões do Colegiado do Condephaat” (CONDEPHAAT, 1981): “As sessões ordinárias poderão contar com a presença de Assessores, Técnicos, funcionários ou servidores da Secretaria Executiva, por solicitação escrita do Presidente, sendo-lhes facultada manifestação apenas se solicitada, sobre matéria técnica para esclarecimentos das opiniões formais da Secretaria Executiva, prevalecendo sempre nos autos a manifestação global da Secretaria Executiva”.

É pouco provável que o vazamento de informação tenha sido o responsável direto pelas demolições, como acusou o secretário de Cultura. Parece que foi mais forte o caráter alarmista e distorcivo com que a *Folha de S.Paulo*, em 15 de junho, tratou do levantamento de campo que estava em finalização no Condephaat, como demonstrado. Nesse momento agudo do debate sobre preservação cultural, a participação dos jornais de maior circulação no território paulista é deletéria, difundindo informação imprecisa para causar alarme, gerar polêmica e desmoralizar as autoridades responsáveis pelas eventuais medidas de proteção oficial.

Sobre as notificações não terem alcançado os proprietários, é importante marcar que resultou juridicamente favorável a recusa dos proprietários em receber as notificações de abertura de estudo de tombamento, como veremos adiante. Nesses casos, o problema não consistiu no rompimento do sigilo, mas na demora e na pouca eficiência para entregar as notificações; se estas tivessem sido entregues no tempo certo, não teriam ficado para trás, a reboque dos jornais. Houve intervalos inadequados entre a decisão do Conselho, a emissão e, depois, a entrega das notificações.

Na reunião do Conselho do dia 24 de junho, as demolições são discutidas e a tônica está na busca de uma forma de compensar os proprietários pelos tombamentos. Cada conselheiro manifesta seu conhecimento sobre o assunto, remetendo a casos ocorridos em outras localidades. Concordam que é urgente um estudo para gerar legislação apropriada, lembram que é prudente recorrer às experiências do Iphan e que precisariam ter cuidado, porque estavam em “período crítico de eleições”. Outro impasse discutido é que, desde o princípio, o Condephaat vinha promovendo tombamentos “sem saber quais seriam as decorrências disso”. O debate se amplia erráticamente, chegando ao ponto de Paulo José da Costa Júnior indagar se “o Condephaat tem direito de tombar”. Sobressai a discussão em torno do grau de “saudosismo” envolvido na preservação dos casarões da avenida Paulista, o que se pode entender como desejo de preservar pelo simples gosto pelo passado, sem argumentação que se amparasse num saber competente. Preocupa os conselheiros o tratamento que dariam aos que demoliram as casas, que não fosse severo demais, dadas as fragilidades que reconheciam no tombamento, mas que tampouco fosse estímulo para outros proprietários que ousassem descumprir as determinações decorrentes do tombamento, ainda que provisório.

FIGURA 2

Fotografia do formulário com dados básicos relativos à casa de número 1811.

Fonte: Condephaat, Processo 22120/82, f. 13.⁹

FIGURA 3

Reprodução da fotografia da casa número 1811.

Fonte: Condephaat, Processo 22120/82, f. 14.

DEPHAAT
DEPARTAMENTO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ESTADO
Dados básicos para estudo de tombamento

Endereço: Avenida Paulista nº 1811

Tipologia: Isolado Conjunto Arquitetônico Loteamento

Uso: Residencial

Estado de Conservação: Satisfatório Médio Ruim
 Em Ruínas Em Restauração

Situação: [Mapa de localização]



Para as casas que não haviam sido demolidas, os processos no Condephaat seguiram com uma instrução sumária. A cada processo juntaram-se três folhas: um formulário de “Dados básicos para estudo de tombamento”, uma fotografia em preto e branco da fachada frontal – feita a partir do centro do leito carroçável – e, por fim, uma terceira folha com descrição arquitetônica da edificação em pouquíssimas linhas. No caso do número 1811 (Figuras 2 e 3), que ainda existe na avenida Paulista, a descrição foi: “Edifício residencial de dois pavimentos com característica monumental, adotando na fachada elementos neoclássicos como colunatas, platibanda e balaustrada” (CONDEPHAAT, Processo 22120/82, f. 15).

9. A precariedade dessa imagem deve-se à impossibilidade de ver a margem esquerda da folha 13 em todos os processos, ocultada pelo clipe que mantém juntos os autos do dossiê numa única pasta.

4 PARECERES, DECISÕES, REAPRECIÇÕES E DEMISSÃO COLETIVA

Em 1º de julho de 1982, o presidente Ruy Ohtake encaminhou os processos da Paulista aos conselheiros arquitetos Eduardo Kneese de Mello, Eduardo Corona e Antonio Luiz Dias de Andrade – conhecido por "Janjão". Dez dias depois, os três assinavam um parecer de pouco mais de três laudas que se constitui na parte mais substancial de avaliação que se pode encontrar sobre as edificações da avenida Paulista no período¹⁰.

Os autores começam lembrando que o parecer se refere aos imóveis listados pelo secretário da Cultura, excetuados aqueles do “aludido despacho [que] foram recentemente demolidos ou irremediavelmente comprometidos”. Asseveram que “os mais expressivos valores histórico-culturais associados à região da Paulista residem na nova ordem e concepção do espaço urbano, preconizado por seu idealizador, Joaquim Eugênio de Lima”, e afirmam que naquela época a cidade crescera e possibilitara “à burguesia emergente estreitar seus vínculos com a cidade que se consolidava como polo comercial, financeiro e industrial”. Segundo os conselheiros, assim como outros bairros da cidade – Campos Elíseos, Santa Cecília e Higienópolis –, a avenida Paulista tinha surgido devido às “sucessivas crises vividas pela ‘grande lavoura’”, que “obrigaram os cafeicultores a redirecionar suas aplicações num mercado estável e seguro: o imobiliário”.

Nessa avenida, diziam os arquitetos, “buscou-se um novo modelo de espaço. Aspiravam seus empreendedores à qualidade europeia de vida, naquele instante tão íntima e próxima”. Por isso planejou-se a arborização da Paulista, bem como os amplos jardins junto às casas. Segue o trecho mais relevante:

Os padrões arquitetônicos, via de regra, observavam estilos clássicos, interpretados, é certo, com toda a liberdade, gostos e vontades.

Como o modo de vida, os materiais de construção, arquitetos e operários foram trazidos da Europa. São Paulo assim conquistou o seu ‘boulevard’. Ganhou personalidade, pois *não prevaleceu, apenas, o modelo transposto*. A sociedade nova deixou suas marcas e sua identidade no espaço e nas obras de arquitetura. *O fazendeiro, o industrial e o comerciante, enriquecidos na metrópole emergente, todos, não negando totalmente suas origens recriaram o modelo universalmente vigente, adaptando-o a uma realidade própria.*

10. Diferentemente dos pareceres daquela época, este ficou integralmente registrado na ata da reunião de 14 de julho.

O conjunto, sem exceção, dessas obras é que importava preservar como testemunho maior de momentos tão importantes para a cidade de São Paulo (CONDEPHAAT, 1980-1982, grifo nosso).

Como vemos, não lhes escapou a heterogeneidade que caracterizava os casarões e tampouco o fato de que as edificações guardavam traços das origens de seus proprietários. Todavia, diziam eles, a avenida mudara com as transformações da cidade e, assim, já tinham desaparecido exemplares interessantes como a casa da família Thiollier e a de Horacio Sabino, projetada por Victor Dubugras; e a essas somavam-se as lamentáveis demolições recentes. Este é o ponto central que justificou o não tombamento de quase todas as casas: “O que sobra acha-se comprometido profundamente pela *perda do sentido de conjunto* e mesmo aqueles casos remanescentes encontram-se bastante descaracterizados por indiscriminadas reformas e adaptações inadequadas” (CONDEPHAAT, 1980-1982, grifo nosso).

Embora os arquitetos não tenham mencionado diretamente as obras que no começo da década de 1970 alargaram o leito da avenida e tomaram em torno de dez metros da frente dos terrenos, parece que este foi o *turning point*, a mudança crucial a partir da qual se descaracterizaram as mansões da avenida Paulista, muitas delas passando a ter a porta principal a menos de cinco metros da calçada.

Analisados os casos, Eduardo Corona, "Janjão" e Kneese de Mello indicaram apenas três edificações que mereciam ser tombadas: o Grupo Escolar Rodrigues Alves, “como exemplo de uso institucional do nobre espaço da cidade”, e duas residências – a número 37 e a 1919 – que mantinham “com o lote urbano relações ainda dignas quando considerada a primitiva situação”, o que estava de acordo com o valor projetual e de conjunto que atribuíam à avenida Paulista. Lembravam que o número 37 – a Casa das Rosas – pertencente ao espólio Dias de Castro, possuía também “qualidades de arquitetura intrínsecas” (CONDEPHAAT, 1980-1982).

Em 14 de julho o Conselho escutou a leitura do parecer feita por "Janjão" e viu uma projeção de slides com os prédios remanescentes. Com a autoridade e a experiência que lhe conferia o Iphan, o órgão federal de preservação, "Janjão" enfatizou que não era cada residência que tinha valor, mas “todo o espaço urbano que tinha sido de muita importância para a cidade de São Paulo” e que “tombar os escombros da avenida Paulista não tem sentido” (CONDEPHAAT,

1980-1982). O presidente Ohtake reforçou os critérios do parecer e mostrou que os tombamentos não eram completamente danosos para os proprietários:

O esforço pela preservação dos casarões mais significativos da avenida Paulista visa guardar uma amostragem do ambiente arquitetônico-urbanístico da via mais importante de São Paulo. Desde que se iniciou o processo de verticalização da avenida, mais de 60 casarões já foram demolidos para dar lugar aos edifícios. Esse processo continuará e o esforço do Secretário da Cultura é aprovar mecanismos legais que venham trazer os proprietários como aliados e não contrários. [...] das residências recém-demolidas, talvez duas seriam relacionadas para preservação, o que daria um total de 5 tombamentos. E, das 3 propostas, duas são residências, que *pelos amplos terrenos que possuem, permitem ainda na faixa posterior do terreno, constituição de edifícios cuja área total atinge ao máximo previsto da lei de zoneamento*. Portanto, em relação às duas residências, números 37 e 1919, a atual legislação não prejudicaria os proprietários (CONDEPHAAT, 1980-1982, grifo nosso).

Vê-se que a manutenção da relação entre edificação e tamanho do lote não era apenas um valor que remetia ao projeto original da avenida, indicando sua apreensão como conjunto, mas também um valor imobiliário, isto é, preservavam-se as edificações cujo terreno ainda apresentava possibilidade de verticalização¹¹.

Aprovou-se unanimemente o parecer dos arquitetos para tomar apenas as três edificações. Portanto, decidia-se pelo não tombamento de todos os demais imóveis daquela lista de 32 exemplares do começo de junho. Os proprietários que mandaram demolir seus imóveis fizeram-no diante da dúvida de terem as casas tombadas; agiram na incerteza e obtiveram sucesso porque se recusaram a receber a notificação em meados de junho¹²; assim, não foi possível fazer nada quando o Condephaat, meses depois, quis agir contra os que desrespeitaram as restrições impostas pela abertura dos processos, pois tais proprietários não tinham sido notificados¹³.

11. No artigo “A residência Franco de Mello em três tempos” (SILVA et al., 2015, p. 62), há extensa e apurada análise desse bem cultural, de sua origem até a atualidade. Ali se vê como a residência perdeu seu jardim externo e o restante do que a caracterizava como expressão do conjunto da avenida; ver páginas 62 e seguintes.

12. Paulo José da Costa Júnior, advogado, reclamou que faltara isonomia jurídica, pois os que derrubaram casas de valor indiscutível, mas derrubaram antes, seriam beneficiados.

13. Segundo informação da Procuradoria Geral do Estado, de 30 de junho, constante das folhas 16-18 do processo 22110/82, referente ao imóvel de número 510, recusaram-se continuamente a receber as notificações os donos das casas de número 91, 283, 498, 510, 522, 867, 1125 e 1941, “com o objetivo de se eximirem dos seus efeitos jurídicos”.

FIGURA 4 (esq.)

Reprodução da fotografia da casa número 1405. Fonte: Condephaat, Processo 21115/82, f. 14.



FIGURA 5 (dir.)

Reprodução da fotografia da casa número 2295. Fonte: Condephaat, Processo 22123/82, f. 14.



FIGURA 6 (esq.)

Reprodução da fotografia da casa número 2465. Fonte: Condephaat, Processo 22126/82, f. 14.



FIGURA 7 (dir.)

Reprodução da fotografia da casa número 2440. Fonte: Condephaat, Processo 22124/82, f. 14.



FIGURA 8

Reprodução da fotografia da casa número 2485. Fonte: Condephaat, Processo 22125/82, f. 14¹⁴.



Entre os imóveis da Paulista “liberados” na metade de julho de 1982, estavam casas de porte médio, algumas de construção recente sem recuo lateral, outras antigas em mau estado de conservação; seguramente, algumas já à espera da desapropriação para as obras do metrô. Nas Figuras 4, 5, 6, 7 e 8, encontram-se alguns exemplos da metade final da avenida.

14. Note-se a homogeneidade da sumária instrução que receberam os processos: em todos a fotografia foi anexada à folha 14.

Dias depois da decisão em favor do tombamento das três edificações da avenida Paulista, João Carlos Martins convocou o presidente do Condephaat. Segundo Ohtake, o secretário “ponderava se não seria imprudente ter apenas três imóveis tombados, diante da celeuma criada na imprensa” (CONDEPHAAT, 1980-1982). Em resposta, Ohtake voltou aos arquitetos que elaboraram o parecer, que se reuniram e mantiveram sua opinião, e o Conselho resolveu ratificar a decisão da semana anterior.

Por sua vez, o secretário determinou um prazo suplementar até 19 de agosto para validar a decisão do colegiado e “liberar os imóveis do tombamento”. No aviso que seguiu para os proprietários, esta prorrogação se devia aos “novos estudos sobre a legislação protetora do patrimônio histórico do Estado” (CONDEPHAAT, Processo 22114/82, f. 22). De fato, Martins iniciara tratativas junto à Câmara Municipal para estabelecer mecanismos de compensação para os proprietários que tivessem imóveis tombados, visto que eram municipais os principais tributos que incidiam sobre os imóveis da cidade. Nessa altura, o Município de São Paulo ainda não dispunha de instrumento de tombamento.

A esse respeito, em 23 de julho o Conselho redigiu uma carta na qual reafirmava a escolha dos três bens e concordava com a iniciativa do Secretário de buscar novas soluções

junto a profissionais diversos e à opinião pública, visando a elaboração de projeto de lei para na esfera da competência e atribuição legal do Município complementar a ação do Condephaat, [...], atendendo os legítimos anseios e reivindicações da população da cidade de São Paulo (CONDEPHAAT, Processo 22114/82, f. 23).

Percebe-se que o objetivo da carta era baixar a temperatura da discussão, “portanto, inexistindo motivos que sustentem qualquer contestação dirigida a esta Secretaria de Estado da Cultura” (CONDEPHAAT, Processo 22114/82, f. 23).

Na reunião de 11 de agosto, os conselheiros se deparam com novo pedido do secretário de Cultura para reapreciação da avenida Paulista; segundo Martins, tratava-se de “reclamo de toda a sociedade”. Dessa vez, o pedido de reapreciação foi feito em separado, para cada um dos dez bens selecionados pelo secretário, os números 37, 91, 227, 393, 709, 1048,

1079, 1230, 1919 e a Capela do Colégio São Luís. Todos os conselheiros se manifestaram contrários a uma mudança de opinião, a “voltar atrás”. Se fosse para reexaminar esses dez, diziam os conselheiros, seria imperativo retomar vários outros casos de edificações da Paulista que “estão no mesmo nível” (CONDEPHAAT, 1980-1982)¹⁵.

Na mesma ocasião debatem como reagir à contestação ao tombamento do proprietário da casa número 37, a Casa das Rosas; alguns achavam que o conselheiro, o advogado Costa Júnior, devia cuidar do assunto, enquanto "Janjão" pugnava que o Conselho devia apenas responder os argumentos do mérito, e não do ponto de vista jurídico. À época, as duas residências tombadas, números 37 e 1919, serviam de moradia e tiveram o tombamento contestado pelos proprietários.

No dia 18 de agosto, então, o Conselho ratificou a decisão de tomar apenas os números 37, 227 e 1919. Na semana seguinte, não houve reunião do Conselho por falta de quórum.

Em 1º de setembro, Ruy Ohtake anuncia que naquele dia o *Estado de S. Paulo* publicara uma lista de dez casas da avenida Paulista que seriam tombadas¹⁶; segundo ele, quem passou a informação para o jornal tinha sido o secretário da Cultura.

Nos autos dos processos desses dez imóveis selecionados¹⁷, há um novo pedido de reapreciação do secretário em 2 de setembro, afirmando que

o tombamento do referido imóvel é um reclamo de toda sociedade, [...] e eu na pessoa de Secretário de Estado, zelando pela cultura, reitero o pedido formulado em 10/8 para que esse Colegiado se digne reapreciar a matéria, tendo em vista o patrimônio que representa para a coletividade (CONDEPHAAT, 1982).

De acordo com Silvia Wolff, havia mesmo uma demanda da sociedade paulista pela preservação de edificações urbanas monumentais desde os anos 1970, e com a fundação do Condephaat, passaram

15. É de se lamentar que os autos não informem como o secretário chegou a essa seleção de dez edificações. Essa dezena de processos prolongou por mais alguns meses as discussões sobre a preservação na avenida.

16. Nos processos há vários recortes de jornal com as infundadas notícias de que dez imóveis da avenida Paulista seriam tombados.

17. No Quadro 1, ver o terceiro grupo de processos, marcado com a cor mais escura.

a ser solicitados pelos cidadãos tombamentos de casarões e palacetes urbanos, fóruns e cadeias e edificações escolares, localizados em cidades estagnadas no interior, em municípios em surto de desenvolvimento ou na capital em transformação. Todos classificados como ecléticos. [...]. Os paulistas pediam, assim, que se preservassem edificações marcantes na sua história e na paisagem urbana, mais enfaticamente quando estavam ameaçados por demolições (2018, p. 51).

Ao desconsiderar os pareceres do Conselho e tornar pública a diferença de opinião, indo aos jornais antes de se dirigir ao colegiado para pedir novo exame da decisão, o secretário de Cultura provocou forte indignação no Conselho que, em vista “das divergências e dos altos valores imobiliários em jogo”, pediu demissão coletiva pouco antes da renovação de conselheiros prevista para o final do mês.

Embora as atas não registrem menção ou debate em torno do que produziam os técnicos, nesses meses a técnica historiadora Tucci Carneiro aprontou um estudo sobre a avenida que foi inserido nos dez processos¹⁸, cuja conclusão juntava duas perspectivas, a arquitetura das casas e o conjunto urbanístico da avenida:

erguem-se ainda alguns casarões representativos do ciclo do café e da presença do imigrante. A importância destes imóveis não está apenas na sua arquitetura, mas *no fato de lembrarem a urbanização e o crescimento da cidade*. As “*Mansões da Paulista*” representam papel importante no patrimônio cultural, justamente *por documentarem a ocupação da avenida*, em seus primeiros períodos de efetivação (CONDEPHAAT, 1982, grifo nosso).

Até o final da gestão de Ruy Ohtake a leitura dos autos do Condephaat mostra um secretário da Cultura empenhado em preservar os casarões da avenida Paulista (Figuras 9, 10, 11, 12 e 13) e um Conselho firme no propósito de manter a opinião fundada no entendimento da avenida como conjunto urbano que já estava perdido, o que ficara consolidado no parecer de Corona, Kneese de Mello e "Janjão".

18. No Quadro 1, ver o terceiro grupo de processos, marcado com a cor mais escura.

FIGURA 9 (esq.)

Reprodução da fotografia da casa número 393. Fonte: Condephaat, Processo 22108/82, f. 14.



FIGURA 10 (dir.)

Reprodução da fotografia da casa número 709. Fonte: Condephaat, Processo 22114/82, f. 14.



FIGURA 11

Reprodução da fotografia da casa número 1048. Fonte: Condephaat, Processo 22131/82, f. 14.



FIGURA 12

Reprodução da fotografia da casa número 1079. Fonte: Condephaat, Processo 221116/82, f. 14.



FIGURA 13

Reprodução da fotografia da casa número 1230¹⁹. Fonte: Condephaat, Processo 22118/82, f. 14.



19. Esta fotografia foi tirada de um ônibus, como se vê pelas sombras deixadas no vidro do veículo e pela localização do fotógrafo, em meio às pistas da avenida e na frente de um carro. Talvez a estratégia tenha sido utilizada em razão da largura frontal do imóvel, maior que nos demais e, portanto, impossível de ter toda a fachada fotografada de outro ângulo.

5 NOVA GESTÃO, APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES E ENCERRAMENTO DE ALGUNS PROCESSOS

A próxima reunião do Conselho ficaria registrada no Livro de Atas VIII, em 9 de novembro de 1982. Agora, a presidência do Condephaat era do professor Aziz Nacib Ab'Saber²⁰. O secretário da Cultura ainda era Martins, que nomeou um “Grupo de Apoio” de alto nível técnico, científico e cultural” pelo *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Segundo a introdução feita pelo presidente, o Conselho e o Grupo de Apoio vinham se reunindo havia mais de um mês para preparar os trabalhos “do novo Condephaat”. A ideia era que os profissionais do Grupo de Apoio ajudassem o Condephaat “nas suas especialidades – arquivos, historiografia, antropologia cultural, ecologia e biogeografia, teatro e cenografia, história da arte e história da arquitetura” (CONDEPHAAT, 1982-1983)²¹. Como contou Silvia Wolff (2018, p. 54), o presidente formalizou o convite para que o secretário executivo e a diretora do serviço técnico comparecessem a todas as reuniões do Conselho “por necessidade de integração de serviços”²². Nessa gestão, de cerca de cinco meses, as atas são mais extensas e se constituem em transcrição de falas gravadas em áudio, o que revela mais cuidado e rigor com as opiniões que circulam no colegiado.

Retomando suas atividades, o Conselho sob Aziz Ab'Saber não cuidou da avenida Paulista nos primeiros meses. Conforme o presidente afirmou, as prioridades desse curto mandato tampão estavam nas áreas naturais – principalmente a serra do Japi – e nos teatros; até o começo de 1983 a avenida Paulista não emergiu no colegiado. Fora das reuniões

20. A vice-presidência era de Murillo Marx, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); pela Geografia da USP estava Augusto Humberto Titarelli; pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estava o Padre Jamil Nassif Abib; Mário Savelli representava o Instituto Histórico e Geográfico (IHG) de Guarujá e Bertioga; pela História da USP estava Ulpiano Meneses; Randau de Azevedo Marques estava pela Secretaria da Cultura; pelo IHGSP estava José Leandro de Barros Pimentel; Dorath Pinto Uchôa era do Instituto de Pré-História da USP e Antonio Luiz Dias de Andrade ("Janjão") permanecia no assento do Iphan.

21. Os membros do Grupo de Apoio deveriam ser indicados pela Secretaria e ter o aval do Conselho; além disso, não poderiam ser em número superior ao de conselheiros e, nesses meses, foram: José Sebastião Witter, Antonio Augusto Arantes Neto, Paulo Afonso Leme Machado, Helmut Troppmair, Miguel Juliano e Silva, Flávio Império, Flávio Motta, Ernani da Silva Bruno, Mauro Victor. Desses, um ou dois permanecem frequentando com mais regularidade as reuniões. No final da gestão do professor Aziz, já não se menciona Grupo de Apoio em nenhuma reunião.

22. Duas reuniões depois, na de número 527, no entanto, Ab'Saber reclamava da ausência dos técnicos nas reuniões, o que fazia recair sobre o Conselho “a responsabilidade por acontecimentos que escapam ao seu conhecimento e manejo burocrático”.

ordinárias do Conselho, Ab'Saber encerrava os processos daquelas casas que tinham sido demolidas nos meados do ano, determinando que se acionassem juridicamente os proprietários “com o máximo das sanções legais permitidas por lei, em face do caráter criminoso da demolição” e que divulgassem amplamente as medidas tomadas contra eles e as firmas demolidoras. Malgrado seu descontentamento, Ab'Saber é informado de que não há como incriminar os proprietários porque estes não receberam a notificação antes de a notícia da demolição constar nos jornais. Pouco antes do Natal, num tom de franca contrariedade, determinou o arquivamento desses processos (Figura 14).

FIGURA 14

Reprodução do despacho do Presidente Aziz Ab'Saber para a casa de número 283. Fonte: Condephaat, Processo 22107/82, f. 23.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 23
do P. Condephaat n.º 22107/82 (1)

Interessado: Condephaat

Assunto: Estudo de tombamento de edifício situado à Avenida Paulista nº 283-Capital.
Processo Terminal (Revisivo):-

Tendo tomado conhecimento, através da S. E. que o proprietário do edifício da Avenida Paulista 283 não recebeu a notificação da abertura do processo ("tombamento provisório"), até a data de 20 de junho de 1982, quando consta a notícia de demolição nos jornais, vimos-nos a contragosto, por uma questão de legalidade, a tornar sem efeito o nosso parecer revisivo à folha 22 (verso). Para evitar os mecanismos de não recebimento efetivo de notificações da CONDEPHAAT em casos futuros, e, baseada no presente caso, de agora por diante, daremos preferência ao processo de notificação por edital.

Aziz Nabil Ab'Saber
São Paulo, 21/12/82.
SP 21/12/82.

Leber-se o edifício para o uso que o proprietário bem entender.

36.000 - X.191

No dia 4 de janeiro de 1983, o Conselho fez sua primeira reunião do ano. Na ocasião, o Secretário Martins pediu presteza na solução dos dez processos pendentes da avenida Paulista. Na semana seguinte, Aziz Ab'Saber trouxe os processos remanescentes para o colegiado; nesta parte do relato de 11 de janeiro, no Livro VIII, a ata registra que

antes de reencaminhar os processos remanescentes sobre tombamento de edifícios na avenida Paulista (um número de 10 processos), *dirigindo-se aos Conselheiros e Assessores em caráter pessoal e confidencial*, narrando os resultados de suas pesquisas sobre os lamentáveis acontecimentos [...] fez questão de separar fatos habituais, não justificáveis, da vida político-administrativa brasileira, de outros tipos de fatos e ocorrências, consideradas tentativas de fraudes, chantagens e tráfico de informações, a nível criminoso. Afirmou que, entretanto, *os casos mais concretos, porém frustrados, de tentativas de chantagens, foram corrigidos com o desligamento de funcionários e seu afastamento 'pro tempore'*, não tendo chegado a nenhuma sindicância específica, que poderá ser solicitada em qualquer época, por qualquer um dos Conselheiros que possua documentação específica (CONDEPHAAT, 1982-1983, grifo nosso).

Podemos depreender da longa fala do presidente Ab'Saber que as irregularidades no Condephaat eram praticadas por gente que lá estava antes de se iniciarem os estudos para tombamento na avenida Paulista e que não foi possível punir os culpados porque não se conseguiram juntar provas documentais. Diante do ocorrido, o que importa para o presidente do Conselho é que nada de muito ilícito se passou no tratamento dos imóveis da avenida Paulista; ele quer garantir que desse momento em diante os conselheiros ajam com licitude e firmeza e, ainda, que fiquem atentos para reunir provas de irregularidades, para “sanear os costumes de funcionários useiros e vezeiros no abuso de suas funções públicas e na prática de atos de corrupção” (CONDEPHAAT, 1982-1983). Todos os presentes se manifestaram apoiando a fala de Ab'Saber.

Para destrinchar os dez casos pendentes, Helena Saia, Ulpiano Meneses e Mario Savelli relataram o ocorrido apontando as incongruências geradas pelos encaminhamentos da gestão anterior; indicaram que a escassa instrução dos processos não permitia tratar dos imóveis na perspectiva desejada pelos arquitetos pareceristas, ou seja, não permitia tomar a avenida Paulista como fato urbanístico. Disseram que, mesmo que viesse

a ser criada uma legislação para compensar os proprietários de imóveis tombados, o Condephaat “não estaria dispensado de se manifestar quanto ao tombamento de interesse estadual”. Sendo assim, pedem a instrução adequada dos processos (CONDEPHAAT, 1982-1983).

Em 1º de fevereiro de 1983, houve “longo debate em torno do assunto” da avenida Paulista. Os conselheiros Ulpiano Meneses e Helena Saia insistiam na necessidade de melhor instruir os processos, inclusive por conta dos dois proprietários que estavam contestando o tombamento e das casas que desapareceriam, por não serem tombadas. Por sugestão de Ulpiano Meneses, decidiu-se formar uma comissão de vistoria, composta por dois conselheiros – Mário Savelli e Murillo Marx – e dois arquitetos do Serviço Técnico – José Guilherme Savoy de Castro e Raphael Gendler. A meta dessa comissão seria, “em caráter terminal”, “registrar a importância arquitetônica e a representatividade das edificações”, para o que levariam uma carta de apresentação do Condephaat (CONDEPHAAT, 1982-1983).

A vistoria não foi feita porque os proprietários, novamente, recusaram-se a receber as ditas notificações; houve também casos de endereço errado. Nas reuniões seguintes, o Teatro Oficina ocupou quase todo o tempo do Conselho, com demorados debates e a presença de Lina Bo Bardi e José Celso Martinez Corrêa.

Apenas em 22 de fevereiro o Conselho voltou a tratar da avenida Paulista, o que ficou documentado numa longa ata entre as folhas 92 e 99, frente e verso; nessa circunstância, Ab’Saber introduziu o assunto dizendo que se tratava de um “problema herdado grave”, que o Conselho ratificara a decisão do anterior, de tombar apenas três edifícios, mas era preciso decidir acerca dos outros sete imóveis ainda pendentes. Como ele se via na obrigação de fazer, e em posição diferente da defendida pelo secretário Martins, instava os conselheiros a liberarem imediatamente do tombamento os sete casos indicados pelo secretário da Cultura porque o Condephaat ficara numa “situação extremamente desagradável”; recebera “até a visita de um proprietário mal-educado à Secretaria”. Diante de tais impasses, os proprietários foram convocados para uma reunião no Condephaat para a qual ele gostaria de contar com a presença dos conselheiros. Sem explicitar quem resolveu realizar a tal reunião, Ab’Saber afirmou que nela tentariam convencer alguns proprietários a “conservarem sua propriedade

pelo máximo de tempo possível, e sobretudo, uma delas para sempre, independentemente do tombamento” (CONDEPHAAT, 1982-1983)²³.

Dado que o presidente do Conselho sabia de antemão o que se proporia aos proprietários, prescindindo da opinião dos conselheiros para isso, parece que estavam confiantes no processo paralelo que se conduzia junto às esferas municipais para a preservação das edificações da avenida Paulista. Como ninguém contestou esse modo de agir, parece que já estavam conformados com o fato de que o destino daquelas casas não dependia de serem tombadas, mas do que se resolveria a partir das novas propostas de legislação municipal que, pelo que vemos nas entrelinhas, eram acompanhadas de perto pela Secretaria da Cultura do Estado. Era preciso convencer os proprietários a manterem suas casas porque seriam recompensados pelas instâncias municipais.

Aziz Ab’Saber prosseguiu acusando o antigo secretário executivo de continuar obtendo “informações sobre as coisas internas do Conselho, interferindo nos negócios do Condephaat”²⁴. A fala que ficou registrada é:

No dia de ontem ele teria procurado o Senhor Secretário [da Cultura] e dizendo que existiam várias coisas com as quais ele estava em desacordo, e, em tom quase ameaçador, dizendo que tem gravame no problema da demora do tombamento e desapropriação, entre outras muitas sandices. O vazamento de informações internas e confidenciais parece estar ocorrendo, a despeito de todas as nossas preocupações e nossos esforços. Trata-se, a meu ver, de uma coisa seríssima. [...] Seria indicado mesmo fazer uma sindicância para saber como e que *pessoas totalmente estranhas ao Conselho souberam que as cartas de vistoria estavam sendo enviadas*. Ele é de uma inaudita ousadia e eu rechaço isso (CONDEPHAAT, 1982-1983, grifo nosso).

O presidente seguiu arrolando irregularidades que teriam sido provocadas por vazamento de informação até em outros casos do Condephaat, como num teatro de Santos. Encaminhou, então:

Em função disso eu pediria o apressamento da liberação das casas da Paulista, em nome da moralidade, porque se indivíduos desse naipe conseguem e pensar (sic) fazer negociações intermediárias que deixarão esse

23. É incompreensível o trecho “e sobretudo, uma delas para sempre, independentemente do tombamento”.

24. Segundo Silvia Wolff (2018, p. 53), desde o final da década de 1970 havia divergências entre a presidência e a secretaria executiva.

Conselho e essa Secretaria em situação muito embaraçosa, nós que já temos plena consciência de que aqueles edifícios são duvidosos em termos de um possível tombamento, e, *nós que não temos força para fazê-lo no momento, por uma série de conjunturas, então liberemos os sete edifícios, numa decisão em bloco* (CONDEPHAAT, 1982-1983, grifo nosso).

Diante de alguma oposição, o professor Ab'Saber conta que naquela semana o Condephaat perdera os seus 16 funcionários, cujos contratos se extinguíram. Conselheiros lembraram que só estavam examinando os sete casos porque veio uma “ordem de cúpula”, já que o Conselho anterior havia definido com absoluta precisão que apenas os números 37, 227 e 1919 seriam tombados. O conselheiro Randau Marques defendeu as vistorias e a documentação das casas, dizendo ter sido informado por jornalistas que o mesmo ex-secretário executivo frequentava as redações dos jornais para “lançar lama” sobre o Conselho e que os jornalistas têm evitado publicar o que ele sugere; além disso, acha que se deveria chamar a polícia para verificar “a que grau de corrupção, a que grau as distorções de valores estavam entranhadas neste órgão, que nós moralizamos” (CONDEPHAAT, 1982-1983).

Nessa altura, o presidente pede que o Conselho abra as reuniões para receber jornalistas convidados, para “ouvir a isenção com que este Conselho trabalha”. Assim, estamos sem saber até que ponto, para aquele Conselho, era preciso primar pela confidencialidade e não deixar vaziar informação ou era desejável buscar, em nome da transparência, que as decisões fossem tomadas em ambiente acompanhado pela imprensa.

Unanimemente, decidiu-se de acordo com o indicado pelo presidente, isto é, pela “liberação das sete casas com processo aberto de tombamento” e pela “obrigatoriedade dos proprietários desses imóveis de facilitar e permitir a tomada de instrução necessária.” Dessa maneira, a nova decisão reiterava as anteriores: atendia a orientação de Ulpiano Meneses para documentar as casas e, ao mesmo tempo, reafirmava a opinião do Conselho de tombar apenas os números 37, 227 e 1919. O que estava em primeiro plano já não eram as casas da avenida Paulista e as razões pelas quais mereciam ou não ser protegidas, mas demonstrar a força do Conselho (CONDEPHAAT, 1982-1983)²⁵.

25. Esta última reunião de fevereiro de 1983 seguiu com a autorização de diversos projetos de obras e tratativas sobre os tombamentos das áreas naturais; sua ata termina aludindo à próxima reunião, que se realizaria na manhã do 1º de março. Inesperadamente, neste livro não há mais nenhuma ata e a próxima folha, depois da 99, é a 190, o que indica que houve extração de folhas; o encerramento do livro fez-se com a assinatura do presidente Ab'Saber. O próximo livro de atas do Condephaat é o IX, que abre com a reunião prevista, em 1º de março.

Desta feita, o Condephaat conseguiu que os proprietários permitissem a documentação de seus imóveis e, por isso, no dia 3 de março de 1983 foram liberados do tombamento os seguintes imóveis: números 91, 393 (Instituto Pasteur), 709, 1048, 1079, 1230 (dos Matarazzo) e a capela do Colégio São Luís.

Em princípio, a liberação de sete dos dez prédios propostos pelo secretário da Cultura encerrava as decisões do Condephaat acerca da avenida Paulista. Mas os processos continuaram recebendo documentos. A ata de 10 de maio de 1983, quando o professor Antonio Augusto Arantes Neto assume a presidência do Conselho, indica que “os proprietários da avenida Paulista solicitavam urgência na decisão acerca dos processos de estudo de tombamento de seus imóveis” (CONDEPHAAT, 1983-1984). Com efeito, faltava lidar com as contestações dos proprietários das residências de número 37 e 1919 e instruir os processos das três edificações a serem tombadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos 32 processos de estudos para tombamento da avenida Paulista abertos em 1982 no Condephaat referenda a força da tradição modernista no pensamento sobre patrimônio neste país, conforme insiste reiteradamente Paulo Garcez Marins em variados textos (2008, 2016). Sobre o Condephaat propriamente, Flávia Brito Nascimento (2018, p. 136) lembrou que este abrigava, principalmente nas representações do Iphan e da FAU-USP, os arquitetos herdeiros do movimento moderno em São Paulo, como Corona, Ruy Ohtake, Carlos Lemos e Luiz Saia, aos quais poderíamos acrescentar os nomes de Eduardo Kneese de Mello e Antonio Luiz Dias de Andrade.

Foi essa linhagem modernista que balizou as decisões do Condephaat para a avenida Paulista, desconsiderando o valor propriamente arquitetônico das edificações do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX e também seu valor como expressão da história da arquitetura. Reconheceu-se valor histórico apenas no conjunto que expressava o projeto de construção da avenida, como expressão da história do urbanismo. Em nenhum momento se cogitou proteger a memória das famílias que viveram naquelas mansões²⁶;

26. As duas mansões tombadas corroboram em cheio a interpretação de Paulo Garcez Marins: “eclipsando a grande quantidade de comerciantes e industriais sem nenhum vínculo direto com a cafeicultura que ali residiram.” (2016, p.58) Além disso, é bom lembrar que, pelo que se vê hoje, a preservação da Casa das Rosas e da Residência Franco de Mello depende de investimento público, a última ainda em conservação precária e objeto de disputa judicial. Seria bem-vinda uma análise da trajetória da preservação dessas duas casas desde o tombamento.

nem mesmo nos três casos a serem tombados as edificações foram entendidas como expressão histórica de acontecimentos de caráter social. Não o apontamos como uma cobrança anacrônica do que deveria ter informado as escolhas dos conselheiros e técnicos, mas para evidenciar que, mesmo sem os atributos da boa arquitetura, as possibilidades de apreender “historicamente” aqueles imóveis estavam circunscritas ao campo de conhecimento da arquitetura.

Nos autos de 1982 e 1983, não há registro de que a produção e a opinião dos técnicos tenha sido considerada; o Conselho decidiu sozinho. Contudo, parece que o julgamento dos conselheiros sobre o valor dos bens culturais pesou menos no destino das edificações do que as vicissitudes institucionais e os embates políticos – veja-se a força necessária para enfrentar os proprietários e o protagonismo do secretário da Cultura. Com pouca estabilidade, escassez de pessoal e de recursos, os atrasos e incertezas na atuação do Condephaat constituíram vetores poderosos no andamento da proteção oficial, independentemente das atribuições de valor que sustentavam sua atuação, sem falar nas sabotagens, negociações e corrupção, cujos rumores ficaram na documentação, mas que, por sua natureza, não se expuseram explicitamente nos autos oficiais.

Como princípio, para além do que se deu na época examinada, é a transparência, a celeridade e a eficácia dos procedimentos oficiais de proteção que precisam ser defendidas, e não o sigilo em torno do que se debate no interior dos órgãos públicos de patrimônio. Principalmente depois da Constituição de 1988 e da ordem jurídica e institucional democrática, devemos garantir o caráter público das tratativas oficiais em torno da preservação; afinal, a decisão de tombamento exarou-se pelo colegiado, com representantes da sociedade civil, e deve se efetivar como um reconhecimento do Estado à relevância que os grupos sociais atribuem a certos bens culturais. Tão importante quanto a transparência na seleção do que compõe o acervo deve ser a eficácia do órgão público na implementação dessa decisão e na fiscalização do cumprimento de suas decorrências, com as punições previstas para as infrações. O que se viu nos casos da avenida Paulista – e que foi publicado nos jornais – é que o Estado não tinha mecanismos para atuar junto aos proprietários que desrespeitaram o tombamento, ou não sabia exatamente como usá-los.

A exploração das miudezas da documentação e o confronto de fontes

diferentes – autos processuais, atas de reunião e jornais – mostram como é irreal a visão dualista que separa os agentes entre defensores e contrários à preservação. Podemos perceber que na votação se juntam opiniões antes divergentes e aproximam-se concepções não apenas para a defesa do que está redigido no parecer, mas muitas vezes como estratégia para vencer parcialmente naquela circunstância, para alcançar mais adiante o que se busca, como vemos nos procedimentos e opiniões do professor Ulpiano Meneses que, para manter firme a posição do Conselho, parecia se conformar com o não tombamento de algumas edificações, mas encaminhava as discussões no sentido de garantir que se documentassem aqueles bens culturais por meio de adequado registro fotográfico. E como vemos, principalmente na escolha para tombamento das residências números 37 e 1919 sob a justificativa de que sua configuração no lote ainda guardava a feição proposta no projeto original da avenida, quando, de fato, alguns pensavam no potencial construtivo do terreno, ou seja, em diminuir as perdas financeiras que os proprietários teriam com o eventual tombamento; resta saber se o faziam em favor dos proprietários ou porque percebiam que essa era a única maneira de efetivar tombamentos na região do mais alto valor imobiliário na cidade, ou as duas coisas.

O embate mais renitente dos 32 processos examinados foi o que se deu entre o Conselho e o secretário da Cultura João Carlos Martins, que alargou prazos e solicitou duas vezes a reapreciação da decisão de não tombamento. Pela leitura dos autos, parece que o secretário confiava no encaminhamento que fazia junto às instâncias municipais para gerar legislação que recompensasse os proprietários de imóveis tombados. Por sua vez, o Conselho se empenhou em demonstrar força e coesão em torno do parecer de julho de 1982, sem voltar atrás.

REFERÊNCIAS

COLI, Jorge. Memória e preservação: a mansão dos Matarazzo. *Resgate*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 87-96, 1991. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v2i3.8645485>.

CONDEPHAAT. *Livro de Atas VII (set. 1980 a set. 1982)*. São Paulo: Condephaat, 1980-1982.

CONDEPHAAT. *Livro de Atas VIII (nov. 1982 a fev. 1983)*. São Paulo: Condephaat, 1982-1983.

CONDEPHAAT. *Livro de Atas IX (mar. 1983 a jul. 1984)*. São Paulo: Condephaat, 1983-1984.

CONDEPHAAT. *Processos de estudos de tombamento abertos em 1982*. São Paulo: Condephaat, 1982.

CONDEPHAAT. Regimento Interno das Sessões do Colegiado do Condephaat. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*: seção 1, São Paulo, p. 13, 26 mar. 1981.

CONJUNTO Nacional e velhos casarões podem ser tombados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 15 jun. 1982.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2006.

MARINS, Paulo César Garcez. San Pablo: la avenida Paulista de la Belle Époque: élites en disputa. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016. p. 57-75.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Cenpec: Imprensa Oficial, 2008. p. 137-167.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A arquitetura moderna e o Condephaat no desafio das práticas seletivas. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 116-140, 2018. Edição especial. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26espp116-140>.

OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 208-255.

RODRIGUES, Jaime. Do museu inexistente. In: Elizabete Leal; Odair da Cruz Paiva (org.). *Patrimônio e história*. Londrina: UniFil, 2014. p. 139-155.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo: Edunesp, 2000.

SECRETÁRIO da Cultura afirma que foi traído. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 14, 22 jun. 1982.

SILVA, Joana Mello de Carvalho *et al.* A residência Franco de Mello em três tempos: da domesticidade de belle époque ao centro de cultura, memória e estudos da diversidade sexual do estado de São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 20, p. 36-77, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voi20p36-77>.

UMA AVENIDA ainda rica em espaço. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 14, 22 jun. 1982.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do Condephaat. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 45-62, 2018. Edição especial. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26espp45-62>.

PRESERVAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÃO MODERNISTA:

O CASO DO PRÉDIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA MARIA

GIANE DE CAMPOS GRIGOLETTI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA,
SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Santa Maria, graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Física pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado e doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da UFSM.

E-mail: giane.c.grigoletti@ufsm.br

MARIA DE LOURDES AFONSO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA, SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis. Atualmente é arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: decaufsm@yahoo.com.br

BRUNA ZAMBONATO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA
MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa de Tecnologias e Sustentabilidade do ambiente construído, bolsista CAPES. Bacharel em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: zambobru@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p72-107>

RECEBIDO

17/09/2019

APROVADO

04/12/2019

PRESERVAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÃO MODERNISTA: O CASO DO PRÉDIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

GIANE DE CAMPOS GRIGOLETTI, MARIA DE LOURDES AFONSO DOS SANTOS, BRUNA ZAMBONATO

RESUMO

Este artigo trata da preservação do prédio da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada em Santa Maria-RS, bem material não tombado construído no final da década de 1960, projetado segundo os princípios da arquitetura modernista. O edifício tem sofrido contínuas alterações, principalmente em suas fachadas. Devido a isso, fez-se um estudo a fim de apontar diretrizes para sua conservação e restauração. O método envolveu pesquisa em documentos históricos, que justificam tanto a importância da UFSM no contexto local quanto aspectos relacionados ao modelo adotado para a implantação do campus da universidade, seguindo preceitos do urbanismo modernista. Consultou-se arquivos guardados na instituição que contêm documentação do projeto original, a fim de verificar a conformação inicial prevista no projeto e como construído à época. Depoimentos de pessoas-chave foram coletados com o intuito de fundamentar e registrar as transformações sofridas pela edificação ao longo dos anos, resultado de reformas e adequações às necessidades administrativas. Bibliografia referente a experiências nacionais e internacionais permitiu conhecer as ações adotadas na preservação da arquitetura moderna. A partir dessa fundamentação, diretrizes foram traçadas para a preservação das fachadas do edifício. Essas diretrizes buscam a preservação da edificação considerando os recursos públicos disponíveis, apontando ações viáveis que respeitem as principais características formais e estéticas do bem. Como principal resultado, tem-se um produto que serve como diretriz para a intervenção na edificação, bem como procedimentos que podem guiar a intervenção em outras edificações com as mesmas características.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico. Arquitetura moderna. Fachadas.

PRESERVATION OF MODERN ARCHITECTURE FACADES: THE CASE OF UFSM CENTRAL ADMINISTRATION BUILDING

GIANE DE CAMPOS GRIGOLETTI, MARIA DE LOURDES AFONSO DOS SANTOS, BRUNA ZAMBONATO

ABSTRACT

This article discusses the preservation of the Central Administration Building of Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) located in the south of Brazil. The building is a non-declared cultural heritage, built at the end of the 1960s and designed according to principles of modern architecture. The building underwent continuous alterations, mainly in its facades. A study was thus conducted to point out guidelines for its conservation and restoration. The method involved the research of historical documents, which justify both the importance of UFSM in the local context and aspects related to the model adopted for the implementation of the university campus, which followed the precepts of modernist urbanism. Files stored in the institution that contains documentation of the original project were consulted to verify the initial conformation foreseen in the project and how it was built at the time. Testimonials from key individuals were collected to substantiate and record the transformations made to the building over the years as a result of reforms and adjustments to administrative needs. Bibliography referring to Brazilian and international experiences were sought to understand the actions adopted in the preservation of modern architecture. Based on this framework, guidelines were drawn for the preservation of the building's facades. These guidelines seek the preservation of the building considering the public resources available, pointing out viable actions that respect the main formal and aesthetic characteristics of the property. The main result is a product that serves as a guideline for the intervention on the building, and procedures that can guide the intervention in other buildings with the same characteristics.

KEYWORDS

Architectural heritage. Modern architecture. Facades.

1 ARQUITETURA MODERNA COMO PATRIMÔNIO E SUA PRESERVAÇÃO

A preservação da arquitetura moderna tem levado a reflexões que fundamentam não apenas ações em edifícios reconhecidamente importantes para a história mundial e nacional da arquitetura, como também para obras de valor regional e local. Este artigo discorre sobre a preservação do prédio da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada no interior do Rio Grande do Sul, e apresenta diretrizes para a conservação e restauração de suas fachadas. Dentro de um contexto mais amplo conformado pelo próprio campus da UFSM, com traçado modernista, busca-se fundamentar a importância desse bem, que corre risco de ser desfigurado em função de alterações necessárias para a sua eficiência energética. O foco é a prática da preservação, pelo confronto de experiências e reflexões de alguns autores a respeito da dificuldade em alinhar as intenções da preservação com o contexto social e econômico. A partir daí, aponta-se ações que visam a restauração e conservação do bem.

Françoise Choay (2006) afirmou que a arquitetura é o meio de maior impacto que permite conservar vivo um laço com o passado que representa a identidade de uma sociedade, como se fizesse parte do próprio ser no agora. Esta afirmação resume o sentimento que imbuí o ser humano quando busca a preservação de seu patrimônio cultural, sem o qual, passado, presente e

futuro perdem seu sentido. Dentre as diferentes formas de manifestação da arquitetura, a arquitetura moderna talvez seja, atualmente, aquela que demanda maiores cuidados, devido a diversos fatores. Citam-se alguns, como o pouco distanciamento histórico que separa sua criação da contemporaneidade, o uso de tecnologias inéditas para a época, cujos problemas ao longo da vida útil ainda não eram conhecidos, e o foco na funcionalidade, fazendo com que os arquitetos modernos não previssem a flexibilidade para novos usos ao longo do tempo. A preservação da arquitetura moderna tem sido discutida e fundamentada por autores como Jokilehto (2002), Salvo (2007), Longstreth (2012), Prudon (2017) e Jonge (2017). Esses autores argumentam que, tombada ou não, a arquitetura moderna merece ser apreciada por várias razões: faz parte da herança cultural das gerações posteriores à segunda grande guerra; em muitos países, sua expressividade supera os estilos anteriores; possui mérito arquitetônico; é plena de significado social; e pelas inovações tecnológicas a ela inerentes. Jonge (2017) argumenta que, no estágio atual, em que as obras mais representativas do movimento estão com programas de conservação e preservação consolidados, é o momento para dedicar atenção às obras menos significativas.

O Comitê Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno (Docomomo) tem, tanto no âmbito internacional quanto nacional, aprofundado a discussão sobre a importância do patrimônio edificado moderno e servido como um fórum para a fundamentação de princípios e diretrizes para a sua preservação, cuja temporalidade leva, muitas vezes, a não julgar seu real valor artístico e histórico (FREITAS, TIRELLO, 2013; OKSMAN, 2011). Isso é mais forte principalmente longe dos grandes centros culturais, onde os exemplares existentes possuem uma significação local ou, no máximo, regional. Nota-se esforços do poder público na preservação de bens do século XVIII, XIX e início do século XX, por exemplo, e pouco ou nenhum esforço voltado ao patrimônio arquitetônico moderno.

De acordo com Freitas e Tirello (2013), há uma dificuldade em estabelecer formas para a conservação e restauração de obras da arquitetura moderna, considerando-se que estes edifícios estão em pleno uso, mantendo, muitas vezes, sua função original. Manter o patrimônio edificado em uso ao longo dos anos é uma maneira de protegê-lo de possíveis depredações e

abandono. Porém, esta abordagem implica em adequá-lo constantemente às necessidades atuais dos usuários, o que pode levar a intervenções que desfiguram a sua imagem. Moreira (2011) elenca os desafios envolvidos na sua conservação: a manutenção da materialidade dos edifícios e a reposição de elementos originais que cedo, pelo ineditismo das experiências, apresentaram patologias e falhas de construção que obrigam a intervenções severas; a necessidade de adequar a infraestrutura, como sistemas de água e esgoto, condicionamento do ar, redes de lógica e energia; e, talvez o mais grave, o não tombamento desses edifícios, que faz com que intervenções os descaracterizem até o ponto de não serem mais reconhecíveis ou mesmo demolidos antes de terem seu valor histórico e artístico estabelecido.

O caráter inédito das tecnologias usadas nas edificações modernas resulta, muitas vezes, em sistemas construtivos mínimos, não duráveis, cuja fragilidade na exposição ao tempo requer uma manutenção contínua e mesmo a substituição em menor espaço de tempo do que a arquitetura que lhe antecedeu. Um exemplo são as cortinas de vidro que, diferentemente de uma parede tradicional com esquadrias, envolve uma complexidade na solução que ultrapassa os componentes em si (o vidro e o metal), inclui outros materiais que podem se degradar mais rapidamente, como os vedantes e os selantes. A deterioração desses elementos secundários compromete a integridade da estrutura como um todo. No caso de paredes de alvenaria, a degradação das esquadrias não envolve a integridade da parede em si. Já a recuperação de sistemas, na arquitetura moderna, muitas vezes implica sua substituição numa escala que compromete a originalidade da obra (SLATON, 2017).

Algumas experiências de conservação e restauração têm sido relatadas e servem de guia para intervenções no Brasil. Salvo (2007, p. 140) apresenta reflexões a respeito de intervenções realizadas na arquitetura contemporânea após 20 anos de discussões sobre o tema. A autora distingue duas abordagens: “[...] para obras de valor reconhecido [...] pertencentes à produção arquitetônica da primeira metade do século 20 [...]; para as obras mais recentes, que remontam ao segundo pós-guerra [...]”. Para o primeiro conjunto, as intervenções têm sido mais comedidas, já para o segundo grupo, “[...] são muito comuns as intervenções de contínua e desenvolta substituição.” No entanto, segundo a autora, para ambos os grupos o que se verifica é a perda da memória, seja pela substituição de elementos

objetivando a volta ao estado original das obras, seja pela sua adaptação à novas conjunturas funcionais, sociais ou culturais. Salvo (2007) foca na importância dos conceitos de preservação e de restauro, aplicados às obras de outros períodos com respeito à autenticidade e à identidade do objeto, também serem aplicados às obras do período moderno. A autora usa como exemplo a restauração do edifício Pirelli, em Milão, intervenção inédita do ponto de vista metodológico para obras modernistas. A recuperação dos perfis de alumínio e revestimento cerâmico da fachada foi, segundo a autora, um dos maiores problemas enfrentados na restauração do edifício. A substituição dos perfis de alumínio foi descartada e adotou-se a intervenção conservativa, buscando-se soluções tecnológicas que pudessem manter a autenticidade da fachada aos moldes da prática aplicada a obras anteriores ao modernismo.

Jonge (2017), por meio de experiências na restauração de edifícios modernos encaminhadas nas décadas de 1980 e 1990, aponta que, devido às diferentes tecnologias usadas pelo movimento, há necessidade de assumir diferentes abordagens no planejamento da conservação desses edifícios. É importante conhecer os fundamentos e os princípios que foram usados na concepção da edificação, além de seus aspectos materiais, antes de decidir sobre a restauração, a conservação e a substituição de elementos, indo ao encontro das premissas originalidade, autenticidade e modernidade. O autor aponta algumas opções para reconstituição de fachadas em cortina de vidro, solução recorrente na arquitetura moderna, dentre elas, a restauração dos elementos originais e a duplicação da fachada pelo lado interno, de forma a melhorar o desempenho energético da edificação, um dos principais problemas verificados em edificações do Movimento Moderno com fachadas em cortina de vidro.

Macdonald (2003) discute as implicações da premissa funcionalista das obras modernistas na conservação do patrimônio edificado moderno com foco na recuperação e na manutenção do significado da obra. Considerando a funcionalidade como qualidade fundamental da arquitetura moderna, a sua adaptação aos usos e às novas demandas sociais e econômicas, como a economia de energia e a existência de materiais prejudiciais à saúde humana, impõem um alto custo de recuperação. Esse alto custo muitas vezes serve de argumento para a descaracterização e a demolição de edificações modernas. No entanto, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental

e econômica, as experiências têm demonstrado que este argumento não se sustenta. Conforme aponta Macdonald (2003), edificações do período modernista, no Reino Unido, necessitam de recuperação entre 25 e 30 anos após a construção e entre 50 e 60 anos para planos de recuperação mais severa. No caso do Brasil, sabe-se que as construções tendem a não ter planos de manutenção, o que encurta a vida útil de materiais e sistemas construtivos. No entanto, verifica-se que as edificações construídas nas décadas de 1960 e 1970 apresentam menos patologias e desgaste do que as construções que as seguiram.

No Brasil, tem-se o exemplo do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), relatado por Pinheiro (2003), e intervenções mais recentes no âmbito do Projeto Conserva FAU (FAU-USP 2016). Pinheiro (2003) discute ações de preservação no que tange a diversos aspectos conceituais e materiais. A documentação da obra, muitas vezes insuficiente ou discordante do que foi construído, remete à questão da autenticidade e da originalidade. Ou seja, original é o definido no projeto, ou como construído? A reposição de componentes e sistemas industrializados esbarra na impossibilidade de reconstituição desses materiais e a adequação da edificação a novas funções ou mesmo mantendo a função original, que, no decorrer do tempo, tem suas necessidades espaciais alteradas, leva à reflexão da integridade da obra. Como repor materiais que, devido ao seu caráter industrial, não podem ser substituídos pontualmente? A resposta a essas questões deve ser contextualizada a partir da fundamentação histórica e tecnológica que configurara o projeto. A equipe envolvida no Projeto Conserva FAU desenvolveu o Plano de Conservação, em 2015, implantado com recursos da Getting Foundation.

Abordagens que considerem os conceitos de autenticidade, integridade e sustentabilidade também são fundamentais na prática da preservação da arquitetura moderna.

Autenticidade é a qualidade do que é autêntico, verdadeiro (AUTENTICIDADE, 2014). O tema autenticidade começou a ser discutido no final do século XX, quando passou a ser um dos itens das condições para a inscrição de um monumento, conjunto de edifícios ou de um sítio na Lista de Patrimônio Mundial (IPHAN, 1994). A análise de autenticidade priorizava o aspecto material do edifício ou monumento e abrangia quatro

aspectos fundamentais: a forma (ou desenho), o material, a habilidade do artífice e as características de implantação e organização de determinado sítio. O Documento de Nara sobre autenticidade (IPHAN, 1994) ampliou esta noção na medida em que priorizou elementos como função, tradição, técnica e espírito, defendendo, também, que o patrimônio cultural precisa ser julgado dentro do contexto cultural ao qual pertence. Neste âmbito, reflexões de Musso e Franco (2015) no processo de conservação do Museu de São Lourenço, em Gênova, indicam a complexidade de definir o que é autêntico (do autor) e original (como projetado ou construído). A conservação pressupõe alterações ao longo do tempo. Essas alterações devem seguir premissas e limites que respeitem os princípios conceituais e projetuais da obra e cada contexto e objeto apontará que ações são aceitáveis.

A integridade é uma medida da plenitude e da inalterabilidade (intacto) do patrimônio cultural e suas particularidades (BARRANHA, 2016). Vieira (2008) aborda o conceito de integridade associado ao nível de conservação de determinada obra, assim como o sentimento de completude que ela provoca ao avaliar o seu conjunto. Definir que aspectos são autênticos e originais é fundamental no processo de reconhecimento da integridade. No entanto, a substituição de materiais e componentes ao longo do tempo é inevitável. Mesmo adaptações feitas a posteriori, para adequar a edificação a necessidades de seus usuários, podem ser consideradas como passíveis de preservação, considerando a funcionalidade como um valor intrínseco à arquitetura moderna. Então, manter ou não elementos inseridos em intervenções posteriores deve ser uma questão levada em consideração no processo de preservação.

No que tange ao conceito de sustentabilidade, Veloso (2012) afirma que este termo envolve diversos níveis de ações e aspectos que são reunidos em três dimensões distintas: a ambiental, a social e a econômica. Somado a isso, o autor expõe que memória e sustentabilidade podem andar juntas, e é importante refletir sobre a sustentabilidade de valor patrimonial, sem perder sua autenticidade histórica e a integridade estética. Para a economia de recursos, é importante a reutilização ou a adaptação e *retrofit* de edifícios existentes, em vez da construção de novos, quando estes são portadores de valor patrimonial histórico e cultural.

A preservação de um bem exige sua conservação, que engloba a manutenção e a reforma, inevitáveis ao longo do tempo, e a restauração ou mesmo reconstrução, quando características vitais foram perdidas. A Carta de Burra (IPHAN, 2013) estabelece orientações para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural. Segundo o documento, a conservação deve fazer uso de todos os conhecimentos, competências e disciplinas que possam contribuir para o estudo e cuidado do bem. As técnicas e os materiais tradicionais ou relativos à natureza da obra são preferíveis para a sua conservação. Em casos excepcionais, podem ser apropriados técnicas e materiais atualizados que ofereçam benefícios visíveis para a conservação. A reconstrução só é apropriada quando o bem estiver incompleto em consequência de danos ou de alterações, e apenas quando existir evidência suficiente de seu estado original e quando o resgate do significado cultural é prioridade para a sociedade.

A preservação do patrimônio exige diferentes informações para a tomada de decisões em relação a procedimentos de manutenção, substituição, conservação e recuperação de elementos, componentes e sistemas construtivos, bem como a alteração dos usos e intervenções espaciais, sem comprometer o valor cultural do bem. Disso decorre a importância da documentação e seu gerenciamento, a fim de servir como guia nas tomadas de decisão inerentes ao processo de conservação. As informações devem conter (JONGE, 2017; LOURENÇO, PEÑA, AMADO, 2011):

- tipo, forma, dimensões e características gerais do bem;
- seu valor histórico, cultural, artístico e tecnológico;
- tecnologias e habilidades envolvidas na sua construção e em intervenções posteriores, se houver;
- história da obra, incluindo sua data de construção, autoria, proprietário, projeto, decoração, usos originais, mudanças no uso, alterações sofridas, manutenção, reparos;
- avaliação das condições atuais do bem, sua adequação aos usos e possíveis conflitos entre estrutura, usos, conforto, eficiência e tecnologias e a sua preservação.

As reflexões expostas pautaram o processo de interpretação, reconhecimento e definição de ações práticas para a preservação do prédio da

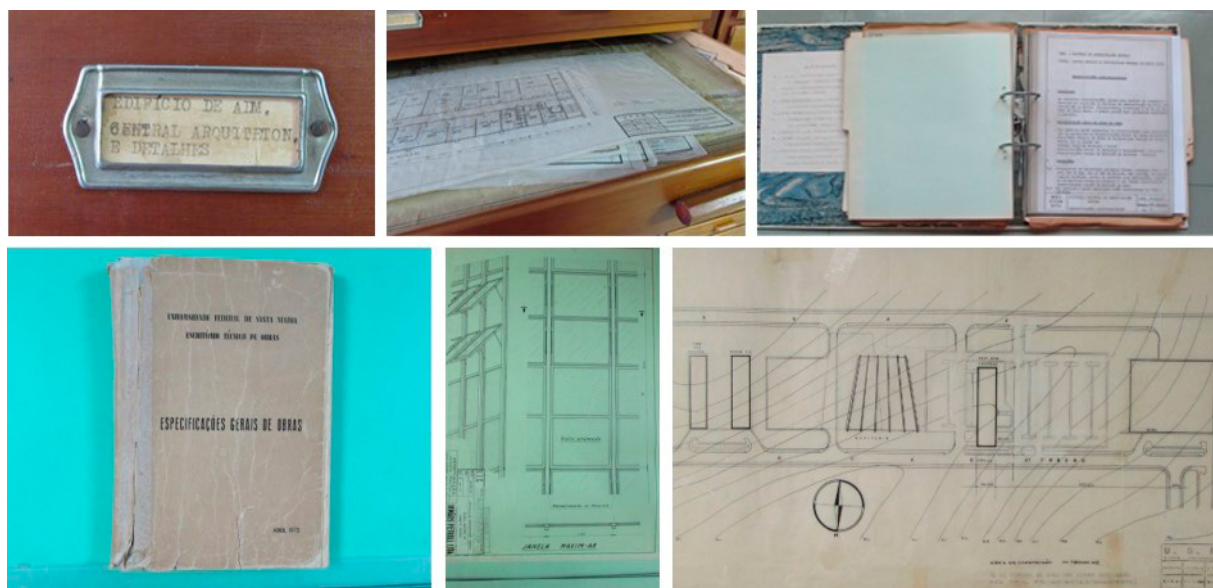
Reitoria da UFSM em aspectos relativos às suas fachadas, elementos mais desconfigurados da obra.

A partir dos autores citados, buscou-se fontes de informação que pudessem esclarecer a história do edifício, sua concepção original, as reformas efetuadas ao longo dos anos, dentre elas, bibliografia (teses, dissertações, artigos, livros, sítios eletrônicos) e registros do projeto e suas especificações técnicas, tais como fotografias, documentos variados, pranchas originais em papel vegetal do projeto arquitetônico e complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias da época da construção e a documentação relativa às licitações da obra e reformas ocorridas no prédio, guardados no Setor de Cadastro e Arquivo Geral da UFSM, e os arquivos digitais que, infelizmente, não são atualizados de maneira sistemática (Figura 1). Também foram feitas inspeções técnicas da situação atual das fachadas, registradas por meio de fotografias e desenhos técnicos.

Complementarmente, foram encaminhadas entrevistas semiestruturadas com pessoas-chave. Foi feito o registro de depoimentos de testemunhos da época da construção do prédio e das intervenções ocorridas ao longo do tempo. Os registros dessas experiências são fundamentais para a compreensão da história do bem, de suas transformações e a motivação para elas e para o resgate de sua imagem original (YOW, 2015).

FIGURA 1

Exemplos de registros originais do projeto do edifício da Administração Central. Fotografia das autoras.



Todos esses elementos, unificados como fonte, também conformam um bem a preservar à medida que são a memória, registrada ou não, que tende a desaparecer caso não seja valorizada e protegida.

A análise comparativa do projeto original com o que foi executado na época da construção e de como o prédio encontra-se atualmente foi encaminhada com base nesse conjunto de informações obtidas de diferentes fontes. Dessa análise registrou-se as intervenções ocorridas que geraram modificações e o que se manteve preservado nas fachadas, em termos gerais e em relação às características intrínsecas à arquitetura modernista, como: esquadria da fachada livre, brises, cobogós, revestimentos, volumetria, sistema de cobertura, sistema de pilotis e entornos do edifício. A apresentação foi feita de forma descritiva, em forma de planilha e através de desenhos.

A partir de estudos de caso apresentados por Rich (2017) no Reino Unido, Southbank Centre e Richmond Building, por Jonge (2017) na Holanda, Zonnestraal Sanatorium e Van Nelle Factory, e por Salvo (2007), para o edifício Pirelli, nos quais foram apontadas diretrizes gerais para a conservação e recuperação de fachadas cortina, e estudos de caso apresentados por Oksman (2011), com os exemplos da Lever House, nos Estados Unidos, e a Casa Modernista da Rua Santa Cruz, Brasil, propôs-se um conjunto de diretrizes para a conservação e restauração das fachadas do prédio da Reitoria. Também estudos encaminhados por Campanhola (2014), referentes ao desempenho termoenergético do edifício, foram considerados na proposição de diretrizes para melhorar a sua eficiência energética com a alteração do sistema de condicionamento artificial de ar.

A proposta de intervenção no edifício em pauta foi baseada em três atividades básicas, de acordo com as definições do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) (IPHAN, 2013) expressas na Carta de Burra: reparação, manutenção e conservação. O objetivo é manter o estado existente das fachadas, retardando sua deterioração, para garantir a sua preservação, considerando as intervenções sofridas ao longo do tempo como uma marca de sua história e, portanto, passíveis de preservação. A conservação das fachadas do edifício é a premissa a ser seguida para alcançar e garantir a retenção do significado cultural do patrimônio na escala urbana do campus. As diretrizes estão divididas em três grupos: preservação de elementos que ainda não sofreram modificações ou recuperação de

elementos originais; conservação de elementos que sofreram modificações e não são passíveis de reversão; e diretrizes para adequação de conforto térmico e eficiência energética.

Este artigo estrutura-se com base na revisão bibliográfica e nos levantamentos encaminhados, na fundamentação e na proposição de diretrizes. A fundamentação aborda a importância do bem para o contexto local, descreve a situação atual das suas fachadas, comparando com a situação inicial. A proposição de diretrizes apresenta ações para sua conservação e restauração.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Arquitetura moderna em Santa Maria e o campus da UFSM

No Rio Grande do Sul, as novas tendências arquitetônicas do século XX ocorreram posteriormente à consolidação do movimento nos centros culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo, devido às diferenças históricas e geográficas. Segundo Marques (2002), em meados de 1948, quando Oscar Niemayer esteve em Porto Alegre, observou que eram raras as construções em estilo moderno entre as construções da época. Em Santa Maria, somente na década de 1950 a arquitetura moderna manifestou-se em obras como o edifício Taperinha (Figura 2), o primeiro arranha-céu construído na cidade, seguindo os princípios modernistas. Seu impacto cultural local o levou a ser considerado cartão postal da cidade durante vários anos (RIBEIRO, 2017).

FIGURA 2

Edifício Taperinha,
construído na
década de 1950.
Fonte: Arquivo
Histórico Municipal
(2012).



O campus da UFSM, cuja implantação iniciou-se na década de 1960, concentra a maior parte de obras modernistas da cidade. Sua organização espacial, com elementos formais arquitetônicos característicos do modernismo, com tecnologia construtiva inovadora para a época, valorização de espaços abertos e incorporação de obras de arte, como murais junto à arquitetura (implantados a partir da década de 1980), e sua paisagem remetem claramente aos princípios do urbanismo moderno. Essa paisagem urbana, oposta à cidade tradicional, proporciona uma experiência estética inusitada a quem a visita, através de seu grande parque, com suas edificações isoladas e esparsas entremeadas por extensos gramados, com uma implantação racional e de fácil leitura (Figura 3).

O conjunto urbano conformado pelo campus da UFSM exemplifica e materializa um momento histórico em que houve a fundação de várias universidades no Brasil, que ocorreu ainda no apogeu do Movimento Moderno. Nesta época, a arquitetura moderna representou os ideais de progresso e crescimento econômico e social preconizados por políticas que visavam alterar a imagem do Brasil, associando-a a um país jovem e promissor.

A criação da UFSM, primeira universidade federal a ser fundada em cidade que não era capital de estado, trouxe significativo impacto social para a cidade e região, configurando-se como motor de desenvolvimento à época, e sentido até hoje tanto local como regionalmente (CONSTANTE, 2018).

FIGURA 3

Aspecto da paisagem atual do campus da UFSM.
Fonte: <https://www.ufsm.br> (2018).



FIGURA 4

Plano Piloto n. 5,
que deu origem
à implantação do
campus da UFSM.
Fonte: Arquivo
Fotográfico da
USFM.

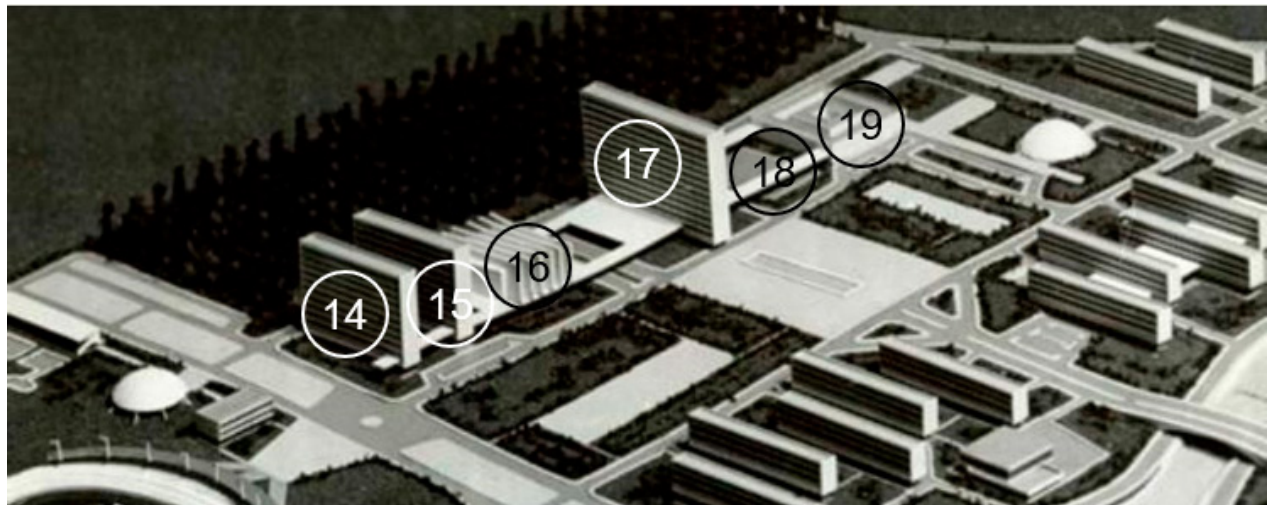


O projeto de implantação do campus é de autoria dos arquitetos cariocas Roberto Nadalutti e Oscar Valdetaro, da Companhia de Planejamentos Técnicos Fomisa, do Rio de Janeiro. Os arquitetos elaboraram cinco estudos para o campus, inspirados nos anteprojetos de Le Corbusier e de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, da década de 1930. As propostas seguiam os princípios do racionalismo, da inexistência da rigidez da organização espacial em quadras e lotes, e baseavam-se num zoneamento rígido, onde são estabelecidas as diversas zonas funcionais: de ensino, administrativa, de serviços agrários, residencial, recreativa e esportiva. O Plano Piloto n. 5 (Figura 4) foi o aprovado e implantado a partir de 1962 (ROCHA, 1962).

A proposta previa a construção da Cidade Universitária em três etapas, iniciando em 1961 e finalizando em 1971. Porém, a partir de 1964, com a mudança de governo, as prioridades e o ritmo das obras sofreram grandes mudanças e o Plano Piloto não foi totalmente implantado (SCHLEE, 2003). A Praça Cívica e o quarteirão a sua frente não apresentam a força e a monumentalidade previstas, uma vez que estão incompletos. Apenas o prédio da Reitoria foi construído e, por suas características, consegue manter sua imponência. A Figura 5, do Plano Piloto n. 5, permite ver o quarteirão que contém o edifício da Administração Central (número 17); em frente, a Praça Cívica.

FIGURA 5

Quartirão da Reitoria, Plano Piloto n. 5. Legenda: 14. Casa das Nações; 15. Imprensa Universitária, Rádio e Televisão; 16. Teatro/Cinema; 17. Reitoria; 18. Prefeitura da Cidade Universitária; 19. Museu. Adaptado do Arquivo Fotográfico da UFSM.



O Campus da UFSM, com seu traçado urbano e seus edifícios existentes e por sua escala, é um dos poucos exemplares urbanos em que se podem observar os princípios da Carta de Atenas em quase total pureza. Embora não tombado, merece atenção e esforço na manutenção de sua configuração inicial. A Figura 6 ilustra o campus da UFSM com sua configuração em 1976, onde se destaca o edifício da Administração Central, o mais alto do campus.

FIGURA 6

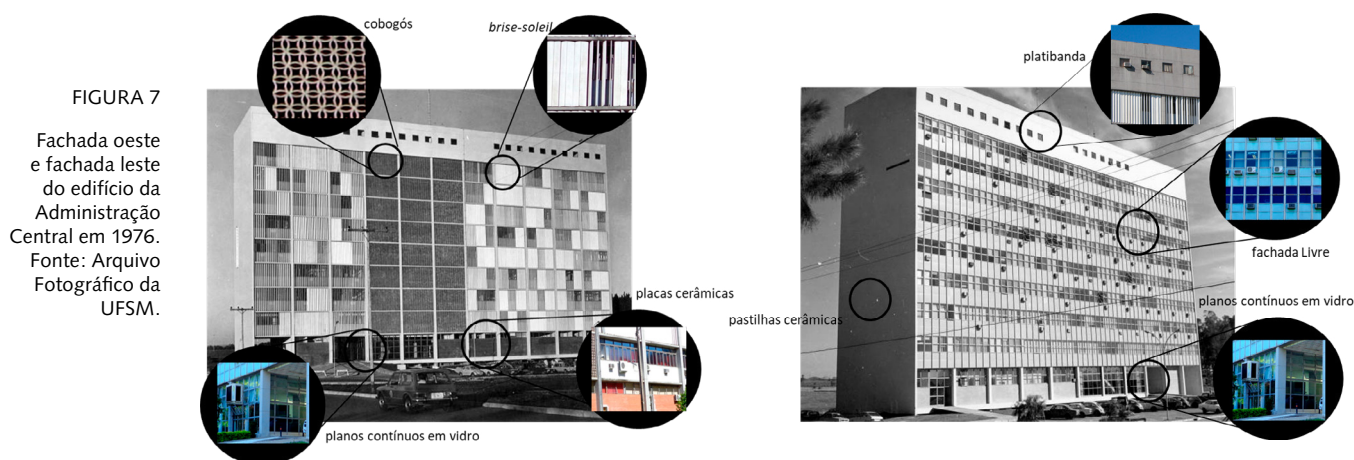
Edificações construídas até 1976, com destaque para o prédio da Reitoria. Fonte: Acervo UFSM.



2.2 O edifício da Administração Central da UFSM

O modernismo trouxe uma nova linguagem para a arquitetura, traduzida em diversos elementos que estão presentes no prédio da Reitoria. Sua fachada oeste apresenta *brises-soleil* verticais e móveis, elemento recorrente na arquitetura moderna. A integração interior e exterior é alcançada pela presença de painéis de vidro, na fachada leste e saguão principal, os quais também transmitem sensação de amplitude e leveza. A forma e as dimensões em relação ao entorno e à localização dentro do campus transmitem a imponência que lhe confere o sentido de importância em relação às funções que nele são desempenhadas. Sua altura e a sua localização no final do eixo configurado pela avenida principal da área urbana do campus, em posição de fechamento da perspectiva percebida no eixo da avenida, reforçam seu valor simbólico, que ultrapassou a ideia de seus criadores e está presente ainda hoje no imaginário dos usuários como principal edifício do campus, conferindo-lhe, assim, valor patrimonial e cultural a ser preservado.

O edifício é composto por um subsolo, térreo e mais nove pavimentos, com 11.407,12m² de área total. O edifício foi implantado em um grande quarteirão, com amplos estacionamentos em ambos os lados e empenas cegas voltadas para norte e sul. Ao sul, há um bosque que conforma um pano de fundo para a edificação. A leste e a oeste foram construídos prédios de um pavimento, que não seguiram o planejamento original do Plano Piloto e desvalorizaram o quarteirão nobre previsto. A Figura 7 ilustra o aspecto das fachadas oeste e leste em fotografia de 1976, com destaque para suas características principais.



Os elementos mais significativos do edifício que remetem à arquitetura moderna são: forma paralelepípedica em torre com dez pavimentos; estrutura independente, com flexibilização de compartimentação dos espaços internos (uso de divisórias leves); controle da radiação solar direta na fachada oeste com *brises-soleil* e cobogós; fachada cortina e janelas em fita na fachada leste; uso de pastilhas e lajotas cerâmicas como revestimento externo de paredes; cobertura oculta por platibanda e parcialmente habitável (50%); térreo com áreas de passagem simulando parcialmente pilotis; incorporação de murais em ambientes internos de destaque.

O edifício mantém o uso para o qual foi projetado, ou seja, função administrativa. As constantes intervenções ocorridas no edifício, em função da necessidade de manutenção dos materiais existentes, da implantação de redes de lógica e elétrica, das reformas para adaptação às novas normas técnicas, assim como da busca por soluções para o tratamento do conforto térmico, agregaram elementos que não faziam parte do projeto original.

Devido ao alto consumo de energia elétrica associado ao condicionamento artificial do ar, a administração tem cogitado a possibilidade de intervir nas fachadas da edificação, inclusive a substituição das esquadrias da fachada leste em sua totalidade. Nesse panorama, este trabalho busca apresentar diretrizes para a restauração e conservação das fachadas da edificação de tal forma a permitir que a sua identidade seja mantida frente a eventuais necessidades de eficiência energética. Como aponta Veloso (2012), intervenções em edifícios de valor cultural que conciliam memória e sustentabilidade e que são tecnicamente eficientes podem ser consideradas experiências bem-sucedidas, e, nestes casos, as decisões devem ser tomadas segundo princípios teóricos e estéticos, e não apenas pautadas em valores econômicos ou tecnológicos.

Destacam-se, nos próximos parágrafos, algumas informações obtidas dos depoimentos que revelam a importância do resgate da memória de pessoas-chave para a compreensão da história do bem. Um fator determinante na configuração final da edificação foram os recursos disponíveis, que levaram a alterações ainda antes da finalização da obra. Essas alterações foram sugeridas e aprovadas pelos arquitetos Nadalutti e Valdetaro, que visitavam a obra duas a três vezes por ano, ocasião em que definiam soluções para as alterações necessárias.

Alguns detalhes do projeto inicial foram alterados em função de materiais e sistemas não serem comercializados na região, uma vez que os arquitetos eram do Rio de Janeiro e basearam-se na tecnologia ali disponível. Isso levou a uma alteração significativa da fachada oeste, em que as esquadrias se prolongariam do piso ao teto em cada andar. Em função da dificuldade de trazer os componentes da região Sudeste do Brasil, foi solicitado aos arquitetos uma adequação, que se configurou como peitoris feitos em alvenaria convencional. A janela existente na fachada norte não fazia parte do projeto arquitetônico, porém, por solicitação do então reitor, para que este pudesse ter a visão para o exterior nesta direção, os arquitetos propuseram um visor localizado, no mesmo alinhamento, nas salas do reitor, no quinto pavimento, e do vice-reitor, no quarto pavimento.

O sistema de condicionamento de ar previsto era central, com duas estações em cada pavimento. No entanto, novamente, devido aos altos custos à época, nunca foi implantado. Existem espaços previstos para conter esses sistemas nos pavimentos da edificação. Optou-se, então, por aparelhos individuais fixados nas fachadas. Isto levou à necessidade de suportes internos presentes até hoje.

A esquadria da fachada leste seria em alumínio. O material foi trocado, com concordância dos arquitetos, para ferro galvanizado devido aos custos e a dificuldade de encontrar empresas na região que fabricassem esquadrias do tipo especificado. Esta alteração acarretou diversos problemas, como infiltrações, maximizadas pela ação do vento nos pavimentos mais altos. A solução sugerida pela administração seria trocar toda a estrutura, felizmente, nunca implantada, devido ao elevado custo.

Em relação às cores das pastilhas que revestiam as fachadas anteriormente, nas fachadas norte e sul e peitoris da fachada oeste, eram da cor azul-claro, e os pilares das fachadas leste e oeste e as marquises que apoiam o *brise-soleil* eram brancos. O uso de pastilhas foi recorrente na arquitetura brasileira no período modernista. Infelizmente, a falta de manutenção levou a sua remoção e dificilmente poderão ser restituídas, já que esses elementos não são mais produzidos de acordo com a tecnologia existente à época.

Os depoimentos expostos foram importantes para compreender a história da edificação do ponto de vista técnico e quais alterações foram feitas ainda durante a execução da obra, com aval dos idealizadores,

aspectos que não estavam nos registros guardados. As modificações de espaço físico e das configurações das fachadas, ocorridas antes do uso do desenho digital, eram feitas diretamente nas pranchas originais em papel vegetal e nanquim, por meio da raspagem do desenho e a sobreposição da modificação em nanquim. Essa prática, que revela a não consideração do registro do projeto como um bem a preservar, dificultou o reconhecimento de aspectos originais da obra. Os depoimentos foram fundamentais para as análises empreendidas.

2.3 As fachadas

Em 2000, teve início uma obra de recuperação da edificação que incluiu a reforma das fachadas e da cobertura. Foram removidas as pastilhas cerâmicas e a argamassa de assentamento, revestimento comum à época da construção do edifício. Foram mantidos apenas os peitoris da fachada oeste do terceiro ao nono andares, das laterais dos pilares e da parte superior das marquises, onde estes são protegidos por cobogós. As pastilhas foram substituídas por revestimento granilhar (composto por mármore, granitos naturais, calcário, arenitos e quartzos). Também foi feita a manutenção dos *brises-soleil* da fachada oeste, ocasião em que foram retiradas algumas unidades dos brises, devido ao seu mau estado. No mesmo ano, foram feitas a revisão e a recuperação de todas as janelas e a repintura de áreas revestidas por argamassa.

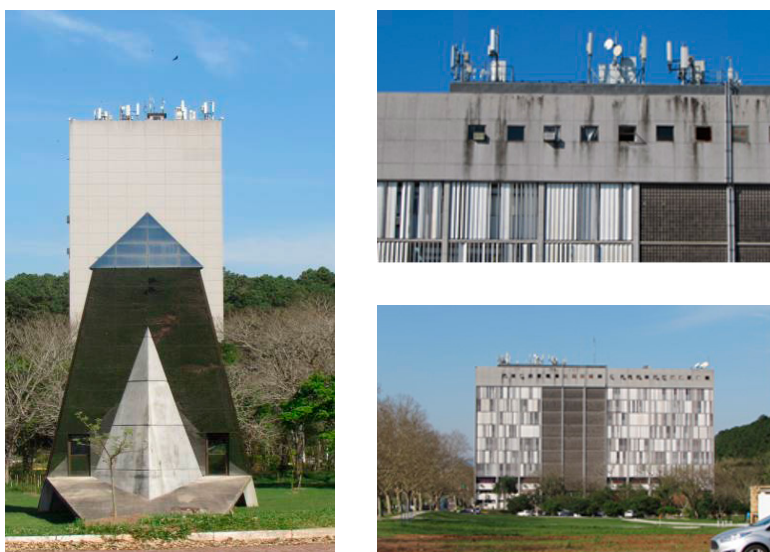
A substituição do revestimento original, em pastilhas, tal como aconteceu na recuperação do Palácio da Agricultura (FREITAS; TIRELLO, 2013) e no edifício Capanema (RESTAURO..., 2016), foi necessária após ocorrerem vários descolamentos e quedas de placas que colocavam em risco a integridade física de transeuntes e de veículos próximo ao prédio, situação semelhante ao edifício Copan, que também teve parte do revestimento de suas fachadas, em pastilhas, removido devido aos riscos apresentados (BONFIM, 2019), e pelo fato de não haver disponibilidade das peças para reposição, já que estas não eram mais fabricadas na época. Os descolamentos ocorriam devido ao desgaste dos materiais, principalmente dos rejuntas, que resultou em infiltrações em função da falta de manutenção preventiva das fachadas.

A escolha do revestimento com granilhas teve três motivos: manter a característica do revestimento como material diferente do reboco, embora este não seja o tipo original; a preocupação com o acabamento final da desempena do reboco em uma área extensa como as fachadas norte e sul, que poderiam deixar irregularidades no reboco e estas serem reforçadas com a pintura; e o fato deste tipo de revestimento não necessitar de muita manutenção, como de pintura periódica, o que geraria altos custos e várias intervenções deste tipo para manter as fachadas com um bom aspecto. Os locais onde não foram retiradas as pastilhas foram recuperados com a colocação de pastilhas retiradas de outras partes.

Na escala da paisagem urbana, em 2000, foi implantado parte do memorial do fundador da UFSM, na praça localizada em frente ao edifício, exatamente no eixo norte-sul do campus, onde o edifício era o foco da perspectiva (Figura 8). Esta adição, devido às dimensões do memorial, principalmente em termos de altura, ocasionou a mudança da paisagem, na vista da avenida principal, na qual o edifício deixa de ser o foco, contrariando o projeto original. Na mesma imagem, vê-se a excessiva presença de antenas que comprometem a leitura da edificação.

FIGURA 8

Memorial Mariano, prédio da Reitoria e profusão de antenas no topo do edifício. Fotografia das autoras.

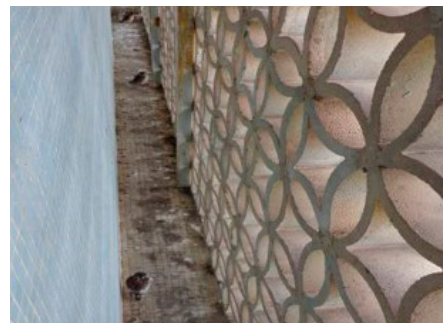


2.3.1 Fachada oeste

A fachada oeste tem fechamento com paredes de alvenaria e janelas metálicas e possui *brises-soleil* e cobogós. Os *brises* protegem as salas administrativas; os cobogós protegem os banheiros, as salas destinadas aos equipamentos de ar central, a escada central e os *halls* dos elevadores sociais. Nesta fachada, os aparelhos de ar-condicionado ficam localizados entre a parede e os *brises-soleil*, e não são visíveis (Figura 9). No entanto, a eficiência dos aparelhos fica prejudicada por causa da ventilação precária e a água esgotada pelos aparelhos fica depositada nas pequenas marquises existentes, ocasionando danos às peças metálicas dos *brises-soleil*. Devido às dificuldades em fazer a reposição dos *brises-soleil* danificados e para evitar os vazios que prejudicavam a estética da fachada, a solução encontrada foi retirar o número necessário de peças do segundo andar para recolocar nos locais faltantes ou onde foi retirado para evitar mais quedas. Desta forma, pretendeu-se alterar minimamente a imagem da fachada.

FIGURA 9

Posição do ar-condicionado, pastilhas originais, cobogós e *brises-soleil*. Fotografia das autoras.



No primeiro pavimento, no lado esquerdo da fachada, onde as salas têm pé-direito duplo, a parede externa possui duas carreiras de janelas horizontais altas do tipo *maximar* e uma reentrância que abriga uma janela e uma porta de acesso a um setor administrativo (Figura 10). Nestes locais, os aparelhos de condicionamento de ar são fixados na parede de alvenaria.

O restante da fachada possui fechamento com painéis de vidro, formando o *hall* de acesso principal do edifício, e a outra parte é aberta, possibilitando o cruzamento de veículos no sentido transversal. À direita, o fechamento externo é em alvenaria revestida com ladrilhos cerâmicos, e janelas altas do tipo *maximar*.

FIGURA 10

Fachada oeste, fixação de aparelhos de ar-condicionado e descaracterização da ala norte, no térreo, com o fechamento da passagem de veículos. Fotografia das autoras.



O décimo pavimento forma um coroamento, com a predominância de cheios sobre vazios. As aberturas metálicas do tipo *maximar* conformam uma distribuição ritmada de quadrados. Os aparelhos de ar-condicionado do décimo andar são fixados nas janelas (Figura 11). Observa-se que as pequenas janelas possuem soluções de caixilhos diferentes, devido às reformas ocorridas ao longo dos anos. No ano de 1982, quando a Rádio Universidade foi instalada no edifício, foram feitas quatro aberturas no décimo andar, de igual formato e dimensões das existentes, sendo duas na fachada leste (em esquadrias metálicas *maximar* e vidro liso) e duas na fachada oeste (venezianas metálicas fixas).

Em 1997, foi realizada uma ampliação a partir do fechamento de uma das passagens situadas na ala norte, ficando apenas a passagem de veículos junto ao acesso ao saguão principal. Esta ala do prédio, que possuía pé-direito duplo, foi dividida em dois pavimentos, em 2007. Com esta conformação, houve a necessidade de fazer outra linha de janelas para a iluminação e ventilação da parte inferior e, desta forma, foram retiradas as lajotas cerâmicas existentes neste módulo, nas fachadas oeste e leste. O acesso era pela passagem de veículos e através de seis degraus. Com o objetivo de viabilizar a acessibilidade aos usuários, foi feito um novo acesso pela fachada oeste, onde parte da parede foi recuada, formando uma área aberta, coberta, para a proteção da porta.

FIGURA 11

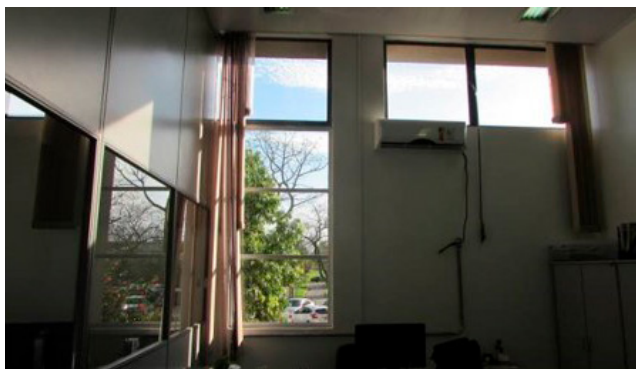
Último pavimento da edificação com fixação de aparelhos de ar-condicionado, a oeste. Fotografia das autoras.



Em 2013, foi feita a abertura de três janelas verticais no pavimento térreo, na posição onde as paredes externas são revestidas com lajotas cerâmicas (Figura 12). Nessa extensão, as janelas eram altas, impossibilitando a visão do exterior. Essa intervenção buscou o conforto dos usuários, trazendo mais iluminação natural, ventilação e vista para o exterior. O planejamento dessas janelas buscava acompanhar a modulação e os materiais das existentes. Porém, durante a execução, houve modificações e os módulos das janelas ficaram com diferenças no dimensionamento, e em vez de serem usadas esquadrias de ferro, foram usadas esquadrias de alumínio.

No térreo, onde não existem *brises* e as janelas são altas, os equipamentos de ar-condicionado tipo janela foram fixados na parede, danificando o revestimento de lajotas cerâmicas originais. Com a troca destes equipamentos pelo tipo *split*, estes foram instalados logo abaixo das janelas altas, deixando os locais anteriores remendados e sem a reposição das lajotas (Figura 12, à esquerda).

FIGURA 12
Alteração da fachada com inclusão de janelas verticais no térreo. Fotografia das autoras.



FIGURAS 13

Detalhes fachada oeste, canalizações aparentes no subsolo. Fotografia das autoras.



Em relação a instalações, o único elemento aparente nas fachadas, até a década de 2000, era a cordoalha do para-raios na fachada oeste, que desce por um pilar até a altura de aproximadamente três metros do solo e a partir daí entra em um cano galvanizado que leva até o solo. Atualmente, a fachada oeste está com várias fiações aparentes e é um problema a solucionar do ponto de vista estético (Figura 13).

2.3.2 Fachada leste

A fachada leste compõe-se por uma semicortina de vidro. Esta estrutura inteiriça, em metal, é dividida em faixas horizontais envidraçadas e peitoril em chapas de fibrocimento com acabamento em fórmica dos dois lados. Esta fachada é a mais descaracterizada devido ao grande número de aparelhos de ar-condicionado localizados de forma desordenada e instalados nas chapas de fibrocimento e apoiados, pelo lado interno, em uma estrutura metálica. Devido ao expurgo da água dos condensadores que se acumula na estrutura da esquadria de ferro, há ferrugem, infiltrações e manchas.

O tipo de material da envoltória e as frestas que ficam em volta dos aparelhos de ar-condicionado aumentam trocas térmicas ao longo do ano, reduzindo a eficiência energética da edificação. Esta fachada tem sofrido modificações que não consideraram sua feição original e, conforme a necessidade de troca do local dos aparelhos de ar-condicionado, devido às mudanças ocorridas nas divisórias internas, os painéis de fechamento das esquadrias são remendados à medida que surge a necessidade de fechar os vãos de onde foram sendo retirados os aparelhos (Figura 14). Também foram aplicadas películas de controle da luz solar de cores diferentes em alguns módulos que compõem a fachada.

O pavimento térreo e o décimo pavimento possuem conformação diferente, da mesma maneira que a fachada oeste.

Ao ser analisada a prancha dos cortes transversais originais, constatou-se a representação de um peitoril de material diferente do existente na fachada leste, podendo-se concluir ser uma parede de alvenaria em todos os pavimentos da fachada, e que foi feito na época do projeto. As informações necessárias para o entendimento da presença deste elemento no projeto, que não coincide com a condição do pós-construído do edifício, não foram obtidas no decorrer da pesquisa. A análise do memorial descritivo das esquadrias, de 1974, revela que o próprio projeto apresentava uma solução inadequada que levou a problemas de funcionamento, vedação e instalação. Isso resultou numa deterioração muito rápida das esquadrias.

FIGURA 14
Módulo que compõe
a fachada leste visto
do lado interior e
exterior. Fotografia
das autoras.



No decorrer das décadas de 2000 e 2010, ocorreu a duplicação do peitoril da fachada leste em algumas salas. Foram construídas paredes de alvenaria com argamassa de revestimento pintada, ou de gesso acartonado com massa corrida e pintura, junto à fachada livre (fachada leste), internamente, até a altura do peitoril. A intenção foi reduzir o fluxo de calor pela estrutura metálica e pela chapa de fibrocimento. Junto ao peitoril, foi colocada uma pedra para fazer o acabamento. Estas duplicações parciais não interferiram nas fachadas do edifício e contribuíram para o isolamento térmico dos ambientes.

2.3.3 Fachadas norte e sul

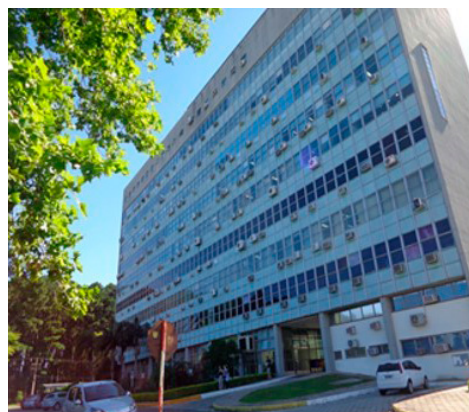
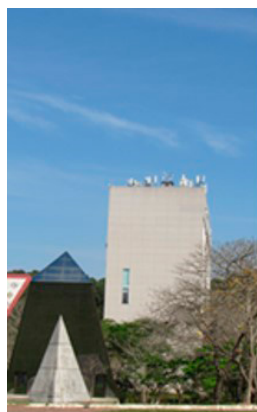
A fachada norte é revestida com granilha e há apenas duas janelas verticais, no mesmo alinhamento, no quinto e no sexto andares. A fachada sul é composta pelos mesmos materiais da fachada norte; no térreo, há uma pequena janela horizontal de alumínio (Figura 15).

As três janelas pequenas existentes na fachada sul, no térreo, são de alumínio, vidro liso e tipo *maximar*, com tamanhos diferentes. Estas janelas foram abertas após a troca do revestimento original pela granilha, ficando a intervenção marcada pelo acabamento em reboco de forma irregular ao redor destas.

Do exposto, observa-se que as principais alterações sofridas são adaptações relacionadas à infraestrutura, como cabos, antenas, dutos de queda, e ao conforto dos usuários, como abertura de janelas e instalação de condicionamento do ar. As deteriorações verificadas poderiam ser reduzidas se houvesse diretrizes para a preservação do bem, desde sua concepção, como aponta Bonfim (2019).

FIGURA 15

Fachadas norte e sul e visão da moldura sobressalente na janela vertical da fachada leste. Fotografia das autoras.



3 DIRETRIZES PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Na análise das condições das fachadas do edifício é possível, guardadas as devidas proporções, encontrar os mesmos problemas apontados por Slaton (2017). A autora discorre sobre os materiais usados em obras modernistas consideradas ícones do movimento, sua avaliação e sua recuperação. O modernismo, em sua essência, buscou o novo, não o permanente. O envelhecimento dos materiais, natural ou forçado por condições adversas, vai de encontro ao princípio da arquitetura moderna da aparência do novo, da arquitetura voltada para o futuro, expressos através de materiais inovadores, inéditos, materializando formas plenamente funcionais (MACDONALD, 2003; MOREIRA, 2011; SALVO, 2007). Daí a necessidade de constante manutenção (limpeza, pintura e mesmo reposição) com periodicidade maior do que a exigida pela arquitetura de épocas anteriores. Ao envelhecimento desses materiais e ao efeito da pátina, a qual tem um sentido totalmente diferente daquele entendido na arquitetura historicista, onde é desejável, soma-se a natureza inovadora dos seus sistemas e componentes, que leva a problemas mais complexos de manutenção e resultam em custos que impõem limites a sua recuperação. Além disso, ao longo dos anos, muitos materiais deixaram de ser produzidos industrialmente, como o caso das pastilhas que revestiam o prédio da Reitoria, as esquadrias metálicas da fachada leste e os *brises-soleil* da fachada oeste. Esses sistemas não são mais passíveis de reposição em sua condição original, impondo a necessidade de substituição. Considera-se que as alterações feitas ainda na época da execução e que tiveram a participação dos autores do projeto são originais e, portanto, não foram consideradas descaracterizações (CARSALADE, 2015). A partir das análises feita, propõem-se diretrizes que objetivam sua preservação, divididas em três grupos, resumidas a seguir.

3.1 Diretrizes para preservação de elementos que ainda não sofreram modificações e recuperação de elementos originais

Essas diretrizes são voltadas aos elementos originais que são fundamentais à identidade formal e estética da edificação e que ainda são passíveis de identificação. A volumetria original do edifício deve ser mantida, incluindo a cortina de vidro a leste e os *brises-soleil* à oeste; bem como a passagem de veículos remanescente, evitando-se marquises ou toldos de qualquer natureza e abertura de janelas em qualquer uma das fachadas.

Propõe-se a reversão à condição anterior ou original com o fechamento das janelas que foram abertas nas paredes que não possuem revestimento com lajota cerâmica; abertura da passagem de veículos que foi projetada e construída para o acesso do reitor; e retirada da guarita e das antenas da cobertura. O fechamento das aberturas da fachada sul não foi proposto, pois levaria à necessidade de fazer o revestimento com granilhar nesses locais, e resultaria em uma imagem com remendos nessa fachada.

No sentido de retomar as características do bem, propõe-se a reposição dos *brises-soleil* ausentes no segundo andar da fachada oeste. Estes elementos deverão ser construídos com o mesmo formato, as mesmas dimensões e a mesma tonalidade dos existentes no local. Infelizmente, não é possível manter o material existente (fibrocimento); propõe-se, então, que seja usado um material que se adeque às características de tamanho e peso do original, de mesma tonalidade, de forma a manter a unidade à distância, mas que seja percebido como um novo material na aproximação ao edifício.

Ao final da vida útil dos materiais das fachadas, e a consequente necessidade de sua substituição na totalidade, indica-se a formação de uma equipe multidisciplinar, da qual façam parte profissionais da área do patrimônio cultural, para estudar alternativas referentes às questões formais e à escolha dos materiais.

3.2 Diretrizes para conservação de elementos que sofreram modificações

Neste item estão representadas as mudanças inerentes e necessárias na época da intervenção e que fazem parte da história do edifício ao longo da sua vida, bem como aspectos de infraestrutura necessários para o funcionamento técnico da edificação. Como medida de conservação da situação atual das fachadas, no que se refere ao revestimento atual que não é o original (cuja reversão não é possível, devido à inexistência de peças para recompor a grande área das fachadas), propõe-se a manutenção do granilhar. Acredita-se que este elemento, embora possa se confundir com o revestimento aplicado originalmente na edificação, faz parte da história de manutenção e renovação do edifício, representando um material que, à época, era inovador, refletindo valores do Movimento Moderno.

Para cabos e eletrodutos existentes, que comprometem a legibilidade das fachadas, e os que a instalação venha a ser necessária, propõe-se que desçam pela fachada oeste, atrás dos *brises-soleil* ou cobogós.

3.3 Diretrizes para adequação de conforto e eficiência energética

Para reduzir trocas térmicas pela fachada leste, propõe-se que seja feita a sua duplicação internamente, utilizando-se uma estrutura leve com material isolante térmico até a altura do peitoril, cobrindo as chapas opacas e parte dos perfis metálicos originais. Este elemento deve ter características que interfiram o mínimo possível na fachada existente, seguindo detalhamento próprio. As Figuras 16 e 17 exemplificam detalhamentos propostos nas diretrizes.

FIGURA 16
Detalhes da fachada leste em planta baixa cortada abaixo e acima do peitoril. Elaborado pelas autoras.

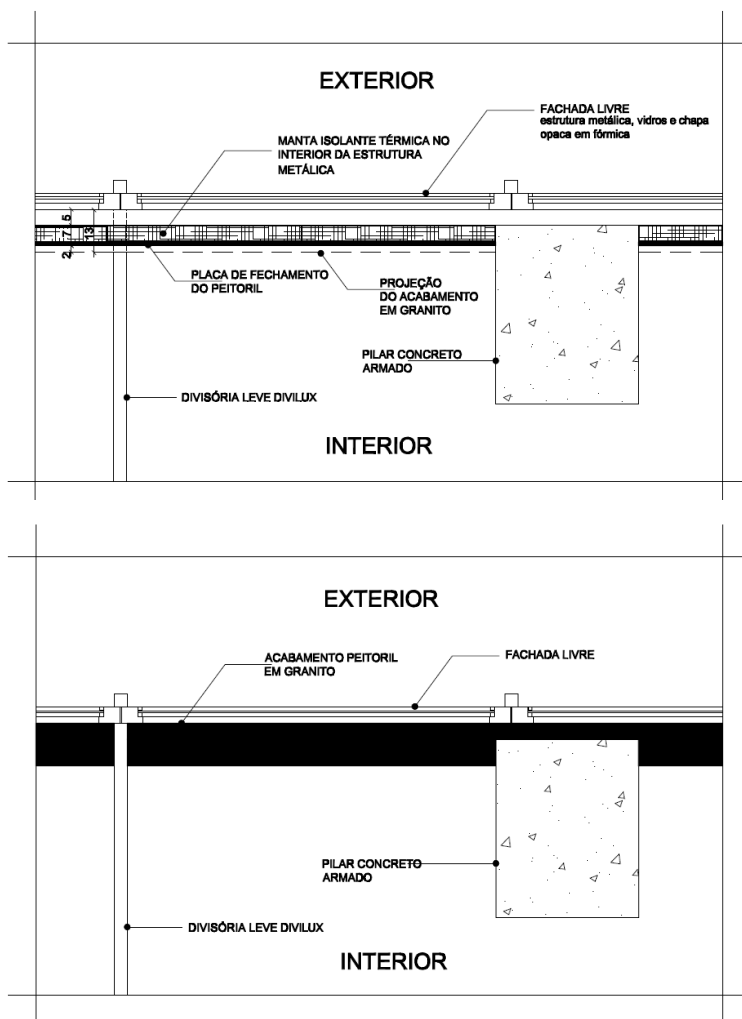
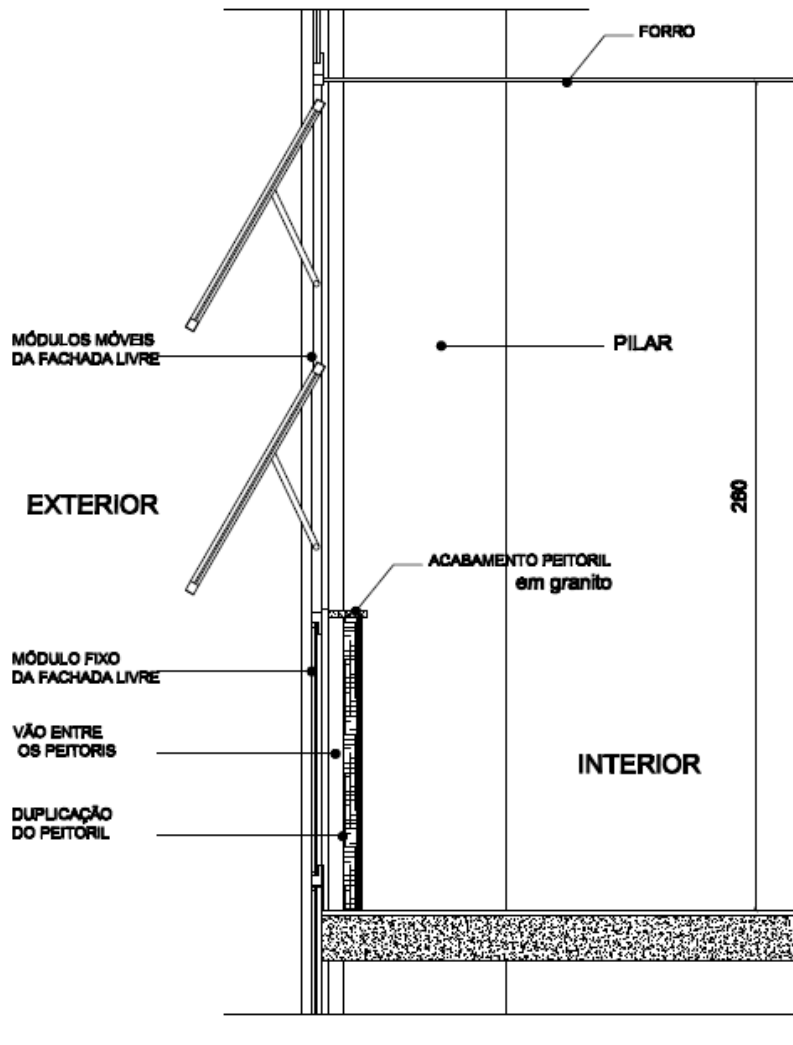


FIGURA 17

Detalhe fachada leste em corte. Elaborado pelas autoras.



Os aparelhos tipo janela e *split* devem ser substituídos por um sistema central de ar-condicionado, solução prevista no projeto original. Esta deverá ser a primeira diretriz a ser cumprida, pois permitirá a reparação das fachadas leste e oeste, removendo-se os equipamentos existentes, os suportes de ferro que apoiam os aparelhos e as canalizações dos *splits*, bem como a reconstrução das chapas opacas da esquadria contínua a leste. Esta intervenção alia a retomada das características originais do bem à contribuição para a melhoria do conforto ambiental e do nível de eficiência energética do edifício, dentro dos princípios da sustentabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura moderna começa a se tornar extemporânea e um olhar cuidadoso sobre ela revela o quão frágil é ao tempo, exigindo ações de preservação que implicam domínio de técnicas ainda não totalmente ultrapassadas e, portanto, difíceis de julgar na sua aplicabilidade e adequação. No caso da necessidade de intervenções mais significativas, é importante a análise prévia de seu valor e a consequente salvaguarda de suas características, sem medir esforços para valorizar e preservar o bem.

O prédio da Reitoria da UFSM representa um modelo de arquitetura que fez parte de um momento histórico importante para um contexto local e regional. Inserido ainda em uma paisagem urbana reconhecidamente modernista, o edifício possui significado cultural e, portanto, requer valorização e deve ser recuperado segundo seus elementos originais, e conservado.

Considerando os conceitos autenticidade, originalidade e sustentabilidade; os elementos significativos listados, que se mantêm presentes no edifício; a continuidade da função para a qual foi projetado e a sensação de completude, apesar das intervenções ocorridas nas fachadas e em seu interior, pode-se afirmar que o edifício preenche os requisitos para sua preservação. Os novos materiais introduzidos ao longo do tempo vão ao encontro do próprio princípio de modernidade, almejado pelos arquitetos que idealizaram o movimento. Tendo isto em vista, definiu-se ações que viabilizem o uso pleno do imóvel, garantindo assim que sua manutenção seja perene, retardando ao máximo possível a deterioração e o desgaste dos materiais.

O método usado para a caracterização, análise e a proposição das diretrizes aplica-se a outros contextos, sendo uma contribuição para a preservação de outras obras do período que ainda não tenham sido reconhecidas como bem cultural relevante, mas que podem contar histórias e fundamentar culturas.

As diretrizes apresentadas colaboram para a reflexão sobre ações possíveis na conservação e recuperação de fachadas, os limites entre o que pode ser considerado original e transformações com significados que justificam também sua preservação. A necessidade constante de adequação desses edifícios, quando ainda em pleno uso, leva a ações que viabilizam atributos necessários nos dias atuais, como a eficiência energética e o conforto ambiental, mas que interfiram o mínimo possível na imagem da edificação.

O estudo aqui apresentado foi pioneiro local e já apresenta importantes reflexos na conservação de outros edifícios da UFSM. A partir de 2018, tem sido realizado esforço para inventariar diversos edifícios do campus, com a intenção de tombá-los como patrimônio cultural municipal e estadual.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Prefeitura Municipal de Santa Maria. *Acervo digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria*: Item 647 – Praça Saldanha Marinho. 2012. Disponível em: http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/. Acesso em: 20 abr. 2019.
- AUTENTICIDADE. In: DICIONÁRIO do patrimônio cultural. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/88/autenticidade>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- BARRANHA, Helena. *Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press: Icomos, 2016.
- BONFIM, Valéria A. C. *A conservação da arquitetura moderna: as fachadas do edifício Copan*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CAMPANHOLA, Felipe. *Avaliação de sistemas de condicionamento de ar para salas de prédio público*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Eficiência Energética Aplicada aos Processos Produtivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- CARSALADE, Flávio. Patrimônio como construção cultural. In: ZANCHETTI, Sílvio; AZEVEDO, Gabriela M.; NEVES, Carolina M. (org.). *A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática*. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2015. p. 5-25.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- CONSTANTE, Sônia Elisabete. *Narrativa jornalística e memória institucional: a Universidade de Santa Maria no jornal “A Razão”*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Projeto Conserva FAU*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/projeto-conserva-fau/>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- FREITAS, Pedro M. G. de; TIRELLO, Regina A. Recuperação do Palácio da Agricultura de Oscar Niemeyer: uma obra entre os previstos “imprevistos” do patrimônio moderno. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 87-98, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Documento de Nara*. Brasília, DF: Iphan, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais: a Carta de Burra*. Brasília, DF: Iphan, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth Heinemann, 2002.

JONGE, Wessel de. Sustainable renewal of the everyday modern. *Journal of Architectural Conservation*, v. 23, n. 1-2, p. 65-105, 2017. DOI: 10.1080/13556207.2017.1326555.

LONGSTRETH, Richard. I can't see it; I don't understand it; and it doesn't look old to me. *Forum Journal*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 33-45, 2012.

LOURENÇO, Paulo; PEÑA, Fernando; AMADO, Miguel. A document management system for the conservation of cultural heritage buildings. *International Journal of Architectural Heritage*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 101-121, 2011. DOI: 10.1080/15583050903318382.

MACDONALD, Susan. 20th-century heritage: recognition, protection and practical challenges. *International Council on Monuments and Sites*, Charenton-le-Pont, p. 223-229, 2003. DOI: 10.11588/hr.2003.o.21220.

MARQUES, Sergio. M. *A revisão do Movimento Moderno: arquitetura no Rio Grande do Sul dos anos 80*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2002.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. *Revista CPC*, São Paulo, n. 11, p. 152-187, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voi11p152-187>.

MUSSO, Stefano Francesco; FRANCO, Giovanna. The conservation of the "modern": Franco Albini and the Museum of the Treasury of San Lorenzo, Genoa. *Journal of Architectural Conservation*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 30-50, 2015. DOI: 10.1080/13556207.2015.1026142.

OKSMAN, Silvio. *Preservação do patrimônio arquitetônico moderno: a FAU de Vilanova Artigas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Dilemas na preservação da arquitetura moderna: o edifício da Faculdade de Arquitetura da USP. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, Brasília, DF. *Anais* [...]. São Carlos: USP, 2003.

PRUDON, Theodore. Preservation, design and modern architecture: the challenges ahead. *Journal of Architectural conservation*, [S. l.], v. 23, n. 1-2, p. 27-35, 2017.

RESTAURO do Palácio Capanema valoriza ícone da arquitetura moderna. *Portal Vitruvius*, São Paulo, 6 maio 2016. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/jornal/news/read/2543>. Acesso em: 24 nov. 2019.

RIBEIRO, Nabor S. *Guia da arquitetura moderna em Santa Maria 1950-1960*. Curitiba: CRV, 2017.

RICH, Geoff. Renewing Modernism: emerging principles for practice. *Journal of Architectural Conservation*, [S. l.], v. 23, n. 1-2, p. 116-140, 2017. DOI: 10.1080/13556207.2017.1326552.

ROCHA, José Mariano da. A nova universidade. In: CARDOSO, Edmundo (coord.). *USM: a nova universidade*. Santa Maria: Associação Santa-Mariense Pró Ensino Superior, 1962.

SALVO, Simona. Restauro e "restaus" das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto. *Revista CPC*, São Paulo, n. 4, p. 139-157, 2007. (Tradução: Beatriz Mugayar Kühl).

SCHLEE, Andrey Rosenthal. O plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria, RS. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 5., 2003, Brasília, DF. *Anais* [...]. São Carlos: USP, 2003.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

SLATON, Deborah. Challenges of modern materials: assessment and repair. *Journal of Architectural Conservation*, [S. l.], v. 23, n. 1-2, p. 47-61, 2017. DOI: 10.1080/13556207.2017.1312759.

TINEM, Nelci. Desafios da preservação da arquitetura moderna: o caso da Paraíba. *Cadernos PPG-AU*, João Pessoa, v. 8, p. 37-63, 2010. Disponível em: <http://www.lppm.com.br/?q=node/83>. Acesso em: 2 jun. 2019.

UFSM. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026*. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/pdi/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

VELOSO, Maisa Fernandes Dutra. Projeto, memória e sustentabilidade: intervenção em conjuntos edificados de valor patrimonial como instrumento de preservação da memória e de sustentabilidade socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 2012, Natal. *Anais* [...]. Natal: UFRN, 2012. p. 1-11. v. 1.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUIMEMÓRIA 3 – ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 2008, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: IAB-BA, 2008.

YOW, Valerie Raleigh. *Recording oral history: a guide for the humanities and social sciences*. 3. ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2015.

PRESERVAÇÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA SACRA:

IGREJA MATRIZ DE SÃO JOÃO BATISTA,
EM BOCAINA-SP, BRASIL

MARIA HELENA GABRIEL, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”, BAURU, SÃO PAULO, BRASIL

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).
E-mail: mh-gabriel@hotmail.com

VLADIMIR BENINCASA, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”, BAURU, SÃO PAULO, BRASIL

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (IAU-USP), São Carlos. Professor no curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru, São Paulo, Brasil.
E-mail: vlad1966@gmail.com

Apoio financeiro de pesquisa: Proc. FAPESP 2017/10237-9

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p108-136>

RECEBIDO

29/03/2019

APROVADO

11/11/2019

PRESERVAÇÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA SACRA: IGREJA MATRIZ DE SÃO JOÃO BATISTA, EM BOCAINA- SP, BRASIL

MARIA HELENA GABRIEL, VLADIMIR BENINCASA

RESUMO

No interior de São Paulo, o período compreendido entre meados do século XIX e do século XX expressa o avanço da cultura cafeeira. Cidades enriqueceram e muitas nasceram com essa empreitada envolvendo as fazendas de café, como é o caso da cidade de Bocaina, no centro do estado de São Paulo. A partir desse contexto, construiu-se toda uma paisagem que diagramou a cidade bocainense, seja em seu traçado, seja na arquitetura em seu centro de contexto histórico, em que prevalece a linguagem arquitetônica eclética, vigente à época. Inserida nesse cenário, Bocaina nasce de uma aglomeração de pessoas no entorno de uma capela, a futura Igreja Matriz da cidade, que depois de sucessivas reformas se tornou um dos mais expressivos símbolos da história e cultura local, tanto pela riqueza artística quanto social. Esses fatos justificam a importância de discutir a Igreja Matriz de Bocaina como um patrimônio histórico, na esfera do tombamento. Para isso, utilizou-se de revisão bibliográfica, visitas técnicas, levantamento métrico e fotográfico, análise de documentos e jornais, além de entrevistas com algumas pessoas ligadas a essa igreja.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico. Arquitetura eclética. Igrejas católicas (arquitetura).

PRESERVATION OF ECLECTIC SACRED ARCHITECTURE: MOTHER CHURCH OF SÃO JOÃO BATISTA, BOCAINA- SP, BRAZIL

MARIA HELENA GABRIEL, VLADIMIR BENINCASA

ABSTRACT

The period between the mid-nineteenth and mid-twentieth centuries expresses the advance of coffee culture in the countryside of São Paulo. Cities grew rich and many were born from the venture involving coffee farms; Bocaina is one of these, located in the center of the state of São Paulo. From this context, a whole landscape that diagrammed Bocaina was constructed, either in its outline or in the architecture of its historic downtown area, where the eclectic architectural language prevailing at the time. Bocaina was born from an agglomeration of people around a chapel, the future Mother Church of the city that, after successive reforms, became one of the most expressive symbols of local history and culture, for both its artistic and social wealth. These facts justify the importance of discussing the Bocaina Mother Church as a historical heritage in the sphere of heritage preservation. We performed a bibliographic review, technical visits, metric and photographic survey, analysis of documents and newspapers, and interviews with some individuals linked to this church.

KEYWORDS

Architectural heritage. Eclectic architecture. Catholic churches (architecture).

1 INTRODUÇÃO

Este estudo delimita-se entre meados do século XIX e meados do século XX, período em que o ecletismo arquitetônico vigorou nas cidades cafeeiras do estado de São Paulo, num contexto marcado pela euforia do progresso e da importação de materiais e técnicas europeias. Segundo Lemos (1987, p. 73), a arquitetura eclética era “sinônimo de[sse] progresso e linguagem do poder econômico – era o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade”, contrapondo-se ao neoclássico imperial. Reis Filho (2006, p. 180) a define como uma associação de “elementos construtivos e plásticos” de origens europeias diversas, fato corroborado por Fabris (1995, p. 74), que, no entanto, afirma essa associação estar baseada no “princípio da interpretação” e não numa mera “reprodução”.

Diversas críticas foram feitas por seguidores do modernismo a esse modo de construir e dar forma à arquitetura, considerado apenas como um modo de decorar fachadas (FABRIS, 1995, p. 76). Essa aversão é tão marcante que escritores de renome da época invocam fenômenos futuristas como um “ciclone inteligente” como solução para limpar as ruas da cidade das manifestações ecléticas (FABRIS, 1995, p. 78). As várias discussões que desprestigiaram essa linguagem arquitetônica aos olhos dos intelectuais brasileiros modernistas ainda permanecem (FABRIS, 1987), e mesmo havendo mudanças significativas nas últimas décadas, promovidas por

muitos estudos e análises imparciais em que o foco é o contexto histórico, a valorização dos exemplares arquitetônicos remanescentes, por vezes, é ainda relegada a um segundo plano no âmbito da questão patrimonial.

A cidade de Bocaina tem sua história ligada ao avanço cafeeiro pelo interior paulista e se beneficiou das consequências advindas do enriquecimento proporcionado por essa lavoura, como a importação de costumes e fazeres europeus, a atração de imigrantes, melhorias na infraestrutura urbana, a presença da ferrovia e a adesão ao ecletismo arquitetônico, que moldaram suas características ainda bastante presentes no contexto atual.

O edifício que melhor sintetiza os costumes dessa sociedade e a herança do ecletismo, no âmbito bocainense, é a Igreja Matriz de São João Batista, foco deste texto. Considerando sua expressividade e sua validade enquanto patrimônio histórico local, propõe-se uma contextualização da igreja e uma discussão sobre a importância de sua proteção contra possíveis futuras intervenções danosas que possam descaracterizá-la, apontando, para isso, as vantagens do instrumento legal do tombamento. É importante ressaltar que ao longo de sua história o bem citado tem sido preservado de maneira satisfatória pela comunidade, mas isso não impede que ações futuras possam subtrair partes que o tornam, hoje, portador de memórias e significados importantes à comunidade local¹.

Para efetuar esse estudo, os meios utilizados incluíram revisão bibliográfica, análise de documentos, notícias e das poucas fotografias disponíveis, entrevistas com memorialistas bocainenses, que possuem informações passíveis de serem cruzadas entre si e com os documentos, visitas técnicas a locais relacionados com o objeto de estudo e visita ao próprio local analisado para execução de levantamento métrico e fotográfico, além da possibilidade de vivenciá-lo de modo mais efetivo.

2 CIDADE E PAISAGEM

Com tradições muito arraigadas na sociedade brasileira, a Igreja Católica teve presença marcante no âmbito de formação urbana até a proclamação da

1. Importante, nesse sentido, ler o trabalho de Sonia Rabello (2009), *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Nele, a autora mostra de maneira elucidativa o alcance e as repercussões do instrumento legal do tombamento, seja em relação ao interesse do proprietário, seja em relação às necessidades e anseios das comunidades.

República através do padroado (PADROADO, 2006). O padroado foi uma instituição acordada entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa, posteriormente assumido pelo Império brasileiro, que, resumidamente, concedia ao Estado o direito de indicar os novos bispos (confirmados e ordenados a seguir pelo Vaticano), recolher dízimos e criar as dioceses. Por outro lado, era dever do Estado difundir o catolicismo no território brasileiro, construir e manter igrejas e pagar o salário de sacerdotes. Ou seja, Estado e catolicismo se mesclavam, sendo muito próximos. Com a República, não só o padroado foi extinto, mas também o Estado se torna laico, não havendo, a partir de então, privilégios a nenhuma religião em território brasileiro.

Por causa disso, como afirma Ghirardello (2010, p. 73), no caso paulista foi comum o estabelecimento de população ao redor de uma capela, constituindo o núcleo inicial de uma cidade, principalmente no século XIX. Portanto, mais que a fé, a igreja representava um símbolo de *status* urbanístico, político e social, e mesmo estando, quase sempre, seu prédio localizado entre as principais ruas da cidade. Também era primordial que ao menos o principal templo de um aglomerado urbano se instalasse em local elevado e, se possível, com espaço livre no entorno (MARX, 1991, p. 22-23), o que contribuía, quase sempre, para destacá-lo na paisagem da cidade brasileira, tanto pela altura quanto pela amplitude visual permitida pelo espaço livre.

Apesar da separação formal entre Estado e Igreja, com o fim da instituição do padroado ao se implantar o regime republicano, e mesmo inseridas

[...] num ambiente de pluralismo religioso, as matrizes e catedrais, mais do que símbolos da Igreja Católica, [ainda] são símbolos das cidades das quais foram cofundadoras. Estão, muitas vezes, presentes para os cidadãos como imagens que sintetizam seus municípios. É possível perceber isto na pequena Bocaina ou em outras cidades maiores, como São Carlos e Araraquara (ROSADA, 20[10?], p. 8).

Esse breve panorama da influência da igreja na formação do traçado urbano das cidades do século XIX e sua instituição enquanto marco da paisagem permite situar a origem de nosso objeto de estudo, a Igreja Matriz de São João Batista (Figura 1).

FIGURA 1

Igreja Matriz de São João Batista, Bocaina–SP. Vladimir Benincasa, 2019.



Naquele contexto de avanço da cafeicultura pelo interior paulista, no final do século XIX, inúmeras fazendas se estabeleceram ao longo da estrada que ligava Jaú a Araraquara. Ao lado dela, surgiu um novo núcleo populacional, a futura Bocaina, onde se edificou uma capela que se tornaria, mais tarde, sua Igreja Matriz.

Segundo o Pe. Celso Luiz Buscariollo, em matéria publicada no *Jornal de Bocaina* em 23 de maio de 1991, as terras doadas ao padroeiro do novo povoado, São João Batista, para formação do patrimônio inicial, compreendiam as quadras delimitadas pelas ruas Capitão Bento Rangel, Tiradentes, Américo Brasiliense e 13 de Maio, ruas demarcadas em vermelho na Figura 2. O povoado foi elevado à categoria de município em 1891 (FURLANETO, 20[05?], p. 21), num processo de formação urbana semelhante, mas não idêntico ao descrito anteriormente: talvez por ser já uma cidade republicana, a praça da Matriz ou, como é mais conhecida, Jardim Público, mesmo em destaque no traçado é colocada no ponto inferior do patrimônio, enquanto a Câmara Municipal e o Grupo Escolar estão lado a lado, num plano mais elevado.

FIGURA 2

Mapa de Bocaina feito na gestão do prefeito Guilherme Giraldo Ferreira Campanhã (1939-1947), com demarcação do patrimônio religioso em vermelho. Prefeitura de Bocaina. Reprodução fotográfica: Vladimir Benincasa, 2018.



A partir de então, como reflexo do enriquecimento com a lavoura cafeeira, a cidade se desenvolve e atrai os interesses da Companhia Estrada de Ferro do Dourado, que prolonga até ela as linhas do ramal de Bariri; a estação de Bocaina seria inaugurada em junho de 1910. Ao mesmo tempo, cresce a população, e a cidade torna-se mais complexa: são construídos muitos casarões de cafeicultores nas imediações da Matriz; além de casas mais modestas, prédios públicos, sociedades recreativas, edifícios comerciais e de serviços, templos religiosos (inclusive de outras religiões, como o templo presbiteriano, de 1912); ocorre a criação ou melhoria da infraestrutura urbana como o abastecimento de água e a coleta de esgoto, serviços de telefonia e de energia elétrica, pavimentação de ruas etc.

Quanto aos edifícios, tudo era projetado a partir da combinação de elementos de estilos arquitetônicos europeus de épocas diversas, muito valorizados pela elite local, que, segundo Fabris (1993, p. 136), desejava reproduzi-los no Brasil como símbolos de uma nova nação, republicana e moderna. Esse novo arranjo caracteriza a paisagem urbana do centro antigo de Bocaina como típico cenário “ecléctico”, da época dos grandes cafeicultores (Figura 3), percepção que, hoje, é ampliada por sua tranquilidade, se

comparada aos médios e grandes centros urbanos, e, principalmente, pelo olhar “estrangeiro” de visitantes desses locais mais dinâmicos. Sendo um município de pequeno porte, todo esse conjunto arquitetônico-urbanístico histórico preservado de Bocaina ganha mais relevância por ser proporcionalmente equivalente em área aos novos bairros formados, além de ser ainda bastante ocupado e utilizado pela população.

Além dos fatores já mencionados, que destacam o conjunto urbano eclético de Bocaina, sua paisagem é ainda caracterizada pelo baixo gabarito, que não excede os dois pavimentos, o que proporciona equilíbrio de altura entre os edifícios antigos e novos, dando caráter homogêneo à composição geral. Essa inserção da nova cidade em harmonia com o antigo centro reforça a importância dos antigos casarões para a cidade de Bocaina, e mostra certo respeito, mesmo que inconsciente, para com a história construída.

Nessa paisagem, destaca-se como ponto focal a torre da Igreja Matriz (figuras 4 e 5), elemento vertical em meio à horizontalidade predominante na volumetria urbana, visível de muitos pontos, justamente pela cidade manter seu gabarito numa escala ainda bastante humana, sendo apenas a topografia o fator limitante para tal, reforçando o simbolismo que o próprio edifício carrega. Junte-se a isso o seu relógio e o som dos sinos e temos um elemento que, mesmo não sendo visto, se faz lembrar, constantemente, nas horas cheias e nas meias horas, dia após dia...

FIGURA 3

Rua do Núcleo
Histórico de Bocaina.
Vladimir Benincasa,
2011.



Os elementos mencionados compõem, portanto, a paisagem cultural bocainense, fruto do período cafeeiro paulista e de evoluções temporais a partir de então. Como coloca Ribeiro (2007, p. 7), paisagem cultural² é a expressão cuja:

[...] característica fundamental é a ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade [...].

Essa associação de fatores é marcante em Bocaina. Está presente – numa escala mais abrangente – no conjunto composto pela arquitetura, urbanismo, topografia e interação da população com esses elementos. Também aparece em recortes urbanos mais precisos, como na área central, com a própria Igreja Matriz e os casarões que a circundam, os elementos do jardim (em sua vegetação e demais acessórios como bancos, coretos, caminhos etc.) e o modo de usufruir e expressar tradições nesses espaços que configuram o entorno imediato do objeto de análise.

A cidade construída, como campo de trabalho acumulado, como can-teiro ininterrupto que atravessa os séculos, acrescenta as marcas dos novos tempos ao mesmo tempo em que mantém signos do passado. Ações e movimentos importantes de todas as épocas se cristalizam, se compõem e se sobrepõem. No conjunto dinâmico que é a cidade, os templos católicos, em grande parte, se mantêm, configurando-se como importantes monumentos e, assim como a cidade, contenedores de um acúmulo cultural local (ROSADA, 20[10?], p. 7-8).

Nessa característica de, na medida do possível, manter o caráter harmônico da sobrevivência de um passado repleto de memórias em meio às condicionantes atuais reside o interesse do conjunto da cidade, característica sintetizada na própria Igreja Matriz de Bocaina.

2. Foi em 1992 que a Unesco instituiu “a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais” (RIBEIRO, 2007, p. 10).

FIGURA 4

Vista da Igreja Matriz de Bocaina inserida em seu contexto, em 1973. Autor desconhecido. Furlaneto (2002, p. 81). Reprodução fotográfica: Maria Helena Gabriel, 2017.



FIGURA 5

Vista da Igreja Matriz de Bocaina e gabarito da cidade a partir da estrada para Araraquara. Vladimir Benincasa, 2018.



3 IDENTIDADE E MEMÓRIA

Os conceitos de identidade e memória fazem parte do entendimento e do sentido de um bem de interesse histórico. Tratando-se de bens arquitetônicos, é sua relevância enquanto espaço de vivências marcantes ou lugares formadores de memórias, geradores do que Halbwachs (1925 apud MATHEUS, 2011, p. 304) chama de “retórica holística”, ou seja, capazes de organizar as grandes narrativas coletivas, que proporciona a consolidação de uma identidade coletiva.

Jöel Candau (2011, p. 131 apud MATHEUS, 2011, p. 306) fala do patrimônio como sendo “menos conteúdo que prática da memória”; assim, histórias do passado se juntam às do presente, e a identidade vai se afirmando ou enfraquecendo.

Assim, a identidade com um bem é tanto maior quanto maior é seu uso. Como diz Silva (2000, p. 219):

[...] o elemento determinante que define o conceito de património é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado.

Mais que a importância da Igreja Matriz de Bocaina como elemento singular na formação da cidade, descrito anteriormente, a cidade tem um perfil católico³ ainda muito forte que afeta sua vida social, o que reforça alguns elementos simbólicos dessa fé associados ao espaço da referida igreja, como a presença de 13 telas de Benedito Calixto em seu acervo e a centenária festa do padroeiro, São João.

Segundo Guedes (1946, p. 7), à época, ostentar obras de Calixto era um privilégio; alie-se a isso, como dito anteriormente, o fato de Bocaina ser uma cidade de pequeno porte, o que torna o conjunto artístico mais significativo, pois na época o pintor negociava com a paróquia de Jaú – uma das mais ricas e importantes cidades paulistas produtoras de café do início do século XX – a execução das telas para ornamentar sua Matriz, que recém-construída se destacava como um dos mais notáveis templos neogóticos da região⁴. Entretanto, após desacordos, os serviços de Calixto direcionaram-se para a cidade vizinha, a pequena Bocaina, e para sua modesta Matriz, se comparada a de Jaú.

Outro elemento cultural de importância para a cidade é a festa de São João, que é realizada ininterruptamente desde 1891. Ocorre todo ano,

3. Pelo censo de 2010 do IBGE, 64% da população de Bocaina se definiu como católica. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bocaina/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 27 out. 2019.

4. A Matriz de Jaú, com projeto de Johann Lorenz Madein, foi inaugurada em 1901, porém sua torre, com quase 60 metros de altura, seria finalizada somente em 1905. À época, seus 48,2 metros de comprimento por 28,9 metros de largura no transepto faziam dela um dos grandes templos neogóticos da região. Apenas para efeito de comparação, a Catedral de São Pedro de Alcântara (projeto de 1884) em Petrópolis, alcança 67 m × 36 m; a Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem (projeto de 1912), em Belo Horizonte, cerca de 54,6 m × 22,7 m; a Catedral de Nossa Senhora da Luz (1893), de Curitiba, cerca de 51,5 m × 24 m.

durante algumas semanas do mês de junho, no jardim da Igreja Matriz, contando com barracas de comidas, parque de diversão, música, com seu ápice no dia do santo, quando se acende a fogueira em sua homenagem. O momento mais aguardado é a passagem dos fiéis sobre as brasas, caminhando descalços. A festividade atrai um público expressivo de toda a região, além de ser um momento, também, de evidência do prédio e da arte da Igreja de São João Batista, que permanece aberta a visitas durante toda a noite e madrugada, entre os dias 23 e 24 de junho.

Durante todo o século XX, o Jardim Público foi um dos pontos mais marcantes da cidade enquanto gerador de memórias. Muitos ainda lembram de quando recebia, em dias certos, uma banda musical. Segundo ata da Câmara de São João da Bocaina, de 07 de agosto de 1909 (apud FURLANETO, 20[05?], p. 38), foi aprovada a indicação nº 13, do vereador Onofre Sampaio, que renovava contrato com a banda musical para que tocasse no Jardim Público duas vezes ao mês e nos dias de festividades, após as missas da Matriz. Atualmente, o ponto de encontro das pessoas mudou-se para a praça de cima (Praça Santa Luzia).

Como lembra Márcia Navegante Gabriel, bocainense de 51 anos, o movimento em sua época de mocidade era todo concentrado no Nosso Clube de Bocaina, situado numa das esquinas do Jardim Público, frequentado por aqueles que eram sócios, e no Jardim Público, onde conversavam, praticava-se o *footing*, em que, segundo João B. Gabriel, andavam as mulheres de um lado e os homens do lado oposto, em uma roda, encontrando-se em determinados momentos. Os ainda não comprometidos andavam no perímetro do Jardim, e os que já namoravam, sentavam-se nos bancos de seu interior ou nos degraus da Igreja (GABRIEL; GABRIEL, 2017).

Nessa época, relatam Marcia N. Gabriel e João B. Gabriel (2017), no prédio ao lado da atual pizzaria Eduarda, na rua Cap. Bento Rangel, havia uma rádio de propriedade de Angelo Galdino de Meneses Sormani, onde os jovens pediam músicas para serem tocadas nos alto-falantes, no programa “Peça e ouça”, de João Martins, às vezes dedicando essas músicas a outras pessoas, momento em que o locutor falava a famosa frase “um alguém oferece para outro alguém e esse alguém já sabe quem”, quando a dedicatória era anônima.

Todos esses relatos se desenvolvem num cenário que tem como pano de fundo a Igreja Matriz de Bocaina, e são formadores de uma memória e identidade coletivas bocainenses. O mesmo ocorre com o seu entorno, marcado fortemente pelo ecletismo, que expressa os costumes e técnicas de uma época, sendo uma manifestação real e palpável do modo de pensar e construir a cidade e sua arquitetura, e que segue presente na memória dos que vivenciaram aqueles tempos e dos que hoje desfrutam seu legado.

4 A IGREJA: COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

As informações a respeito dos primórdios da capela que deu origem à Matriz bocainense são escassas, devido ao fato de se ter perdido o primeiro Livro Tombo, com os registros iniciais do povoado. Segundo o Pe. Mariano Curia, primeiro representante do curato de Bocaina, a capela havia sido finalizada em 1890, anteriormente à sua posse, efetivada em 1893. Logo de início, achou a capela “bastante pequena e desprovida de altares e outros objetos necessários ao culto” (LIVRO TOMBO, 1887-1939, p. 3; FURLANETO, 20[05?], p. 56).

Não foi encontrado registro dessa “capela singela”, mas há uma imagem de 1904 (Figura 6) que a mostra com volumetria prismática simples, planta predominantemente retangular, paredes rebocadas e caiadas (caiação que a foto sugere ser em dois tons). Na fachada, aparece algo que se assemelha a um frontão sustentando um telhado de duas águas; logo abaixo, três janelas que seriam de um provável coro elevado; e ao rés-do-chão, a porta de entrada. Na lateral visível, uma sucessão de seis janelas no mesmo nível do provável coro, o que poderia indicar uma galeria elevada sobre uma “nave lateral”.

FIGURA 6

Capela de Bocaina, em 1904. Autor desconhecido. Acervo do Museu Municipal de Bocaina. Reprodução fotográfica: Maria Helena Gabriel, 2017.



O aspecto interno, aparentemente, seguia esse mesmo aspecto singelo do exterior. Aparentemente, as superfícies eram caiadas de branco pois, numa matéria de um jornal local de 1928, se menciona que, por volta de 1900, Pe. Mariano Curia contratou os serviços do pintor Jacomino para realizar a caiação das paredes internas da igreja, em preparação para as festividades de São João. Nessa ocasião, Jacomino também resolveu pintar a imagem de São Benedito, realizando “uma caiação em regra na imagem [...], deixando-o mais branco do que as próprias paredes da capela” (JORNAL SÃO JOÃO DA BOCAINA, 1928 apud FURLANETO, 20[05?], p. 71). A informação sugere que a caiação aplicada não possuía nenhum pigmento; portanto, ao menos internamente, as paredes deveriam ser brancas. Assim, verifica-se “um antes e um depois” de grande contraste no que se refere à pintura das paredes internas, hoje com elaborada decoração.

Com o passar do tempo, a capela foi adquirindo elementos que iriam compor o aspecto atual da Igreja de São João Batista: foram doados os altares, comprados objetos utilizados nas celebrações, feitas melhorias e reformas arquitetônicas registradas no Livro Tombo da paróquia. A igreja mudava acompanhando o desenvolvimento econômico da cidade, necessitando, em um dado momento, ampliar seu espaço devido ao aumento demográfico, além de ser interessante uma torre simbolizando o *status* da arquitetura sacra. Em 1908, iniciam-se os trabalhos de construção da torre da igreja, finalizados em 1910 (LIVRO TOMBO, 1887-1939, p. 3-4).

No início da década de 1920, o então pároco, Pe. José Maria Soares, inicia os contatos com o pintor Benedito Calixto para que produzisse quadros para a decoração da igreja de Bocaina. Em 1923, o artista chega à cidade a fim de visitar o local destinado para encomendas, que somaram 14 telas sacras — hoje restam 13, devido a um incêndio ocorrido na igreja anos mais tarde (GUEDES, 1946, p. 8-9). Benedito Calixto era um pintor reconhecido, que se popularizou com sua arte sacra realizada na capital e no interior de São Paulo (BORGES, 1999, p. 51), recebendo do Papa Pio XI, pelo conjunto de sua obra sacra, em 1924, a Comenda e Cruz de São Silvestre (POLETINI, 2003, p. 10).

O pintor, além de se ocupar dos serviços das telas, escolheu a disposição de cada uma delas, de acordo com a temática (GUEDES, 1946, p. 19), exigiu algumas mudanças na arquitetura da igreja e pediu a modificação

das colunas e preparação das paredes da Matriz de Bocaina para receber seus quadros (GUEDES, 1946, p. 11). Também solicitou que fosse contratado o artista Bruno Sercelli para realizar as pinturas parietais no interior da igreja (GUEDES, 1946, p. 12), além de participar do desenho dos vitrais da Matriz de Bocaina executados pela Casa Conrado (Figura 7), de São Paulo (MELLO, 1996, p. 57), demonstrando todo seu cuidado com o interior do prédio em geral. Percebe-se que Calixto realizou intervenções tanto na decoração interna quanto na arquitetura da igreja, a fim de formar um conjunto único de composição e harmonia com suas obras.

Todo esse investimento realizado na igreja reflete o desejo da elite cafeeira e de comerciantes da época em demonstrar seu *status*, proveniente em grande parte dos benefícios econômicos trazidos pelo café. Procurava-se os melhores profissionais para a execução dos serviços, investia-se em arte para ornamentar um dos maiores símbolos coletivos da sociedade da época, importavam-se materiais de potências estrangeiras – como o investimento em vitrais da Casa Conrado, cujos vidros eram provenientes geralmente da França, Alemanha, Bélgica e EUA (MELLO, 1996, p. 151). Realizava-se todo um esforço que refletia o prestígio desejado pela elite.

FIGURA 7

Vitral da rosácea frontal, um dos produzidos pela Casa Conrado Sorgenicht para a Matriz de Bocaina. Vladimir Benincasa, 2018.



Poucos anos após a entrega da última tela de Calixto à Matriz bocainense, ocorre um incêndio no altar-mor da igreja em 1929, (LIVRO TOMBO, 1887-1939, p. 57), provocado pelo esquecimento de uma vela acesa atrás do altar, após uma missa, resultando na destruição de uma das 14 telas de Calixto, a que se localizava no teto do presbitério, além de queimar todo o altar-mor de madeira (VILLANOVA, 2017). A tela destruída foi substituída por outra de mesmo tema – alegoria ao Santíssimo Sacramento – executada por Pedrina Calixto, filha de Benedito Calixto (GUEDES, 1946, p. 37); e o altar-mor foi substituído por um de mármore com placas de bronze, feito pela marmoraria Carrara, de Luiz Leonardi, de Araras-SP (Figura 8), doado por D. Luiza Francisco da Silva, em 1944 (LIVRO TOMBO, 1939-1959, p. 18; GUEDES, 1946, p. 37-38).

FIGURA 8

Presbitério da Igreja Matriz de Bocaina, vendo-se o novo altar e, no teto, a pintura atual. Maria Helena Gabriel, 2018.



Em 1941, segundo Ferrari (2017), ocorreu a reforma da torre (Figura 9); em 1944 foram também doadas, além do altar-mor, imagens de santos para compor os nichos do altar, os anjos adoradores empunhando castiçais, dentre outras peças (LIVRO DO TOMBO, 1939-1959, p. 18); e, em 1955, foram doados os lustres pelos irmãos Chammas (segundo placa informativa na entrada da igreja). Pouco a pouco foi se construindo o interior da atual Matriz de Bocaina, em uma composição que conta as escalas temporais através de seus objetos e de seu acervo artístico.

FIGURA 9

Reforma da torre da Matriz de Bocaina. Autor desconhecido, 1941. Acervo de Dinorah D. Ferrari, fornecida por Junior Ferrari. Reprodução fotográfica: Maria Helena Gabriel, 2017.



Os registros encontrados relatam poucas reformas em escala mais ampla, sendo mais frequente pequenas intervenções e reparos. Após a construção da torre em 1941, segundo informações a que se teve acesso, nova reforma ocorreu em 1969, que ocasionou a queda de um dos lustres principais – o mais próximo do altar (VERDIANI; VERDIANI, 2018). No período entre 1977 e 1980 foi realizada a maior reforma no prédio da igreja desde a construção da torre, patrocinada pela família Atalla (BORGES, 2017), e durante esses anos foram retiradas as balaustradas de madeira que protegiam os altares laterais (SAHM, 2017).

Em 1984, para substituir a simples mesa de ferro do altar pós-conciliar, Gervásio Verdiani, marceneiro muito reconhecido em Bocaina, produziu uma mesa em madeira de cerejeira (Figura 10), inspirada em uma mesa francesa do século XVIII, vista em fotografia de revista, doada por ele e sua esposa, Amélia Bellini Verdiani, à Igreja Matriz de Bocaina (VERDIANI; VERDIANI, 2018).

Seguindo os eventos que contribuíram para a composição dos elementos da igreja, houve um pároco, cônego José Mendes de Abreu Jr., que permaneceu na cidade por mais de 40 anos – com pequeno período entre suas duas passagens pela cidade – muito querido pela população da cidade, carinho este que era recíproco. Em 1991, 26 anos após sua morte, ocorreu a cerimônia de traslado de seus restos mortais para sob o altar pré-conciliar da Igreja de São João Batista, segundo matéria publicada na edição do centenário da cidade pelo *Jornal de Bocaina* (A HISTÓRIA..., 1991, p. 4).

FIGURA 10

Mesa doada por Gervásio e Amélia Verdiani. Autor desconhecido. Acervo de Lia e Jorge Verdiani (s/d). Reprodução fotográfica: Maria Helena Gabriel, 2017.



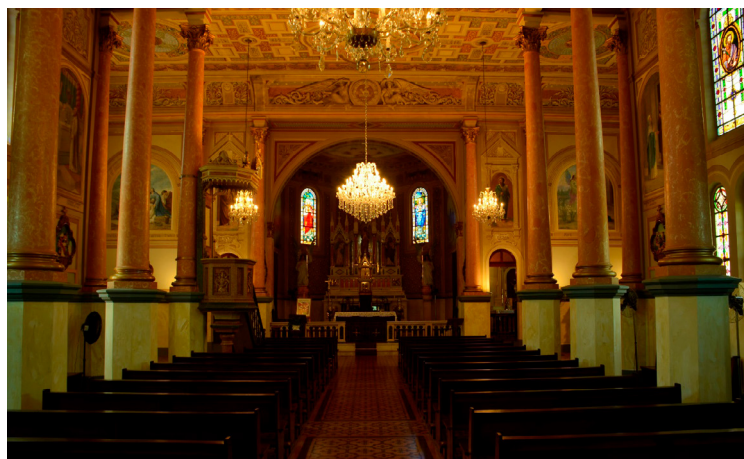
Outro elemento importante que compõe o cenário da igreja é o altar da capela do Santíssimo Sacramento, cuja aquisição se deu quando o Pe. Celso Luiz Buscariolo – pároco de Bocaina de 1986 a 2000 – visitava a fazenda da Taboca, em Bocaina. Ao tomar conhecimento de que os proprietários iriam se desfazer do altar da capela ali existente, que passava por uma grande reforma, o padre o adquiriu, reformou e o levou à Matriz bocainense (SAHM, 2017).

Sabe-se que ao longo do tempo os templos católicos foram sofrendo alterações de acordo com a liturgia e a teologia vigentes e as mudanças necessárias de usos dos espaços para os ritos. Uma marca desse tempo é a balaustrada que separa o espaço do presbitério do corpo da igreja, elemento que surgiu no Renascimento e se consolidou no barroco (ANSON, 1969, p. 972-973; KOCH, 1996, p. 128-129). A estrutura da igreja bocainense data do fim do século XIX, o que conforma um espaço típico das igrejas anteriores à reforma do Concílio Vaticano II, e por esse motivo há a presença tanto da balaustrada como elemento de separação entre presbitério e assistência, como também do altar-mor, ao fundo do presbitério (BORGES, 2017).

Esse percurso por algumas reformas e aquisições pelas quais passou a Igreja de São João Batista permite uma compreensão espacial de todo seu conjunto (Figura 11), e uma ideia de que todos os elementos (altares, mesas, lustres, colunas, divisões, quadros, ornamentos etc.) representam memórias da sociedade bocainense, especialmente por muitas dessas realizações serem doações, compondo um ambiente único e cheio de significados à população da cidade. Por trás de cada um desses elementos, as pequenas histórias, lembradas pelos bocainenses, compõem sua singularidade.

FIGURA 11

Interior da Matriz de Bocaina. Vladimir Benincasa, 2018.



A respeito da Igreja de São João Batista, como dito anteriormente, muitos registros se perderam e os que restam encontram-se dispersos. Alguns documentos estão sob os cuidados do Arquivo Diocesano de São Carlos, como os dois Livros Tombos já finalizados, jornais e um conjunto de desenhos arquitetônicos da igreja intitulados Planta de Conservação, confeccionados para formar um registro que serviu para a regularização do prédio. Outras fontes referentes à igreja encontram-se em posse de particulares, outras no acervo do Museu Municipal de Bocaina. Pouca informação está sob os cuidados da Secretaria Paroquial. Mesmo assim, a memória sobre a igreja é uma das fontes bem preservadas na cultura bocainense, apesar de muitas dessas informações aqui registradas estarem se perdendo entre as novas gerações e, às vezes, não serem de conhecimento público. O incentivo à recuperação, registro e repasse de informações é um importante ponto de atenção, como modo de preservar essas memórias e evitar que sejam perdidas.

Além dos registros encontrados, um meio importante de preservação de bens e memórias é o instrumento do tombamento, idealizado justamente para promover a preservação de bens relevantes para uma identidade coletiva, nas mais diversas escalas de abrangência: mundial, nacional, regional ou local. Essa ferramenta foi aplicada em escala estadual a todo o conjunto de obras de Benedito Calixto dispersas por vários municípios, a saber: Amparo, Atibaia, Bocaina, Catanduva, Santos, São Carlos, São Paulo, Ribeirão Preto, como consta na Lista de Bens Tombados em Ordem Alfabética por Município, disponibilizada pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, atualizada em 2015. Esse tombamento foi realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1969, através do processo nº 13996/69 (SÃO PAULO, 2015b). As telas de Calixto são os únicos elementos tombados da Igreja de São João Batista.

Não sendo todo e qualquer bem passível de tombamento, a motivação para tal associa-se à consciência da existência e importância de um patrimônio, que advém de “uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras” (SILVA, 2000, p. 218). Voltando-se à escala da cidade, para proporcionar uma noção comparativa, no caso do conjunto arquitetônico de Bocaina com características históricas, apenas o prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dep. Leônidas Pacheco

Ferreira foi tombado pelo Condephaat, em 2010, pelo processo nº 24929/86. Os casarões e templos bocainenses encontram-se sob cuidados apenas dos proprietários, sem a proteção de órgãos patrimoniais. É importante ressaltar que a cidade de Bocaina não possui, até o momento, um órgão municipal responsável pelo tombamento de bens em escala local, e por esse motivo a questão se direciona para o processo em âmbito estadual.

Essa situação abre espaço para a discussão sobre a importância dada às manifestações arquitetônicas ecléticas, que muitas vezes são entendidas como inferiores às manifestações do período colonial (REIS FILHO, 2006), e por isso não concentram os investimentos públicos destinados à proteção patrimonial, fazendo com que

[...] um número muito grande de edifícios e obras artísticas em geral, de grande importância regional, mas de valor relativo no plano nacional [...] [sejam] condenado[s] ao abandono, à destruição ou à descaracterização. Mesmo manifestações culturais de interesse nacional, como as que se referem à história do café e à origem da industrialização no Brasil – ambas ocorrendo em boa parte do estado de São Paulo – estão desaparecendo rapidamente, pois as ocorrências dos séculos coloniais tendem a ser mais valorizadas do que aquelas (REIS FILHO, 2006, p. 192-194).

No mesmo ano em que se efetivou o tombamento do conjunto de telas de Calixto, foi feito o pedido de tombamento da Igreja Matriz de Bocaina ao Condephaat⁵. Em documento disponibilizado pelo Condephaat constam as deliberações de sessão ocorrida em novembro de 2012, ata nº 1689, que inclui a deliberação sobre o pedido de tombamento da Igreja de São João Batista – processo nº 01042/2010 –, onde fica aprovado o parecer a favor da abertura de estudo de tombamento da referida igreja, além da indicação de abertura de estudo de tombamento do Núcleo Histórico de Bocaina (SÃO PAULO, 2012). Nessa época, entre 2009 e 2011, foram analisados (ou revistos) os pedidos de tombamento que envolviam várias igrejas no estado, pedidos que abrangiam o período de 1969 a 2011, momento em que se deu a avaliação da solicitação bocainense de 1969. Ambos os processos seguem em tramitação no Condephaat, e a Igreja Matriz e o Núcleo Histórico de Bocaina continuam sem qualquer proteção legal.

5. Informação obtida através do jornal virtual JCNET, de Bauru e região. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2018/10/534805-bocaina-busca-ha-40-anos-tombamento-de-igreja.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Além do aumento da possibilidade de receber algum respaldo financeiro através das leis de incentivo à conservação patrimonial, como a Lei Rouanet, e de contar com um acompanhamento de profissionais capacitados lotados em órgãos públicos, no caso de uma intervenção para conservação de bens nessa condição, um patrimônio tombado desperta maior atenção para si, tanto turística – potencializando essa atividade – quanto da população que convive com esse bem. Isso promove esforços para sua conservação, evidenciando aos olhos das pessoas a importância que determinado patrimônio carrega. É notável o cuidado com que as telas de Calixto abrigadas na igreja bocainense são tratadas, passando por um processo de restauro na reforma patrocinada pela família Atalla, realizado por Renato Magalhães Gouveia, do Escritório de Arte, e pelo segundo restauro (Figura 12), entre 2007 e 2009, realizado pelo Ateliê Raul Carvalho. Neste último, seis telas foram patrocinadas pela OHL-Centroviás, por meio da Lei Rouanet, e as restantes patrocinadas por empresários particulares (POLETINI, 2003, p. 48).

FIGURA 12

Equipe do Ateliê
Raul Carvalho
restaurando as telas
de Calixto. Autor
desconhecido.
Relatório Parcial de
Restauro – Ateliê
Raul Carvalho.
Reprodução
fotográfica: Maria
Helena Gabriel,
2018.



O que se pretende evidenciar com essa exposição de fatos e análises é a importância de tombamento da Igreja de São João Batista, que ao longo das décadas, sendo um prédio centenário, necessitou de reformas, manutenções, que muitas vezes foram executadas possivelmente sem considerar as devidas técnicas a serem empregadas para a manutenção de seu caráter histórico íntegro. Como exemplo, cita-se o período em que a igreja passou por problemas de infiltração. Nesse momento, foram colocadas placas de madeirite sobre o estuque do forro, a fim de impedir que a água danificasse as pinturas contidas em sua parte inferior, voltada para o interior da igreja. Entretanto, para corrigir as manchas de infiltração causadas em algumas paredes, executou-se uma pintura lisa, que cobriu parcialmente as pinturas parietais originais e que faziam parte do plano de decoração de Benedito Calixto (Figuras 13 e 14).

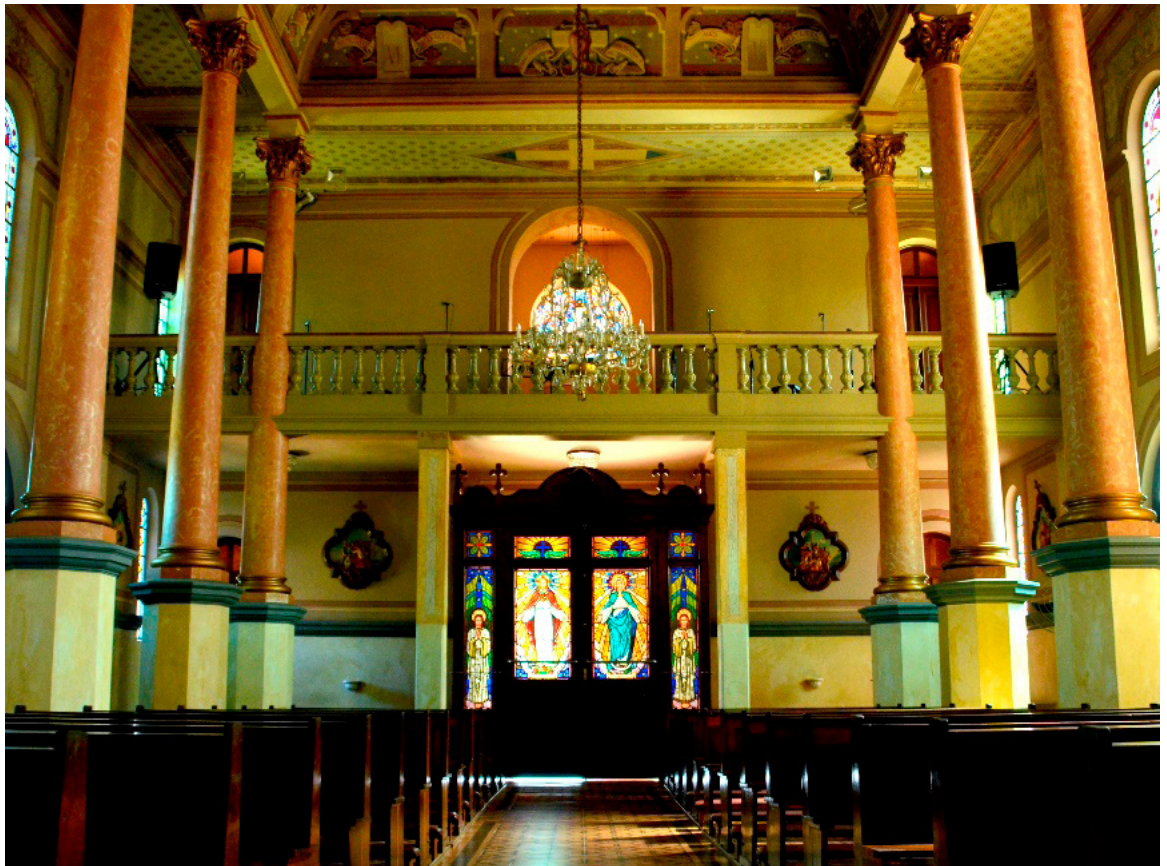
FIGURA 13

Pintura parietal seriada ao fundo, não mais existente. Autor desconhecido. Acervo do Museu Municipal de Bocaina. Reprodução fotográfica: Maria Helena Gabriel, 2018.



Portanto, fica clara a necessidade de intervenções com base em um estudo prévio da situação e características dos materiais, realizado por especialistas, a fim de evitar que o conjunto da igreja seja descaracterizado com o tempo. Considerando o que foi exposto nesse texto a respeito dos caminhos seguidos para a configuração da igreja e considerando, também, o tombamento das telas de Calixto, reforça-se a indicação de tombamento da Matriz bocainense, pois toda sua composição – espacialidade e ornamentação – foi executada sob as diretrizes do pintor, para que o cenário estivesse em harmonia com suas obras, ou seja, toda a igreja, todos os seus detalhes representam uma extensão das telas de Benedito Calixto, portanto deve-se considerá-las inseridas em um contexto. Descaracterizar uma das partes é perder o significado do conjunto.

FIGURA 14
Pintura lisa nas
paredes ao fundo.
Vladimir Benincasa,
2018.



Entretanto, além da falta de um aceite do órgão de tombamento, há uma resistência em dedicar iniciativa e empenho no processo de tombamento a Igreja Matriz de Bocaina atualmente, devido aos receios pautados na possível falta de verba para futuras manutenções e na dependência da aprovação do órgão patrimonial para liberar qualquer intervenção que seja necessária no bem tombado. Entretanto, a exemplo do restauro das telas, podem-se buscar investimentos que se complementem, que vão além da Lei Rouanet, pois o bem, estando sob a guarda de tombamento, naturalmente atrai a atenção das pessoas com maior facilidade, pois evidencia que para chegar a esse estágio foi necessário passar por um filtro de especialistas que analisaram o patrimônio e comprovaram sua importância no que tange a sua representatividade histórica.

Além disso, um bem histórico que não se encontra sob a guarda das leis patrimoniais está sujeito a todo tipo de intervenção que considerarem viável os que são responsáveis por ele, podendo causar descaracterizações – intencionais ou não – que levam consigo parte da memória representada pelo conjunto do patrimônio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às rápidas mudanças atuais, em que tudo adquire um caráter efêmero, alguns representantes, não só de passados distantes, mas também aqueles carregados de memórias formadoras da identidade de um local, devem permanecer e se fazerem úteis à contemporaneidade. São portadores das narrativas passadas e, assim, contribuem para que elas não desapareçam; por outro lado, ajudam a construir as narrativas presentes e futuras. Narrativas que se relacionam estreitamente, uma não menos importante que a outra: ambas, porém, fundamentais para que compreendamos o presente e organizemos possibilidades futuras.

É indiscutível para os bocainenses o simbolismo que carrega a Igreja de São João Batista por seu caráter histórico, sintetizando a história da cidade; por ser o principal templo católico local e por isso ter presença marcante em episódios importantes na vida de muitos moradores (batizados, casamentos, primeira comunhão etc.); ou por sua presença física destacada no âmbito urbano. Entretanto, para maior compreensão e tratamento de seu conjunto enquanto patrimônio histórico, é fundamental levar a população a ter consciência

da importância do prédio nessas dimensões; da necessidade de se preservar suas características essenciais que conferem esse sentimento de identidade; de intervir para sua manutenção de maneira cuidadosa, com estudo prévio desenvolvido, para não descaracterizar o conjunto de forma a perder a unidade.

Desse modo, destaca-se a relevância da análise e da discussão sobre a preservação desse bem arquitetônico, respaldada em seu significado para a sociedade e na importância de manter viva a história local, entendida como parte de um processo muito maior, qual seja, a história da cafeicultura paulista e seus desdobramentos. O tombamento, hoje, ainda é um dos melhores meios para que tal preservação se efetive. Quanto ao aspecto físico, não podemos esquecer que, ao longo dos anos, a igreja necessitou de manutenções e, em algum momento, perdeu parte de sua decoração parietal, fruto de intervenção inadequada. O instrumento do tombamento poderia, nesse sentido, dar suporte, seja técnico, via profissionais capacitados, seja facilitando a captação dos recursos necessários à realização de um bom projeto, que resultaria numa boa obra de conservação futura.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da Paróquia de São João Batista se confunde com a história da cidade. *Jornal de Bocaina*, Bocaina, edição do centenário, p. 3-5, 23 maio 1991.

ANSON, Peter. F. *A construção de Igrejas*. Rio de Janeiro: Renes, 1969. (Nova Enciclopédia da Igreja Católica, v. 10).

BORGES, Maria Elizia. *A pintura na capital do café: sua história e evolução no período da primeira república*. Franca: UNESP, Franca, 1999.

BORGES, Paulo. H. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. *Bocaina*, 31 ago. 2017.

FERRARI, Junior. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. *Bocaina*, 16 out. 2017.

FABRIS, Annateresa. O ecletismo à luz do modernismo. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Edusp, 1987. p. 280-296.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*, nova série, n. 1, p. 131-143, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a11v1n1>. Acesso em: 28 jul. 18.

FABRIS, Annateresa. A crítica modernista à cultura do ecletismo. *Revista de Italianística*, v. 3, n. 3, p. 73-84, 1995. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v3i3p73-84>. Acesso em: 8 mar. 2019.

FURLANETO, Walmir. *Uma cidade e um pouco de sua história*. Barra Bonita: Texgraf, 2002. v. 1.

- FURLANETO, Walmir. *Uma cidade e um pouco de sua história*. Bocaina, 20[05?]. v. 2.
- GABRIEL Marcia N.; GABRIEL, João Batista. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. Bocaina, 29 ago. 2017.
- GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista*. São Paulo: Unesp, 2010.
- GUEDES, Emmanuel. *A arte de Benedito Calixto: notas dispersas, à margem dos catorze quadros do mestre, existentes na matriz de São João da Bocaina*. São Paulo: EGRT, 1946.
- KOCH, Wilfried. *Estilos de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LEMOS, Carlos. A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Edusp, 1987. p. 69-104.
- LIMA JUNIOR, Márcio Antônio de. *O traço moderno na arquitetura religiosa paulista*. 2016. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- LIVRO TOMBO da Paróquia de Bocaina. Bocaina, 1887-1939, n. 1.
- LIVRO TOMBO da Paróquia de Bocaina. Bocaina, 1939-1959, n. 2.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. Memória e identidade segundo Candau. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 302-306, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/6737/6073>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- MELLO, Regina Lara S. *Casa Conrado: cem anos do vitral brasileiro*. 1996. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/284311/1/Mello_ReginaLaraSilveira_M.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.
- PADROADO. In: HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm. Acesso em 27/10/2019.
- POLETINI, Moises. *Um estudo das obras sacras de Benedito Calixto*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278657>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- REVISTA MOVIMENTO VIVACE. Ribeirão Preto, ano 1, n. 11, 2009.
- RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

ROSADA, Mateus. *A cidade e a igreja*. 20[10?]. Monografia (Disciplina de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 20[10?]. Disponível em: https://www.academia.edu/7587726/A_Cidade_e_a_Igreja. Acesso em: 21 jul. 2018.

SAHM, Mirna F. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. Bocaina, 30 ago. /2017.

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. Deliberações do Colegiado em Sessão Ordinária de 26 nov. 2012. *Diário Oficial do Estado*: seção 1, São Paulo, p. 44, 1º dez. 2012. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/DOE011212NotificacaodeAPTObrasdoArtigasPDF_1418829413.pdf. Acesso em: 25 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. *Lista de bens tombados (em ordem cronológica dos tombamentos)*: atualizado até dezembro/2015. São Paulo, 2015a. Disponível: http://vgnweb.publica.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/at%C3%A9%20dez.14_CRONOL%C3%93GICA.pdf. Acesso em: 4 jan. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Condephaat. *Lista de bens tombados em ordem alfabética por município*: atualizada até dezembro/2015. São Paulo, 2015b. Disponível em: http://vgnweb.publica.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/at%C3%A9%20dez.14_ALFAB%C3%89TICA.pdf. Acesso em: 4 jan. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Projeto de Lei nº 316/2017. Classifica Bocaina como município de interesse turístico. *Diário da Assembleia*, p.14, 13 maio 2017a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000039362>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Anexo de 16/03/2018 do Projeto de Lei nº 316/2017*. São Paulo, 2017b. (Íntegra atualizada do Projeto de Lei nº 316/2017 enviado à Sec. de Turismo). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/2018/03/Acessorio/1000199120_1000162309_Acessorio.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. *Revista Antropológicas*, Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

VERDIANI, Lia; VERDIANI, Jorge. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. Bocaina, 23 fev. 2018.

VILLANOVA, Luiz V. [Entrevista cedida a] Maria Helena Gabriel. Bocaina, 27 ago. 2017.

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E A CONTRIBUIÇÃO DO ANTROPÓLOGO:

ESQUEMAS DE PERCEPÇÃO E ALGUMAS PRÁTICAS

MARINA SALLOVITZ ZACCHI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, ARACAJU,
SERGIPE, BRASIL

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no grupo Cultura, Cotidiano e Sociabilidades na Contemporaneidade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Greccos-UFS/CNPq).

E-mail: marsallo@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p137-162>

RECEBIDO

10/11/2018

APROVADO

18/12/2019

PATRIMÔNIO CULTURAL E A CONTRIBUIÇÃO DO ANTROPÓLOGO: ESQUEMAS DE PERCEPÇÃO E ALGUMAS PRÁTICAS¹

MARINA SALLOVITZ ZACCHI

RESUMO

O objetivo nesse artigo é proceder a uma revisão dos principais dispositivos legais e instrumentos normativos que regulam a política de valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a fim de identificar as principais categorias pelas quais se buscou lhes imprimir uma orientação de cunho antropológico, bem como refletir sobre as potencialidades, tensões e limites implicados na transposição do arcabouço teórico-conceitual dessa disciplina de referência. A identificação dessas categorias de pensamento visou servir de substrato à análise dos discursos de antropólogos na elaboração dos dossiês que instruem tecnicamente os processos de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, a fim de compreender as implicações das variações observadas em seus usos em termos de tomadas de posição, particularmente no que diz respeito aos sentidos atribuídos às diferenças no contexto atual.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Multiculturalismo. Antropologia da ação.

1. Este artigo é produto da dissertação de mestrado *Contornos da cultura: representações sobre o processual e o dinâmico no registro de bens culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil*, desenvolvida sob orientação do prof. dr. Ulisses Neves Rafael pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGA/UFS, 2015-2017). Apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CNPq).

THE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE AND ANTHROPOLOGIST'S CONTRIBUTION: PERCEPTION SCHEMES AND SOME PRACTICES

MARINA SALLOVITZ ZACCHI

ABSTRACT

The aim of this article is to review the main legal devices and normative instruments that regulate the policy of valuing and promoting of the intangible cultural heritage by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, in order to identify the main categories by which it was sought to print an anthropological orientation, as well as to reflect on the potentialities, limits, and tensions implied in the transposition of the theoretical-conceptual framework of this discipline. The identification of these categories of thought aimed to serve as a substrate for the analysis of the discourses of anthropologists in the elaboration of dossiers that technically instruct the processes of registration as cultural patrimony of Brazil, in order to understand the implications of the variations observed in their uses in terms of positions, particularly with regard to the meanings attributed to the differences in our social actuality.

KEYWORDS

Cultural heritage. Multiculturalism. Action anthropology.

1 INTRODUÇÃO

Se a conformação do patrimônio cultural orientada pela noção de referência já vinha atraindo a participação de antropólogos durante toda a década que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988, a distinção estabelecida em seu Artigo 216 entre bens ditos de natureza distinta (material e imaterial) e a posterior instituição pelo Decreto nº 3.551/2000 do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) tornaram o patrimônio cultural um campo de trabalho profícuo para os profissionais da disciplina e relevante tema em sua produção analítica². Os efeitos sobre a formação do antropólogo, decorrentes da possibilidade de atuação nessa e em outras políticas públicas orientadas pela defesa dos direitos coletivos e difusos e voltadas à valorização da diferença e diversidade, têm também merecido atenção.

2. Destaco para a elaboração do artigo o patrimônio cultural dito de natureza imaterial, uma vez que a atuação de antropólogos com as políticas patrimoniais tem se concentrado no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). A distinção entre uma e outra categorias de patrimônio tem sido muitas vezes desconstruída, uma vez que as dimensões material e imaterial são indissociáveis em qualquer bem tomado em questão. Meneses (2012) e Chuva (2012) apontam que a distinção entre patrimônio material e imaterial foi se produzindo nas disputas estabelecidas entre agentes e agenciamentos no interior do Iphan. Quando do início de minha aproximação com o campo do patrimônio, abordei, também nessa linha, essa distinção (ZACCHI, 2009), e espero em momento oportuno retornar à reflexão. Não me proponho a fazê-lo neste artigo, mas observo que é possível que muitas das colocações que aqui faço quanto à valorização e promoção do patrimônio imaterial sejam também aplicáveis à preservação e proteção do patrimônio material.

Nas discussões estabelecidas, vemos conviver duas disposições contraditórias e por vezes conflitantes: de um lado, o entusiasmo com uma política de Estado que é produto do engajamento, ao longo de décadas, de importantes intelectuais e agentes, visando a constituição de uma memória e identidade inclusivas para o país e, desse modo, a promoção da igualdade e da valorização da diversidade cultural e étnica por que o Brasil é constituído (o que, como temos visto, tem se mostrado mais frágil do que gostaríamos de acreditar); de outro, apreensão no que diz respeito a inconsistências e às implicações decorrentes da transposição do arcabouço teórico da disciplina para uma prática de intervenção social, e aos possíveis efeitos imprevistos e perversos que daí podem resultar.

Com o fim de refletir sobre os agenciamentos feitos de alguns conceitos antropológicos e suas implicações em termos de tomada de posição e, desse modo, sobre intencionalidades e eficácias da prática de antropólogos na implantação dessa política pública em questão, procurei voltar-me ao arquivo, em uma acepção foucaultiana (FOUCAULT, 2008), um conjunto de regras que definem as condições de aparecimento e duração, modificação e desaparecimento do enunciado discursivo. Gregolin (2006) observa que o método arqueológico busca o emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que determinam as condições de produção do discurso, entendido como práticas descontínuas que obedecem a certas regras, e “se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época” (GREGOLIN, 2006).

Assim é que, a partir dos principais dispositivos legais e instrumentos normativos que regulam o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – considerando aqui a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), de 2003, a Constituição Federal de 1988 (Artigos 215 e 216), a Carta de Fortaleza, de 1997, a Metodologia Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de 2000, as Resoluções Iphan nº 001/2006 e nº 200/2015 – procuro destacar categorias de pensamento em que percebo pontos significativos de fricção entre o arcabouço teórico da antropologia e a política de proteção ao patrimônio imaterial. Essa indicação de categorias visou apoiar

uma análise dos discursos elaborados, em geral, por antropólogos, que se observa nos dossiês que instruem tecnicamente os processos de registro de bens culturais imateriais pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil.

Não adentrarei, aqui, a análise propriamente dita desses dossiês, mas apresentarei, em caráter ilustrativo, alguns usos das categorias que destaco, observáveis em sua elaboração. A escolha dos dossiês mencionados não foi orientada por critérios rigorosos e de modo algum teve a intenção de apontar méritos ou deméritos – procurei privilegiar dossiês que utilizam essas categorias de modo mais explícito e deliberado, e que apontam para diferentes possibilidades de agenciamento do PNPI e de seus princípios e diretrizes, no que diz respeito sobretudo aos sentidos atribuídos à diferença em nosso contexto atual.

2 MATERIALIDADES E ACONTECIMENTOS

Com apoio em uma análise dos dispositivos legais e instrumentos normativos que regulam a política de proteção ao Patrimônio Cultural pelo Iphan, foi possível pôr em destaque quatro categorias que me parecem estruturantes da orientação antropológica que se vem procurando imprimir à promoção e valorização do patrimônio imaterial, e que passarei a apresentar a seguir. São elas: *bem cultural, sistema, interação e reflexividade*.

2.1 Bem cultural

A categoria *bem cultural* integra o vocabulário corrente das políticas de proteção ao patrimônio cultural, sendo objeto de ressalvas por alguns antropólogos por enquadrar os conhecimentos e práticas culturais que designa em princípios que regem o Estado moderno (propriedade e acumulação), por vezes de difícil compatibilização com os que subscrevem os sistemas ou redes de relações outros em que estão inseridos. Entendo que essa categoria situa o patrimônio cultural enquanto intervenção do Estado e que deve ser compreendida a partir das camadas de práticas e representações pelas quais foi sendo constituída, que informam as possibilidades de sentidos e agenciamentos das definições de “bem cultural de natureza imaterial” que nos são atualmente fornecidas.

Uma historiografia consagrada do Iphan costuma propor uma cronologia em períodos: o primeiro período que se convencionou designar

como “fase heroica”, que foi dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967); o período intermediário cuja direção coube a Renato Soeiro (1967-1979), marcado por duas importantes iniciativas que se desenvolveram externamente ao órgão – o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC); e o período que se convencionou designar como “fase moderna”, cuja presidência foi assumida por Aloísio Magalhães (1979-1981), quando o PCH e o CNRC foram fundidos na Fundação Pró-Memória, que passou a integrar o Iphan.

Com apoio nessa cronologia estabeleceram-se dois paradigmas da ação patrimonialista: o “Iphan de Rodrigo” ou “fase heroica”, marcada pela ênfase dada às edificações coloniais associadas ao Barroco brasileiro, em que a vanguarda modernista identificou os fundamentos de uma unidade nacional, em vista da adoção de técnicas construtivas locais, como a taipa de pilão; e o “Iphan de Aloísio” ou “fase moderna”, em que a constituição do patrimônio se orienta pela noção de referência, voltando-se para a constituição de um patrimônio cultural representativo da heterogeneidade por que o Brasil passava a ser compreendido (FONSECA, 2005; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980). Em sua análise dos discursos oficiais, Gonçalves (2002) sintetizou bem essa distinção apontando pares dicotômicos coerentes entre si: civilização/desenvolvimento; histórico e artístico/cultural; unidade/diversidade, homogeneidade/heterogeneidade, estático/dinâmico; elitista/popular; excepcional/exemplar; passado/presente.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 (que restabeleceu a democracia sob o signo da noção de cidadania), a proteção ao patrimônio foi se complexificando com a diversificação de categorias (artístico, histórico, arqueológico, ambiental, paisagístico, imaterial); o aprofundamento na realização de estudos subsidiários e a variedade de modalidades de inventário (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG; Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, Paisagem Cultural); a preocupação com a representatividade do patrimônio constituído (estilística, cronológica, identitária, socioeconômica, afetiva); a vinculação do patrimônio a questões de planejamento urbanístico e de ocupação do território (passando a abranger a importância do entorno, da ambiência, dos usos, os sentidos de

monumento); a busca pela compatibilização entre preservação e desenvolvimento, por meio da integração entre diferentes políticas públicas, entre outros aspectos; a concepção de gestão compartilhada; e a consideração a eventuais impactos e à apropriação dos benefícios da intervenção.

Mais recentemente muitos trabalhos vêm procurando romper com essa abordagem linear, que obscurece os antagonismos em torno dos quais a política patrimonialista se efetiva³ (CHUVA, 2012). Neles, em geral, a trajetória da proteção ao patrimônio cultural pelo Iphan tem sido apreendida em sua relação com alguns constructos sociais – nação, desenvolvimento, cidadania e mercado – que, em alguma medida, perpassam todos os períodos mencionados, ainda que seus momentos de maior ênfase possam coincidir com aquela divisão. Procurei identificar alguns pontos em torno dos quais esses antagonismos têm se organizado e que entendo serem de interesse para compreender os posicionamentos no estabelecimento da valorização e promoção do patrimônio cultural dito de natureza imaterial.

Tendo como ponto de partida o papel assumido pelo Estado na condução da cultura, que oscila entre a promoção e o controle e a organização e o fomento, temos: a conjugação de tradição e modernidade, com suas taxionomias e os usos do popular e tradicional na constituição do país enquanto Nação; as interpenetrações entre o local e o global ou abertura/ fechamento para a influência exterior, e as eventuais implicações em termos de perda de autonomia, discussão essencial na definição de modelos de desenvolvimento a serem adotados; as tensões entre o particular e o geral, e o problema do enquadramento das diferenças internas em termos socioeconômicos, culturais ou étnicos (e seu mútuo condicionamento), bem como sobre o modo como as noções de memória e identidade são acionadas para a efetivação da cidadania; e a mercantilização do simbólico e o difícil equacionamento entre a acepção da cultura enquanto apropriação individual ou bem comum, inscrita em uma ordem social subscrita pelas noções de indivíduo e propriedade e pelo tempo da história, com todas as difíceis traduções.

3. São exemplos de trabalhos que problematizam essa divisão em períodos e propõem outras abordagens: Motta (1987, 2000), Chuva (2012, 2017), Leal (2016), Pereira (2009), Pereira (2012), Azevedo (2017), entre muitos outros.

2.2 Sistema

A noção de sistema e, depois, a de estrutura, marcaram o pensamento antropológico nas últimas décadas. Em termos gerais, uma abordagem sistêmica não se define pelo apontamento de traços culturais (ou dos significantes e de suas variantes formais) ou por sua inter-relação, mas pelos nexos (de determinada natureza) estabelecidos entre as partes de um todo. Das diferentes acepções de sistema podem derivar a busca pela apreensão da vida social, entre outros, em termos de sistemas culturais, sistemas simbólicos, sistemas estruturados de relações sociais ou sistemas cognitivos. A noção de sistema está relacionada ao princípio da *complexidade*, em acordo com o qual a relação causa/efeito não é unívoca, de uma mesma causa podendo derivar diferentes efeitos e um mesmo efeito podendo ser derivado de causas distintas, alguns fenômenos devendo ser compreendidos em termos de multicausalidade.

Na política brasileira de valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial, a categoria sistema tem sido acionada no sentido de tentar escapar à apreensão da cultura enquanto traços isolados, descritíveis e colecionáveis, ou do que Handler (1985) definiu como “objetificação cultural”, que é própria de uma lógica ocidental de “invenção de tradições” (HOBSBAWN; RANGER, 1997) associada à constituição dos modernos Estados nacionais. Parece importante, então, refletir se os usos da noção de sistema possibilitam ou não apreensões outras e, ainda, a superação das tentativas de (re)constituição de totalidades que organizaram e constituíram a antropologia por muito tempo.

Não estando completamente explícita nos dispositivos legais que regem a política brasileira de patrimônio imaterial, a noção de sistema adquire centralidade na metodologia INRC/Iphan. Já em seu texto introdutório observa-se a preocupação em assegurar que sejam empregadas acepções adequadas que percebam a vida social enquanto sentidos simbólicos, que formam sistemas. O maior desafio seria, então, “manter a associação dos bens culturais aos sistemas e contextos que lhes dão sentido” (IPHAN, 2000, p. 30). Na proposta apresentada, a sistematicidade diz respeito a uma construção operada pelo pesquisador – o inventário incide sobre um recorte definido (temático, territorial ou grupo social específico), envolvendo a especificação de critérios de inclusão e exclusão e, assim, do conjunto de instâncias consideradas relevantes.

Mas como, ao apontar os “objetos, práticas e lugares”, assegurar a apreensão dos múltiplos significados que neles estão inscritos, segundo uma abordagem sistêmica? Em que medida é possível representar a cultura não enquanto somatória de traços, mas enquanto significados e contexto, visto que ela é, por definição, um inventário, uma relação de ocorrências, que se quer exaustiva? E a indicação de um bem como representativo não supõe a ideia de uma totalidade que será designada, metonímica ou metaforicamente, mediante sua materialização em um traço de cultura específico? Pode o inventário, uma vez adotada a noção de sistema, abarcar a dinâmica intrínseca aos processos culturais?

No dossiê *Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica Wajãpi*, a escolha pelo enquadramento do bem cultural enquanto repertório codificado ou sistema de padrões gráficos define que a diferença a ser valorizada consiste na cultura enquanto modo de conhecimento e de apreensão do mundo, a partir do qual um modo específico de estar no mundo foi se constituindo, condicionado pelas experiências de contato, adaptação ao meio etc.

O excepcional valor desta forma de expressão está na capacidade de condensar, transmitir e renovar [...] todos os elementos particulares e únicos de um modo de pensar e de estar no mundo, próprio dos Wajãpi do Amapá (IPHAN, 2008, p. 87).

Embora dito que a arte Kusiwa “opera como um catalisador para a expressão de conhecimentos e de práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias, até valores estéticos e morais” (IPHAN, 2008, p. 87), o que define sua apreensão sistêmica não é a descrição do conjunto de traços culturais ou de aspectos do social que se vinculam na ou através da prática de produção dos Kusiwarã para a decoração de corpos e objetos. O vínculo entre esses traços culturais e aspectos do social é dado pela cosmologia a que os Wajãpi se reportam para interpretar e agir sobre distintos domínios do universo.

Essa vinculação é tornada patente na definição da função que a arte Kusiwa cumpre enquanto expressão estética e no cotidiano dos Wajãpi:

Sua função principal [...] vai muito além do uso decorativo, pois o manejo do repertório de padrões gráficos é um prisma que reflete, de forma sintética e eficaz, a cosmologia deste grupo, suas crenças religiosas e práticas xamanísticas. Trata-se de uma forma de expressão que evidencia, no seu uso cotidiano, o entrelaçamento entre a estética e outros domínios do pensamento (IPHAN, 2008, p. 18).

Ou no deslocamento que se observa no dossiê da noção de função para a de eficácia:

Sua eficácia está na capacidade de estabelecer comunicação com uma realidade de outra ordem, que somente se pode conhecer na mitologia e pelo elenco codificado de padrões (IPHAN, 2008, p. 18).

Os grafismos kusiwa têm, sobretudo, uma eficácia simbólica que atualiza permanentemente um modo diferenciado de pensar e de experimentar a relação com o outro, seja este animal, vegetal, humano ou não humano, índio ou não índio, parceiro ou inimigo (IPHAN, 2008, p. 88).

A dinamicidade da prática cultural, frequentemente reiterada, não é dada pelas variações internas dos Kusiwarã ou pela introdução de novos motivos, mas por uma dinâmica semelhante à que se observa na oralidade, em que as narrativas são atualizadas segundo o efeito que o narrador almeja produzir, no contexto de interlocução.

Do mesmo modo, os episódios da criação e da transformação do mundo – que, como dizem os Wajãpi, é uma transformação em constante movimento – são profundamente marcados pela performance da oralidade. Aquilo que um narrador nos contará um dia, jamais será o que outro narrador nos dirá. Os ditos dos anciãos são, dessa forma, constantemente atualizados e interpretados nos diferentes contextos que continuam a alimentar os saberes sobre as complexas relações existentes entre todos os seres que compartilham os mundos terrestre, celeste e aquático, no universo ameríndio, ou até dos brancos (IPHAN, 2008, p. 15).

O que confere valor à arte Kusiwa não é sua associação a dinâmicas identitárias, mas observa-se que seu acionamento diacrítico passou a ser relevante, em decorrência da pressão sofrida pelos Wajãpi. É apontado o risco de esvaziamento simbólico, de impossibilidade de controle pelos Wajãpi sobre a difusão dos Kusiwarã diante das iniciativas comerciais e de enfraquecimento das lealdades culturais que podem decorrer.

A tradição de decorar corpos e objetos é, para os Wajãpi, um prazer estético e um desafio criativo, e não marcas étnicas ou símbolos rituais (IPHAN, 2008, p. 22).

Não é da natureza dos saberes e práticas criadoras de significados culturais, como o sistema gráfico e a arte verbal dos Wajãpi do Amapá, serem associados à identidade. Nem era sua função ou característica constituírem-se como “patrimônio”, mas os impactos das transformações sociais, ambientais e econômicas a que estão sendo submetidos vêm fortalecendo o entendimento da diferença que sua condição de “índios” representa (IPHAN, 2008, p. 95).

A salvaguarda da arte Kusiwa não almeja a continuidade dos kusiwarã em si mesmos ou mesmo de sua produção (o que ainda seria estar sob a lógica do produto), sua possibilidade e razão de ser se dá apenas mediante a produção e reprodução desse modo específico de conhecer e de viver, com sua dinâmica intrínseca e formas próprias de transformação.

No dossiê *Ofício das baianas de acarajé*, a noção de sistema também adquire centralidade. O *Ofício das baianas de acarajé* é abordado enquanto sistema culinário, de que nos é apresentada uma definição:

A partir desse ponto de vista, a categoria “sistema culinário” foi o eixo condutor que orientou a pesquisa para este dossiê. Essa noção, por apresentar de modo estruturado os itens constitutivos da alimentação e permitir que se apreendam as várias etapas de um mesmo processo, como o modo de obtenção, seleção, classificação e preparo dos alimentos, assim como o modo de servi-los e até mesmo de comê-los, mostrou-se a mais adequada para dar conta da complexidade do universo do acarajé (IPHAN, 2007b, p. 58).

Ao tornar-se comida, o alimento deixa de ser considerado por si mesmo e passa, então, a integrar um sistema culinário, ou seja: torna-se “parte inseparável de um sistema articulado de relações sociais e de significados coletivamente partilhados” (Gonçalves, 2002, p. 9), cujos códigos reproduzem valores fundamentais da sociedade (IPHAN, 2007b, p. 59).

Uma dupla vinculação identitária é estabelecida para o *Ofício das baianas de acarajé*: aos terreiros do candomblé e à cidade de Salvador. Monumentos da cidade de Salvador designam espacialidades e temporalidades urbanas, e representam uma identidade baiana – abrangendo um estilo de vida, uma configuração étnica e cultural e o pertencimento regional. Por sua vinculação ao candomblé, o ofício das baianas e o acarajé estão associados à identidade afro-brasileira em toda sua complexidade – referência a uma ancestralidade, memória da participação afrodescendente na história e na formação cultural do país, inserção em um sistema cultural diferenciado, e etnicidade.

Nesse contexto, as baianas de acarajé integram e compõem o cenário urbano cotidiano e a paisagem social daquela cidade. Representam tradições afrodescendentes fundamentais das identidades da população que mora e transita nas áreas centrais e antigas, em que se destaca o conjunto arquitetônico do Pelourinho. Assim, ao olhar patrimonial une-se o olhar cidadão, no intuito de identificar ou pontuar na geografia urbana lugares tradicionais pontos de venda onde, diariamente, é celebrado o hábito de provar comida de santo e de gente (IPHAN, 2007, p. 18).

Herdeiras dos ganhos, as baianas de tabuleiro, baianas de rua, baianas de acarajé ou simplesmente baianas, segundo o costume regional, preservam receitas ancestrais africanas, sobretudo da costa ocidental, com destaque para os dos Iorubá. Verdadeiras construtoras do imaginário que identifica a cidade de Salvador com suas comidas, sua indumentária, seus tabuleiros e sua maneira de vender essas mulheres, monumentos vivos de Salvador e dos terreiros de candomblé, são um tipo consagrado, revelador da história da sociedade, da cultura e da religiosidade do povo baiano (IPHAN, 2007b, p. 16).

Procura-se abranger o que é chamado de o “*alargamento das possibilidades simbólicas*”.

Imerso na dinâmica cultural das grandes cidades brasileiras, sobretudo em Salvador, o acarajé está sujeito a variados processos de apropriações e ressignificações nos diferentes segmentos da sociedade, sem, contudo, perder seu vínculo com um universo cultural específico e fundamental na formação da identidade brasileira (IPHAN, 2007b, p. 18)

...E entendemos que o registro do bem enquanto patrimônio cultural nacional poderá mobilizar a sociedade a reconhecer, recolher, sistematizar, proteger e salvaguardar esses saberes tradicionais sem frear o fluxo natural das reapropriações simbólicas que se processam inevitavelmente na dinâmica das culturas (IPHAN, 2007b, p. 59).

Na descrição das transformações do ofício, a tônica geral prioriza a prática de comercialização e de consumo urbano à sua ocorrência cosmo-lógica ou ritual associada ao candomblé.

Sua tradição, na Bahia, vem do período colonial, quando as mulheres escravas ou libertas preparavam-no e, à noite, com cestos ou tabuleiros na cabeça, saíam a vendê-lo nas ruas da cidade (IPHAN, 2007b, p. 15).

A tradição da venda do acarajé na rua tem origem no universo do candomblé: a obrigação do acarajé, autorização para a produção e venda pública por mulheres iniciadas nos padrões dos rituais tradicionais do candomblé e escolhidas por Oiá, tinha como objetivo angariar recursos para fazer o santo, isto é, cobrir os gastos necessários às obrigações de iniciação (IPHAN, 2007b, p. 23).

Observa-se a preocupação com a instituição de uma política cultural inclusiva, que se expressa em uma tentativa de abarcar as múltiplas possibilidades de atribuição de significado e vinculação identitária. O *Ofício das baianas de acarajé* designa a identidade brasileira, tanto por

sua participação em uma cultura geral como pela participação do negro enquanto grupo formador e segmento específico da sociedade. O acarajé é tomado em referência aos praticantes do candomblé, às mulheres afrodescendentes, aos afrodescendentes em geral, aos novos integrantes do ofício que podem ser vinculados a diferentes religiões, à identidade brasileira e baiana, à população de Salvador que consome o acarajé nas ruas da cidade e, também, aos turistas.

2.3 Interação

A noção de interação social se colocou para a antropologia, sobretudo, a partir da década de 1970. Uma série de acontecimentos transcorridos incidiram sobre alguns dos pilares sobre os quais a antropologia se constituiu, como o distanciamento geográfico das populações estudadas, de que se retirava a asserção de objetividade e a correspondência entre cultura/sociedade, povo e território. Em diversos campos a autoconsciência acerca das implicações do ponto de vista do autor sobre o conhecimento produzido instaurou uma crise das representações e induziu à procura pela elaboração de modelos pautados pela intersubjetividade, que possibilitassem levar em consideração o sujeito e a história.

Na antropologia, diferentes modelos de análise foram propostos a fim de conciliar os esquemas preexistentes que, internalizados, informam a apreensão do mundo e definem disposições para a ação, tendendo, desse modo, à reprodução; e a mobilização desses esquemas em contextos definidos, segundo inserções e interesses variados, de modo que, por meio da ação, esses esquemas se atualizam e modificam. A busca por modelos de apreensão do social que levassem em conta a intensificação da interação entre diferentes grupos ou sociedades (não mais pensados em termos de totalidade ou fechamento) e que possibilitassem a consideração às agências individuais e sua incidência sobre os processos de mudança social, trouxe o entendimento de que os significados são produzidos nas relações concretas estabelecidas nos processos sociais, levando à tendência à ênfase nos contextos para sua interpretação.

A adoção da noção de referência na definição de patrimônio cultural apresentada pelo Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 evidenciou a dimensão política de uma atividade antes tida como eminentemente

técnica (FONSECA, 2001). Estabelecendo que o valor não é inerente aos bens culturais, mas a eles atribuído por diferentes sujeitos sociais, a noção de referência situou a constituição do patrimônio cultural nos processos de interação social. Estruturante da política de valorização e promoção do patrimônio cultural, a noção de referência é subsidiária aos principais dispositivos legais que a regem.

Na metodologia INRC/Iphan adquire centralidade, “como forma de evitar os impasses metodológicos decorrentes das imprecisões inerentes à noção de patrimônio imaterial” (IPHAN, 2000, p. 2). Adotada na delimitação do escopo de incidência do inventário, aparece associada ao “esforço de identificar os múltiplos sentidos que a vida social constrói” e a “bens culturais significativos para grupos culturais específicos” (IPHAN p. 2-3). Uma diferenciação é estabelecida nessa metodologia entre atribuição de sentido e atribuição de valor (associado às dinâmicas identitárias). A atribuição de sentido se situa no espaço das diferenças (visões de mundo, interesses, pertencimentos) e do conflito, que se delineiam no curso do processo; o sentido de patrimônio, por sua vez, diz respeito à elaboração de um consenso produzido, relativo a uma representação a que todos de um dado grupo devem, de algum modo, aderir⁴.

A diferenciação entre a atribuição de sentido e de valor parece central para pensar os processos sobre os quais a política de valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial incide ou integra – de que modo os processos instaurados, e como uma e outra estão inter-relacionadas?

O dossiê da *Cachoeira de Iauaretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri* chama atenção por ser todo elaborado adotando como fio condutor o processo de interação social por meio do qual a cachoeira

4. Essa diferenciação entre dimensões dos bens patrimoniais já havia sido feita por Arantes (1999), nos termos de uma distinção entre patrimônio referência (relativo aos sentidos enraizados na vida coletiva) e patrimônio recurso (alegoria em que o signo faz ao referente apenas uma alusão icônica). A mesma diferenciação é reiterada posteriormente em termos de um valor de uso (referente à natureza simbólica) e um valor de troca (referente à natureza alegórica). Em seu aspecto de valor de uso, o bem patrimonial representa um símbolo e é constantemente transformado pelo “trabalho social de produção simbólica”. Em seu aspecto de valor de troca, seria o modo como a “cultura participa da política de identidade e dos jogos de mercado” (ARANTES, 2001, p. 134). Essas diferenciações estabelecidas por Arantes são destacadas também em Tamaso (2005).

de Iauareté foi adquirindo sentido patrimonial, no agenciamento das possibilidades abertas por essa política pública específica, inscrita no contexto das relações estabelecidas na região do Uaupés, dos índios entre si e desses com os não índios.

Alguns meses após a participação do Iphan em uma reunião realizada por intermédio de uma parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), os Tariano manifestaram interesse pelo registro de seus lugares sagrados. A importância desses lugares devia-se “à antiga história de seu ancestral mítico, que, na tentativa de se livrar da devoração por uma ‘gente-onça’, dera origem, em sucessivas transformações, a algumas das pedras da cachoeira de Iauaretê” (IPHAN, 2007a, p. 53). Ao tomar conhecimento da demanda Tariano, os Tukano encaminharam um documento reivindicando a ampliação da abrangência do registro, mediante o argumento de que a cachoeira de Iauaretê dizia respeito a todos os povos do Uaupés.

A reação dos Tukano levou à compreensão de que a vontade manifestada pelos Tariano precisava ser entendida no contexto local das relações intergrupos, no interior de um quadro de crescimento demográfico excessivo que acarretava conflitos pelo acesso às áreas de plantio e de pesca e a dificuldade de dar a conhecer aos jovens o mapa das relações sociais, a fim de assegurar a observância do princípio de exogamia linguística por que são regidas. Os Tariano reivindicavam, por meio da narrativa do mito dos Diroá, o direito de serem reconhecidos como “moradores verdadeiros” de Iauaretê. O agenciamento da política pelos Tariano desencadeara uma dinâmica de contraposições de versões de mitos, em que os diferentes grupos passaram a apresentar narrativas, demonstrando seu conhecimento e vínculo com o território. Em acordo com o que é apontado, essa dinâmica seria semelhante às disputas verbais e diálogos cerimoniais que cadenciam os *dabucuris*, sistema tradicional de política praticado entre os grupos indígenas da região.

Por fim, a cachoeira de Iauareté foi registrada a partir dos mitos dos Tariano, mas tendo como referência os povos dos rios Papuri e Uaupés. Um dos aspectos que chama atenção no processo é a definição de mito utilizada:

Mitos e histórias são, assim, a base sobre a qual relações políticas entre povos aparentados são estabelecidas ao longo do tempo. Essas relações envolvem disputas em torno de posições hierárquicas e recursos simbólicos

e materiais, de forma que sua atualização constante enseja uma espécie de diplomacia narrativa, cujas convenções específicas permitem resolver questões políticas. Nesse processo, há conhecimentos necessariamente compartilhados e outros restritos a especialistas e grupos específicos. Se há um fundo comum de onde emanam princípios gerais e compartilhados, há, por outro lado, diferentes formas de tematizá-los por meio dos relatos acerca da origem do universo e da humanidade. A essas se articulam várias outras histórias particularizadas, nas quais se buscam afirmar posições e prerrogativas virtuais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007a, p. 16-17).

A relação com o Estado, que estabelece o grupo enquanto étnico, é acionada para solucionar conflitos locais intergrupos. A menção aos mitos como forma de conhecimento, modelo explicativo, acionado nos processos de interação, aponta para a existência da diferença, mas da diferença que se processa em um dado código compartilhado.

Assim, para que se torne eficaz, o conhecimento precisa ser em parte compartilhado; para que, daí, cada parte e cada coletivo possa se constituir como tal e participar da extensa rede de trocas que caracteriza o sistema social do Uaupés (IPHAN, 2007a, p. 18).

O caso da Cachoeira de Iauaretê é um exemplo de experiência em que o registro é feito na perspectiva de atribuição de sentido e de valor pelo grupo, sem perder de vista que esse sentido não é intrínseco ao bem, é contextual, e sem perder de vista também que está inscrito nos modelos duradouros internalizados acionados em caráter dinâmico nos contextos que se colocam.

2.4 Reflexividade

A percepção de que a representação sobre o social que se processa na produção de uma memória coletiva tem efeitos concretos sobre os processos sociais e sobre a vida dos sujeitos que deles participam introduziu uma dimensão ética à constituição do patrimônio cultural, um senso de consequência, de modo que esta passa a ser subscrita, em diferentes sentidos, pelo princípio de reflexividade. Aplicado à prática de constituição do patrimônio cultural, o princípio de reflexividade situa a agência de técnicos e pesquisadores nos processos sociais que integram ou sobre os quais incide.

De acordo com Giddens (1991), a reflexividade é uma das características da modernidade e diz respeito ao modo como ela se relaciona com a

tradição. Para esse autor, a reflexividade é uma das características definidoras de toda ação humana, uma vez que os seres humanos se mantêm em contato com as bases do que fazem como parte integrante do fazer, o que denomina *monitoramento reflexivo da ação*. Na modernidade, a reflexividade teria passado à base da reprodução do sistema, do pensamento e da ação estando permanentemente refratados entre si. Ele considera que há dois sentidos a serem destacados no pensamento social reflexivo, a reflexão e a metarreflexão como substrato da ação, daí a representação sobre o passado orientada pela e para a intervenção sobre o futuro.

O princípio de reflexividade se tornou central na antropologia no bojo das discussões sobre as implicações dos pontos de vista do autor, em que a autoridade narrativa passou a ser problematizada por antropólogos que defendiam que as etnografias são “textos” ou “artefatos literários”. Sobre o posicionamento do antropólogo como um narrador não situado, Strathern (2013) apontou a insuficiência de se afirmar que os contextos são construídos pela escrita e propôs como abordagem a conexão entre contextos, definida pela ação política combinada entre diferentes sujeitos sociais, sendo necessário compreender o que está em jogo e em nome de quais interesses um antropólogo produz suas etnografias.

A preocupação com um senso de consequência pode ser observada na metodologia INRC/Iphan, como se observa no trecho a seguir:

Finalmente, há um desafio de natureza política a ser contemplado, que põe em evidência o tema da responsabilidade social de pesquisadores e técnicos. [...] A reflexividade do inventário poderá, assim, criar impactos sobre estratégias políticas e de mercado associadas ao patrimônio nos meios sociais envolvidos. Essa possibilidade coloca um alerta sobre o processo de escolha dos objetos que deverão ser incluídos nos repertórios culturais e as consequências práticas dessas decisões (IPHAN, 2000, p. 5).

A valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial é informado pelo princípio de reflexividade enquanto senso de consequência, mas de que maneiras essa preocupação se desdobra em termos de metarreflexão e é incorporada em termos de diretrizes na definição de uma prática patrimonial?

No *Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro* (IPHAN, 2010), os sistemas tradicionais do Alto Rio Negro são percebidos como produtores e mantenedores de agrobiodiversidade e sua valorização é proposta em reação à expansão de um modelo agrícola pautado na monocultura, em grandes propriedades e na produção para o mercado, apontando a necessidade de que, quando da adoção de modelos de produção agrícola, outros aspectos sejam considerados, tais como impactos sobre o meio ambiente (sobretudo desmatamento e clima), manutenção de uma reserva de biodiversidade (no sentido de assegurar a autonomia alimentar de diferentes populações), prevenção da ampliação de quadros de exclusão socioeconômica, entre outros, inscritos nas preocupações que movem a atuação de agências de cooperação multilateral como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O acionamento da noção de sistema aponta para a interdependência para a diversidade agrícola como portadora de significados culturais articulados com diferentes domínios da vida social. O Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro é caracterizado por se constituir por

uma alta diversidade de plantas cultivadas, uns saberes agrotécnicos elaborados, uma rede de atores policêntrica e não hierarquizada, elaboração de uma rica cultura material, uma relativa disponibilidade de terras cultiváveis, um sistema alimentar diversificado e existência de um campo simbólico forte embutido nos diversos campos de atividades (IPHAN, 2010, p. 152).

As relações definidas pelo sistema abrangem também o não humano, incluindo os artefatos culturais, que são dotados de intencionalidade, agência e eficácia.

No Rio Negro um fundamental aspecto do processo de patrimonialização se insere no quadro das relações de sociabilidade não apenas entre as pessoas que produzem e utilizam cada artefato, mas também das coisas entre si. Assim, o *status* dos objetos deriva das relações que possuem, uma vez que há a nítida percepção de que agem e, portanto, que trabalham de forma sincronizada ou complementar nas complexas tarefas de transformação da mandioca em alimentos. Através da agência, os objetos humanizam-se e, conseqüentemente, transformam seu próprio trabalho, o que lhes permite intermediar o trabalho humano (IPHAN, 2010, p. 114).

Prefere-se a incidência da história sobre a prática regional à ideia de significado. A delimitação da área geográfica privilegia as relações estabelecidas ao longo do tempo que possibilitaram a produção, o manejo e a conservação da agrobiodiversidade.

Na descrição e caracterização apresentadas, não se faz muita alusão à questão identitária. Há uma rápida menção em um trecho em que se busca afirmar seu valor patrimonial, associado à sua especificidade, que singulariza os participantes dessa prática enquanto integrantes de um grupo cultural específico, diferente de outros grupos culturais (não apenas em termos de diacriticidade):

As qualidades gustativa e estética da alimentação, ambas com um certo nível de subjetividade, assim como a diversidade dos ingredientes e das receitas e a complexidade das preparações são elementos importantes para avaliar a dimensão patrimonial de um sistema alimentar. Porém, o elemento central deste reconhecimento é sua dimensão identitária, que faz que ele seja considerado como um elemento próprio do grupo cultural considerado (ou dos grupos considerados), e diferente da alimentação dos outros grupos (IPHAN, 2010, p. 148).

Na descrição dos artefatos materiais que integram o sistema agrícola – aqueles fabricados localmente – aponta-se que operam na expressão de diferenças entre os grupos inter-relacionados e enquanto diacríticos de uma identidade indígena.

Este tipo de objeto é produzido com matérias-primas e técnicas locais, e realizado segundo um modelo que obedece a parâmetros da sociedade que os utiliza, revelando uma identidade étnica, geral e particular, através de sua forma ou de sua eventual decoração (IPHAN, 2010, p. 26).

Em terceiro lugar, porque outros artefatos fundamentais, como o forno, não são integralmente produzidos pelos habitantes das comunidades. Contudo, os objetos trançados o são em sua maioria, o que representa uma questão de identidade, tanto indígena quanto especificamente baré ou tukano ou baniwa”. (IPHAN, 2010, p. 119).

Entretanto, recusa-se a vinculação do bem cultural à constituição de identidades étnicas, sendo priorizada a adoção de um recorte regional pautado na perspectiva da conformação de redes.

Da mesma forma, não se pode relacionar de maneira estrita o sistema agrícola do Rio Negro, tal como o conceituaremos a seguir, a um grupo

étnico, ou mesmo a uma família lingüística. A história regional mostra que normas sociais de casamento fundamentadas na exogamia lingüística ou clânica, de intercâmbio de bens, de formas de saber e de fazer tecem uma rede de relações entre as etnias da Amazônia do Noroeste, o que constitui um traço regional (IPHAN, 2010, p. 9).

O *Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro* aponta para a importância dos sistemas de conhecimento tradicionais e da interação entre diferentes sistemas de conhecimento para que se possa tentar prevenir ou reverter um quadro que ameaça o futuro da sociedade humana, e a valorização e promoção do patrimônio cultural adquire um importante papel nesse processo.

No dossiê do *Complexo cultural do bumba-meu-boi do Maranhão*, o uso da categoria reflexividade aponta para os efeitos degenerativos da intervenção pelo Estado e da mercantilização da prática cultural na vinculação com o turismo.

Esses efeitos são percebidos em aspectos como a tendência à estetização das apresentações e à homogeneização dos grupos (muitos vêm adotando elementos do sotaque de orquestra, a fim de conseguir maior número de apresentações e melhores cachês). Destaca-se a supressão dos autos e matanças, ou desvalorização das práticas dramáticas e narrativas inerentes à realização das performances cômicas, que vem deixando de ser encenadas⁵.

Os autos e as matanças nem sempre são encenados. Na Capital, observa-se um processo de desvalorização das práticas dramáticas e narrativas inerentes à realização dessas performances cômicas. A contratação dos grupos, sobretudo no período junino, com a limitação de tempo e espaço para as apresentações, é a principal justificativa dos Bois para não encenarem os autos nos espaços públicos (IPHAN, 2011, p. 146).

A relação com o Estado e com o mercado é também priorizada na reconstituição histórica da prática cultural. Divide-se a descrição em duas partes: a primeira aborda a história do boi no século XIX, a outra trata do século XX até os dias atuais. Na primeira parte, o esforço por traçar a

5. A não encenação do “auto original” ou na íntegra pelos grupos de boi tem sido apontada por pesquisadores do folclore e da cultura popular. Essa questão chamou atenção de Carvalho (2011, p. 34), que apresenta a interpretação de Betinho, palhaço de boi de toda uma vida, em acordo com o qual não existe auto original, mas alguns preceitos que constituem a origem e que devem ser observados no processo criativo. Cavalcanti (2006) sugere que o auto original funciona como uma narrativa mítica, que atualizado na ação assume os mais diferentes contornos.

história do bumba-meu-boi no século XIX no estado do Maranhão tem como principal objetivo investigar a longevidade da brincadeira e a ocorrência de interrupções em sua realização. Na segunda, busca narrar como o bumba-meu-boi passou de condição marginal, discriminada enquanto brincadeira de negros, para a de ícone da cultura maranhense. É proposta uma tipologia que divide a história do bumba-meu-boi em quatro fases: o tempo dos conflitos, de 1900 a 1950; a valorização do bumba-meu-boi, de 1950 a 1970; a institucionalização dos bumbas, de 1970 a 1990; e a inserção do bumba no mercado de bens culturais, de 1990 a 2010.

O bumba-meu-boi é apontado como expressivo da identidade do Maranhão, mas também como elemento de pertença e coesão.

O Bumba-meu-boi permeia várias dimensões da vida social dos maranhenses que vivenciam a brincadeira, a exemplo da religião, da produção cultural e das relações sociais. No aspecto social, verifica-se no discurso dos atores do Bumba-meu-boi o emprego de terminologias que demonstram certa coesão social, trazendo à tona a ideia de comunhão”. (IPHAN, 2011, p.95).

Os grupos são divididos em sotaques, de que é dito serem operantes em diversos sentidos – percebidos por meio de gradações de tradicionalidade, os sotaques ditam pertencimentos. A forte rivalidade entre os grupos, que em outros tempos se desdobravam inclusive em embates físicos, atualmente se realiza em um plano simbólico, expresso sobretudo nas toadas, acentua a importância que a participação da brincadeira adquire para as relações regionalmente estabelecidas.

Para além do espaço doméstico, o Bumba-meu-boi é portador de uma territorialidade que identifica os estilos de brincar Boi. No Maranhão, os estilos dos Bumbas identificam-se pelos nomes de regiões geograficamente bem definidas ou municípios de origem [...] Em São Luís encontram-se grupos dos cinco estilos que estão mais ou menos situados espacialmente em determinadas áreas da cidade, redutos de praticantes de Bumba-meu-boi provenientes das regiões do Estado onde se concentram os sotaques (IPHAN/INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011, p. 98).

Também expressivos da heterogeneidade interna da brincadeira são o pertencimento étnico (com marcante participação de brincantes negros em sua organização) e as vinculações religiosas, reiteradamente abordados

em termos de miscigenação ou sincretismo.

São atores desse grande espetáculo, estivadores, pescadores, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes e, mais recentemente, dependendo do estilo de Bumba-meu-boi, pode-se encontrar, ainda, fazendo parte do conjunto, estudantes e funcionários públicos entre outras categoriais profissionais. Deve-se destacar a grande participação de negros nos grupos dos sotaques de Guimarães, Cururupu, Ilha e Baixada (IPHAN, 2011, p. 10).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de ter sido conclusiva sobre quaisquer dos apontamentos realizados, espero que a reflexão aqui proposta possa contribuir para a permanente elaboração e reelaboração da política de valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial empreendida pelo Iphan, que se processa mediante as disputas engendradas, a prática de seus agentes ou as circunstâncias conjunturais. Importante marco em sua instituição, a metodologia INRC/Iphan está sendo atualmente reformulada, a fim de incorporar o acúmulo de experiência dos quase vinte anos de aplicação. Quando de sua elaboração, um notável esforço reflexivo foi feito em torno da compatibilização entre técnicas e procedimentos próprios à pesquisa antropológica e o mapeamento de referências culturais (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015), e é interessante observar a centralidade nela adquirida pelas categorias aqui destacadas.

Na indicação dessas categorias, acabei me dando conta de sua pertinência para além da política de valorização e promoção do patrimônio cultural: a categoria bem cultural sintetiza as discussões acerca do recurso à cultura na constituição de grupos sociais e sua inserção em processos atinentes ao estado moderno; as demais categorias podem ser pensadas a partir de Goldman e Viveiros de Castro (2016), que propõem que o desenvolvimento da antropologia enquanto disciplina esteve apoiado em três pares dicotômicos centrais – a categoria sistema está relacionada ao par dicotômico parte/todo (para cuja superação tem sido proposta a noção de redes ou rizomas); a categoria interação está associada ao par dicotômico indivíduo/sociedade (para cuja superação tem sido proposta a noção de multiplicidade); a categoria reflexividade está associada ao par dicotômico tradicional/moderno (para cuja superação tem sido proposta a noção de simetria).

Na proposição dessa reflexão, movia-me o anseio de compreender os sentidos atribuídos à diferença em tempos atuais, e acredito que a contribuição do antropólogo na implantação de uma política orientada por e para a diversidade cultural, tem algo a nos dizer sobre suas possibilidades. Parece-me essencial explorar a heterogeneidade interna ao campo da antropologia, que reverbera nos modos de conceber o patrimônio cultural, de onde a escolha por uma abordagem que não dissocia teoria e prática, do discurso enquanto agência, cuja produção é condicionada por um conjunto de regras, mas que também é dotado de intencionalidades, efeitos e eficácias. Penso na indagação acerca da diferença como parte da sociedade nacional ou situada na sociedade nacional (VIVEIROS DE CASTRO, 1999) e me pergunto sobre o lugar em que nos colocamos para olhar para ela. Como se esquivar à inserção da diferença no tempo linear da história progressiva, que define e regula o modo por que ela pode se dar?

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. *Projeto História Educ/Fapesp*, São Paulo, n. 18, p. 121-134, 1999.
- ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-139, 2001.
- AZEVEDO, Paulo Orlando de. Patrimônio . e natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 45-63, 2017.
- CARVALHO, Luciana Gonçalves. *A graça de contar: um Pai Francisco no bumba-meu-boi do Maranhão*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.
- CAVALCANTI, Maria Laura. Tema e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 69-104, 2006.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 34, p. 147-165, 2012.
- CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 79-103, 2017.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Boletim de políticas setoriais 2: Acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- GOLDMAN, Marcio; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Marilyn Strather. In: GOLDMAN, Marcio. *Mais alguma antropologia: ensaios de geografia do pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Ponteio, 2016. p. 113-145
- GREGOLIN, Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- HANDLER, Richard. On having a culture: nationalism and the preservation of the Quebec's Patrimoine. In: STOCKING, George (ed.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília, DF: Iphan, 2000.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cachoeira de Iauaretê*. Brasília, DF: Iphan, 2007a. (Dossiê Iphan 7). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf. Acesso em: 5 mar. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ofício das baianas de acarajé*. Brasília, DF: Iphan, 2007b. (Dossiê Iphan 6). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_OficioBaianasAcaraje_m.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica Wajãpi*. Brasília, DF: Iphan, 2008. (Dossiê Iphan 2). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_wajapi.pdf. Acesso em: 5 mar. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro*. Brasília, DF: Iphan, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19__sistema_agricola__web____12jul19.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Complexo cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão*. São Luís: Iphan, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi(1).pdf). Acesso em: 10 out 2018.
- LEAL, Claudia Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-136, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119840>. Acesso em: 10 set. 2016.
- MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2012, Ouro Preto. *Anais [...]*. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MORAIS, Sara; RAMASSOTE, Rodrigo; ARANTES, Antônio. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): entrevista com Antonio Arantes. *Revista CPC*, São Paulo, n. 20, p. 221-260, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voi20p221-260>

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 22, p. 108-122, 1987.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: discurso e práticas de preservação*, 1975/1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. *O turismo cultural e as Missões Unesco no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil: uma trajetória*. Brasília, DF, 1980.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas em antropologia*. Tradução Tatiana Lotierzo e Luis Felipe Kojima Hirano. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1008>. Acesso em: 10 abr. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)*. São Paulo: Anpocs 1999. p. 109-223.

ZACCHI, M. S. *Patrimônio e identidade entre o tangível e o intangível*. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CANJERÊ IBAÔ:

O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, A COMUNIDADE E AS AFRICANIDADES

ALESSANDRA REGINA GAMA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, BRASIL

Doutoranda em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (Bolsista Capes – PPGEd). Licenciatura plena em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Coeditora e mentora de projetos da plataforma web NoBrasil.

E-mail: alessandrargama@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i28p163-189>

RECEBIDO

19/07/2019

APROVADO

16/08/2019

CANJERÊ IBAÔ: O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, A COMUNIDADE E AS AFRICANIDADES

ALESSANDRA REGINA GAMA

RESUMO

As considerações deste artigo resultam de uma investigação que se propôs acompanhar o processo de uma experiência local, defendida na dissertação de mestrado *Canjerê: uma performance cartográfica em patrimônio cultural, educação e africanidades*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. O movimento desta pesquisa considera o inventário participativo como um processo colaborativo e propositivo no campo das expressividades culturais negras, tecendo reflexões sobre as hostilidades sociais que afetam as singularidades de cultura e memória centradas nas africanidades e em como a perspectiva da ecologia de saberes pode contribuir para a produção de conhecimentos, numa perspectiva justa e equilibrada de saberes no campo patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE

Inventário participativo. Cultura afro-brasileira. Memória social.

IBAÔ CANJERÊ: PARTICIPATORY INVENTORY OF CULTURAL HERITAGE, COMMUNITY AND AFRICANITIES

ALESSANDRA REGINA GAMA

ABSTRACT

The considerations result from an investigation that proposed to follow the process of local experience, defended in the master's dissertation "Canjerê: uma performance cartográfica em patrimônio cultural, educação e africanidades", carried out by the Graduate Program in Education of the Universidade Federal de São Carlos (Brazil). The movement of this research considers the participatory inventory as a collaborative and purposeful process in the field of black cultural expressivities, weaving reflections on the social hostilities that affect the singularities of culture and memory centered on africanities and how the perspective of knowledge ecology can contribute to knowledge production, in a fair and balanced perspective of knowledge in the patrimonial field.

KEYWORDS

Participatory inventory. African-brazilian culture. Social memory.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo tecer considerações sobre a perspectiva comunitária de produção de conhecimentos no âmbito do patrimônio cultural, a partir do inventário participativo, em intersecção com as expressividades culturais brasileiras de matriz africana, que tratamos por africanidades. Para abordar este tema, consideramos uma experiência em curso no Instituto Baobá de Cultura e Arte – o Ibaô, que é também um ponto de cultura e ponto de memória, localizado em Campinas, São Paulo.

O Ibaô é um espaço de sociabilidade e difusão de práticas culturais negras, fundado em 2007 por um grupo de jovens negros e não negros que tinham como objetivo na época de sua fundação criar um microterritório de valorização e continuidade da memória de Mestre Tedi (GAMA, 2016). Mestre Tedi faleceu em 1994 e foi pela transmissão dos seus saberes e de sua memória que jovens da Vila Padre Manoel da Nóbrega, região Noroeste de Campinas, foram iniciados na prática da capoeira e de outras expressividades culturais negras, como o samba de roda, maculelê, afoxé e a puxada de rede do xaréu. Essa diversidade de expressões é recorrentemente encontrada entre os praticantes da capoeira, coexistindo numa relação de irmandade contextual e histórica, herdada não só pelos ensinamentos orais dos antigos mestres, como também pelas similitudes estratégicas de sobrevivência dos negros e negras na sociedade, frente às investidas de exclusão, proibição e apagamento das suas práticas culturais na construção identitária.

A proibição e o apagamento das práticas culturais negras foram consequências sociais, políticas e históricas do período colonial e do escravismo criminoso contra os povos africanos, que foram sequestrados e deportados do continente africano para enfrentar a mão de obra escrava no Brasil. O período colonial escravocrata foi sistemicamente arquitetado e sustentado durante os séculos em que perdurou a escravidão, culminando na forçosa diáspora africana¹. Além da proibição, durante décadas instituiu-se também a criminalização das práticas culturais negras do candomblé e da capoeira. Ambas as práticas eram previstas em códigos penais da época, abarcando outras densas investidas de marginalização social e cultural dos sujeitos negros e africanos acerca de suas práticas originárias, como nos apontam Soares (2004), Rafael (2012), Carneiro (2008) e Parés (2007).

As práticas culturais negras não figuram mais naquele “passado instituído” das proibições criminais, porém encontram, ao longo da formação cultural da sociedade, diversificadas formas de expropriação, exclusão e marginalização social, que alimentam as invisibilidades exponenciais do patrimônio cultural e das memórias das matrizes africanas.

Como expropriação cultural, podemos refletir os extensos impactos antropológicos dos “estudos sobre negros” no Brasil, empreendidos com uma ênfase inaugural por Raimundo Nina Rodrigues. Esta ciência demarcou durante longos anos um discurso criado a partir da sua visão epistemológica de “estudo do outro”, com um sem-número de incursões estereotipadas e de invenção de tradições tribais dos povos, as quais entre os próprios não faziam sentido (CORRÊA, 2013). Na extensão inaugurada pelos “Traficantes do simbólico”² há tanto a inserção de códigos analíticos advindos do olhar externo, de quem observa e analisa uma determinada dinâmica cultural sem fazer parte do grupo social analisado, como também ocorre o deslocamento de códigos simbólicos que fazem parte de um complexo cultural, perdendo seus sentidos quando levados “para fora” do seu complexo dinâmico de cultura. Outra problemática acerca desta questão é apontada pela filósofa Sueli Carneiro: “a academia, ela tem sido muito eficiente em expropriar o discurso da militância negra, transformá-lo em objeto de investigação e devolvê-lo como uma produção própria” (CAFÉ..., 2007).

1. Ver Hall (2009).

2. Ver Mariza Corrêa (2013).

As dinâmicas de expropriação cultural tanto lançam o desafio de desmistificar a africanidade dos modos primitivos e tradicionalistas, tal qual fora defendido por seus inventores inaugurais, quanto desafia o campo das ciências e dos sujeitos que as produzem, reconhecendo e revertendo a produção de conhecimentos escritos na terceira pessoa. Severino Ngoenha chama a atenção para este tipo de discurso que ainda se produz sem os “donos” estarem presentes e afirma: “A exclusão do povo africano está clara não só na língua de publicação (inglês, francês, português), mas sobretudo no conteúdo do discurso, na escolha dos temas, nos métodos e na forma como se tratam os problemas” (NGOENHA, 2011, p. 177).

Um outro exemplo para refletirmos sobre os impactos da expropriação cultural nas matrizes africanas é o caso das mulheres evangélicas e neopentecostais da Bahia que investem na transformação do acarajé em “bolinho de Jesus”. O acarajé é um alimento sagrado, que tem origem nos saberes das comunidades tradicionais e povos de terreiros. Dada a importância do acarajé como uma referência cultural dos povos de matriz africana, o seu modo de fazer tornou-se um dos ofícios reconhecidos como patrimônio cultural do Brasil e conta com o apoio das políticas de salvaguarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2005, época em que ocorreu o seu registro (IPHAN, 2010).

Os povos tradicionais de terreiros guardam e assumem características sociais que refletem simbologias, éticas, filosofias, comportamentos, vocabulários e estéticas próprias de suas culturas, sendo o acarajé um alimento ritualístico, secular, que integra a liturgia e comunicação entre os mundos espirituais dos terreiros. É principalmente um alimento dedicado ao culto do orixá Iansã ou Oyá (nomes da mesma divindade) e suas transformações e artesanias, incluindo a comercialização para o público externo. Tem as filhas de Iansã como suas legítimas guardiãs e detentoras. Outros seguimentos religiosos se apropriam da receita e investem tentativas de transformar o seu significado, expropriando-o de seu contexto originário, de modo a compatibilizá-lo com outras referências de crença, instalando tensões e disputas sociais acerca do seu universo simbólico. Quais são os impactos sociais desta investida? Podemos associá-la à problemática da expropriação cultural e às tentativas diversificadas de exclusão e apagamento das memórias das matrizes africanas?

Com base nos questionamentos preliminares, na problemática sistêmica de invisibilização das expressividades culturais negras, bem como nas contínuas investidas sociais de apagamento da memória das matrizes africanas, tecemos algumas reflexões e considerações propositivas, a partir da seguinte questão: como o inventário participativo pode contribuir com o desenvolvimento de processos comunitários no âmbito do patrimônio cultural das matrizes africanas? Partindo desta questão, trazemos o inventário participativo como processo propositivo na identificação e na produção de conhecimentos de grupos sociais e de comunidades culturais negras, revelando as narrativas do patrimônio cultural pelo prisma social dos seus agentes e detentores.

Referimo-nos às expressividades culturais negras como formas próprias e diversificadas de comunicar, criar sentidos e inter-relações estéticas entre as práticas sociais estabelecidas pelos grupos e comunidades que se reconhecem a partir de valores culturais e sociais comuns; neste caso, os povos que se referenciam através da cosmovisão de matriz africana.

A cosmovisão de matriz africana é complexa, englobando uma concepção ancestral, humana, metafísica, epistemológica e ética que se articula pelo conceito de “força vital”, coexistindo as razões da natureza e da técnica, em oposição ao pensamento ocidental binário. Outro ponto de referência fundamental nesta concepção é a articulação entre indivíduo e comunidade. Este sentido concebe a existência individual face aos valores do comunitarismo, em que o indivíduo não teria por si mesmo – nem existência – a consciência de ser, senão por meio do compartilhamento social em seu grupo de convívio. (NGOENHA, 2011)

No espectro da força vital está incluída a força da palavra, a cultura oral. “Cada vez que um velho morre, é uma biblioteca inteira que se queima”. Essa afirmação encontrada em Severino Ngoenha (2011) e em Silvério (2013), é também uma força de expressão popular relativa aos aspectos da memória nas africanidades. A maior parte das antigas sociedades africanas repousava tradicionalmente sobre uma ou outra forma de “governo consensual”. Certas sociedades exigiam o consentimento não somente dos vivos, mas igualmente dos mortos ou daqueles que ainda não haviam nascido. Nas sociedades tradicionais, os anciãos eram considerados bem informados acerca da opinião dos ancestrais e acreditava-se terem incorporado a sabedoria destes

últimos, sustentando a continuidade cultural, os costumes e a tradição. Uma política que violasse flagrantemente os costumes e a tradição seria encarada como não consentida pelos mortos. Uma política sem especial preocupação com a sobrevivência e a felicidade das crianças, considerar-se-ia privada de aquiescência das gerações futuras (SILVÉRIO, 2013).

Este entendimento explicita duas implicações. A primeira concede aos anciãos uma importância como depositários do saber, equivalentes aos arquivos e bibliotecas que guardam conhecimentos acerca da realidade e das ciências, de forma humanizada. A tradição escrita não foi primordial para os africanos por razões distintas das que, no Ocidente, a instituíram como arquivo de memórias, logo, a oralidade não pode ser considerada inferior, mas, sobretudo, um saber diferente do ocidental (HAMPATÊ, 1972).

A outra implicação faz refletir sobre os valores culturais, sociais e filosóficos, indissociáveis dos políticos. Havia nos antepassados uma forma de estar no mundo que os integrava em comunidade e não os colocava em oposição às dimensões existenciais do sujeito africano. Esse pensamento ajuda a superar a monocultura do saber científico (SANTOS, 2004) e do pensamento binário hierarquizado, instituído pelos modelos colonizadores do Ocidente. Em uma visão existencial binária, tencionam-se os valores:

O negro é homem da natureza em oposição ao homem branco da técnica. Razão instintiva contra a razão da vontade, intuição contra a reflexão, emoção contra a racionalidade; ou então, razão sintética contra a razão analítica; identificação através do mito do sujeito-objeto contra a separação do sujeito-objeto da história, comunitarismo contra individualismo (NGOENHA, 2011, p. 190).

Desse modo, se a concepção humana africana não fragmenta suas razões e sim coexiste em suas polaridades, reforçamos o pensamento de Severino Ngoenha, que nos sugere: “Enquanto o cogito cartesiano supõe a afirmação da existência do sujeito pensante e de um objecto que está fora dele, o negro africano é suposto sentir o objecto, mais, ele dança o objecto” (2011, p. 190). O autor conclui que na ideia das expressividades culturais negras brasileiras estão contidas as reflexões convergentes e divergentes, as potencialidades e adversidades sociais que impactam a produção de conhecimentos acerca do patrimônio cultural, no âmbito das africanidades. As concepções da cultura oral e do ser, indissociáveis do seio comunitário,

portanto implicadas na tessitura complexa dos valores simbólicos das matrizes africanas, são construtos existenciais inalienáveis para o inventário participativo, adotado como uma política para o fazer patrimonial com sentido comunitário.

As políticas para o patrimônio cultural no âmbito afro-brasileiro carregam a historicidade do século XIX, as teorias e as relações raciais, a contribuição africana na cultura brasileira, bem como os debates e as ações da Unesco³, após a Segunda Guerra Mundial. Este contexto histórico foi abordado na dissertação defendida no Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio (PEP), do Iphan, pela historiadora Alessandra Rodrigues de Lima, com o título *Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*, em 2012. Outro aspecto relevante dessa historicidade para a nossa reflexão está no aporte da escola sociológica paulista, que na década de 1930 problematizou o mito da democracia racial, revelando a precariedade nas condições de vida dos afro-brasileiros, descortinando também a sua exclusão social (LIMA, 2012).

Tanto a desconstrução “mitológica” da democracia racial, outrora afirmada pelos intelectuais e ideólogos da identidade nacional, quanto as respostas políticas para esta agenda resultaram da profunda articulação e reivindicação histórico-reparatória das comunidades e dos movimentos sociais negros. As investidas sociais de apagamento da negritude possibilitaram novos arranjos, debates e inserções de pautas políticas a partir dos seus movimentos, com a participação de artistas e intelectuais negros, mobilizando a sociedade e o Estado em torno das problemáticas raciais, que eram também culturais e econômicas. A agenda política de resposta do Estado aos movimentos sociais negros implantou ações, programas e dispositivos jurídicos, a exemplo da Lei 10.639/2003, do Estatuto da Igualdade Racial e das cotas afirmativas nas universidades, assim como órgãos governamentais de formulação de políticas, diretrizes e promoção da igualdade racial, a exemplo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

No bojo dos processos e paradigmas contraditórios de construção das representações nacionais de cultura, que perduraram longos anos no Brasil, a partir da década de 1930, a matriz civilizatória africana passa a

3. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

figurar o contexto do patrimônio cultural em 1938, com o tombamento do Museu de Magia Negra. O museu era constituído por um acervo de objetos de culto afro-brasileiro apreendidos nas operações policiais do Rio de Janeiro. A segunda referência histórica de inserção das africanidades no âmbito do patrimônio cultural se deve ao “tombamento do Terreiro Casa Branca de Salvador, inscrito em dois livros: Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em agosto de 1986” (LIMA, 2012, p. 42).

Outra dinâmica relevante nesta contextualização ocorre com o registro de vários bens culturais de matriz africana e indígena, em diferentes livros de registro, a partir de 2000: Ofício das Baianas de Acarajé (2004), Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004), Jongo no Sudeste (2005), Tambor de Crioula (2007), Ofício dos Mestres de Capoeira (2008), Roda de Capoeira (2008), Frevo (2007), Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo (2007), Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão (2011), Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2013), Carimbó (2014), Maracatu Nação (2014), Maracatu Baque Solto (2014) e Cavalo-Marinho (2014). Além dos tombamentos dos terreiros: Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Oxumarê, Bate Folha, Alaketu e Seja Hundê, também em diferentes épocas, após o primeiro caso, em 1986, com o Terreiro Casa Branca.

O instrumento predominante de identificação e produção de conhecimentos dos bens registrados foi o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). De acordo com o Manual de Aplicação do INRC (IPHAN, 2000, p. 30), esta metodologia apresenta o “desafio de identificar o patrimônio e as referências culturais como produtos históricos dinâmicos e mutáveis”, traduzindo os aspectos fronteiros entre o simbólico e os marcos de lugar, que representem as configurações espaço-temporais dos atores e suas práticas, precavendo-se do risco de tratá-los como “coisas substantivas ou objetos acabados”. O INRC traz como perspectiva, uma pesquisa que:

focaliza as dimensões apreensíveis da cultura, como os documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências em relação aos temas selecionados (IPHAN, 2000, p. 29).

E, neste sentido, prevê que novos padrões emergirão, em função do espaço e tempo e dos critérios por estes definidos, considerando as instâncias sociais dos atores que os produzem, na construção das identidades, tradições e dos territórios inerentes (IPHAN, 2000).

Ainda de acordo com o Manual de Aplicação do INRC:

Os objetivos traçados pelo Iphan para o INRC levaram à formulação de um procedimento de investigação que se desenvolve em planos de complexidade crescente [...], prevendo-se a consecução de três etapas sucessivas de pesquisa: a) Levantamento preliminar – mapeamento, reunião e sistematização das principais informações sobre o universo (territorial, geopolítico ou temático) ou bem cultural inventariado, realizado por meio de levantamentos bibliográficos, entrevistas com membros da coletividade estudada e contatos com instituições afins; a partir deste mapeamento geral, seleciona-se o que será identificado; b) Identificação – descrição sistemática e aprofundada do bem cultural selecionado. Com base na aplicação e preenchimento das fichas de identificação (divididas nas seguintes categorias: saberes e ofícios, formas de expressão, celebrações, edificações e lugares), o objetivo desta fase consiste na descrição detalhada das principais características culturalmente relevantes para a compreensão adequada do bem, assim como no diagnóstico de questões ou entraves para a sua reprodução e continuidade; c) Documentação – elaboração de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica; produção de um documento audiovisual com vistas à instrução do processo de registro, e, ainda, a fundamentação do trabalho de inserção das informações reunidas e obtidas nas etapas anteriores no banco de dados do INRC (IPHAN, 2012, p. 8).

O instrumento metodológico também assume a importância do envolvimento “da população local” nos procedimentos a serem adotados e chama a atenção para que a pesquisa produzida possa ser reapropriada pelos atores, indicando que sua ação como política cultural só será efetiva à medida que a população passe a assumi-lo como objeto de interesse na construção de sua memória.

Embora tenha prerrogativas de participação social, o INRC é um instrumento técnico e metodológico de abordagem interpretativista, de caráter eminentemente etnográfico, conforme indica a alínea “c”, do manual, descrita anteriormente. Este caráter fica restrito ao domínio antropológico, tanto na produção, quanto na análise das informações obtidas acerca dos bens culturais. O seu uso e aplicação é de domínio institucional, sendo

necessários procedimentos de permissão e autorização por parte do Iphan, incluindo a comprovação técnica instrucional e um projeto que justifique a sua solicitação de uso, por parte do requerente. A finalidade de aplicação do INRC está associada a uma das etapas de reconhecimento, documentação e registro de um bem cultural, sendo, portanto, uma finalidade associada à política cultural do patrimônio, no âmbito e competência da esfera governamental, podendo alcançar outras esferas da gestão pública e de produções acadêmicas acerca do patrimônio e seus atores sociais.

A partir da *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (UNESCO, 2003), que apresenta novos paradigmas para o campo patrimonial, propõe-se um diálogo com a teoria da ecologia de saberes (SANTOS, 2004). A convenção é fundamental neste debate, pois apresenta o desafio da ruptura hierárquica na patrimonialização dos bens culturais, atribuindo às comunidades uma corresponsabilidade pela definição dos valores a serem reconhecidos pelas políticas patrimoniais. A convenção também argumenta e defende uma noção coletiva, portanto polissêmica, de patrimônio, abarcando os processos locais e a diversidade dos fenômenos que complexificam a dinâmica cultural em nossa sociedade. A convenção traz no artigo 12 o inventário e sua função de assegurar a identificação do patrimônio já como uma ação preliminar para a salvaguarda, de forma que sua produção reflita a polissemia dos territórios e dos seus agentes, considerando, portanto, um ou mais inventários existentes em seu território para fins da salvaguarda. A convenção se dirige aos Estados-partes, ou seja, aos países signatários da referida convenção que aderem e ratificam a mesma. No caso do Brasil, a convenção foi ratificada em promulgada em 2006, através do decreto 5.753 (BRASIL, 2006).

Outro aspecto relevante é acerca dos modos de educação e sensibilização do patrimônio cultural, considerando a sua natureza imaterial (objeto da convenção). O artigo 14 propõe a criação de programas educativos e de formação específica no seio das comunidades, bem como da criação e fortalecimento de atividades de qualificação dos seus agentes no campo da gestão e da pesquisa do bem cultural. O artigo 15 da convenção atenta para a participação ativa das comunidades, grupos e indivíduos, a ser assegurada em todos os processos e atividades da salvaguarda.

Na apreensão da salvaguarda como um conjunto de medidas que assegurem a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, reconhecemos

os processos de identificação, documentação e pesquisa como uma espécie de “tronco”, uma base firme que dependerá de sua semeadura (processos e agentes) e que sustentará as suas múltiplas finalidades de proteção, preservação, promoção e valorização, assim como a transmissão dos saberes relativos ao patrimônio, abarcando seus diferentes aspectos.

Como diálogo propositivo, a ecologia dos saberes, defendida por Boaventura de Sousa Santos, se apresenta como resposta e alternativa às ausências e às emergências sociais, impactadas pela cultura monolítica de produção de conhecimentos, que é aquela instituída pelas forças e culturas dominantes, sobretudo as culturas ocidentais, que subalternizam as relações e os saberes não produzidos na lógica latente da globalização e dos meios hegemônicos de produção do capital, com incidência direta nas culturas e nas diásporas africanas (SANTOS, 2004).

Neste ponto, retomamos o desafio proposto por Severino Ngoenha de desmistificar as africanidades, sendo que esta desconstrução perpassa pelos discursos científicos universais e pela tradição viva, empreendidas no cotidiano e na esfera “local”. O filósofo moçambicano nos propõe um pensar engajado que procura descobrir o conteúdo filosófico do mundo africano que se encontra por trás dos mitos, dos contos populares, das crenças religiosas, dos provérbios e das línguas africanas. Embora esta abordagem se remeta ao contexto do continente africano, trata-se de uma proposta contemporânea dos intelectuais africanos do pós-guerra e reflete as problemáticas atuais da diáspora e suas incidências colonialistas, imperialistas e hegemônicas. Ngoenha e outros autores africanos, como Paulin Hountondji, Alex Kagamé e John Mbiti, citados pelo autor em *Pensamento engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política*, afirmam que o desafio da desconstrução do discurso hegemônico se enlaça aos movimentos de reapropriação dos modos de produção de conhecimentos dos saberes locais, a serem escritos pelos seus atores, ou seja, em primeira pessoa, reassumindo o caráter de porta-vozes de si.

Neste ponto Ngoenha afirma que o movimento da apropriação se baseia numa comunicação que só pode ser frutífera através de sua língua materna. Mesmo que o debate do autor se apresente num contexto histórico e cultural diferente das comunidades da diáspora, ele nos apresenta uma compreensão pertinente com densa contribuição para o entendimento dos

impactos sociais dos agentes de apagamento da memória das matrizes africanas, na perspectiva dos seus protagonistas. Concluindo que o movimento de desconstrução dos mitos hegemônicos “deve ser acompanhado por um processo de re-apropriação metodológica e crítica do que é usualmente proposto como modo de produção do conhecimento local” (NGOENHA, 2011, p. 177). Este movimento se apresenta como condição básica para a produção de saberes em primeira pessoa, refletindo a existência de uma ciência que se torna responsável por refletir os problemas locais específicos.

2 O CANJERÊ IBAÔ: UM SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O Ibaô organizou em 2012 a primeira edição de um seminário nacional sobre patrimônio cultural imaterial, no âmbito e perspectiva dos pontos de cultura locais. A descrição do projeto nos arquivos da instituição consta da seguinte forma:

As principais motivações para este Seminário decorrem dos últimos encontros de capacitação e formação, sob a temática “Patrimônio Imaterial e Culturas Tradicionais”, ocorridas nos Encontros da Rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo (2010 e 2011), o qual a totalidade dos participantes elucidaram inquietações acerca da temática, demonstrando a necessidade de outros momentos e espaços de discussão e construção coletiva, bem como de outros grupos de trabalhos a exemplo do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo da Capoeira (Pró-Capoeira/IPHAN, 2010), e da I Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas Culturais para Povos de Terreiro (2011) (SEMINÁRIO..., 2012)⁴.

Esta foi uma iniciativa de relevância para o debate das políticas públicas para o registro e salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito municipal, debatida em Gama (2016). Esta iniciativa contou com a participação média de 130 pessoas, ligadas a grupos culturais e comunidades tradicionais associados às práticas das matrizes africanas, bem como de outras vertentes culturais, além da participação de gestores públicos das esferas municipal, estadual e federal.

4. Replicado do documento “I Seminário de Patrimônio Cultural Imaterial – Cultura Viva”, 22 a 24 de março de 2012. O documento contém apresentação, justificativa, objetivo, público, metas, programação e proponente, elaborado para a articulação de parcerias institucionais.

Um dos desdobramentos deste encontro foi a articulação da sociedade civil para reivindicar uma política pública municipal, que culminou no interesse e apoio de representantes do poder legislativo – vereadores Gustavo Petta (PCdoB), Pedro Tourinho e Carlão (PT) e Paulo Búfalo (PSOL) – e do executivo – prefeito Jonas Donizete, secretário municipal de Cultura Ney Carrasco e diretor municipal de Cultura Gabriel Rapassi –, envolvendo a Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural por meio da coordenadora Deisy Ribeiro e da técnica em patrimônio imaterial Marcela Bonetti. Esta articulação, que teve a participação incisiva de diversos agentes ligados à cultura, em especial às práticas da cultura popular, culminou na criação de uma lei municipal de registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (CAMPINAS, 2013). Dentre os diversos agentes e grupos, destacamos o envolvimento do Ibaô e da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, ambos interessados e já articulados com a política nacional por meio dos processos de registro e salvaguarda do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira, bem como do Jongo do Sudeste.

O amplo debate e a criação da lei municipal abriram brechas para desencadear processos de reconhecimento, registro e salvaguarda destas expressões no âmbito municipal, acarretando condições específicas de reconhecimento para os agentes e detentores destes patrimônios, que estão em curso. O registro destes bens culturais ocorreu em 13 de dezembro de 2013.

A experiência propositiva deste seminário protagonizado pelo Ibaô nos dá uma pista de como as iniciativas de base comunitária podem articular-se aos meandros políticos da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, da Unesco, e de outros dispositivos legais. O artigo 15 da convenção dispõe sobre a participação das comunidades, grupos e indivíduos que criam e mantêm o patrimônio cultural imaterial, no âmbito das atividades de gestão das políticas de salvaguarda.

Para que os organismos públicos e institucionais envolvam e assegurem a ampla participação dos atores nos processos de identificação, documentação, registro e salvaguarda do patrimônio em questão, é necessário criar instâncias de envolvimento, formação e qualificação dos atores mediante os desafios das políticas culturais. Os desafios vão desde a interpretação dos códigos e dispositivos jurídicos, historicamente criados por um corpo institucional distanciado e à margem das práticas e do cotidiano das comunidades – daí

a necessidade dos espaços de formação e qualificação dos atores sociais – até sua inserção nos processos de pesquisa e produção de conhecimentos acerca dos bens culturais alvo das políticas de reconhecimento.

Entre os desafios também estão a formulação de ações que reconheçam a especificidade das práticas, para que as políticas e as ações sejam condizentes com as demandas reais das comunidades e grupos sociais envolvidos com o patrimônio cultural reconhecido pelas políticas culturais.

A última edição do Seminário de Patrimônio Cultural Imaterial foi em 2014, sendo nomeada “Canjerê patrimonial”. Os desdobramentos e impactos gerados por esta experiência do Ibaô sinalizam a potência de uma ação germinada das bases comunitárias e indicam como a descentralização das políticas culturais afeta os atores sociais interessados na ampla participação social das políticas que atravessam suas práticas locais.

3 O COLETIVO SALVAGUARDA DA CAPOEIRA DE CAMPINAS (CSCC)

O Ibaô foi um agente impulsionador e articulador inicial do coletivo formado por mestres e grupos de capoeira do município, conforme apresenta o seu histórico⁵. Em 2010, integrantes do Ponto de Cultura e Memória Ibaô de Campinas atuaram no processo de mobilização do “Pró-Capoeira – Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira”, ocorridos em Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF). Nesse período, eu atuava também entre os consultores selecionados pelo edital de chamamento do Iphan para trabalhar no programa Pró-Capoeira. Participei do chamamento e fui uma das selecionadas. Como resultado dessa experiência, organizamos diversos encontros e reuniões nos anos de 2010 e 2011, com foco no entendimento das políticas de salvaguarda.

Em 2012, o Ibaô realiza o primeiro Seminário de Patrimônio Cultural Imaterial (citado anteriormente), com o apoio e participação do Iphan, Ministério da Cultura, Instituto de Museus, Programa Mais Educação e ampla participação da sociedade civil e diversos grupos culturais. Nesse ano, os encontros da Salvaguarda se fortaleceram, com a participação mais efetiva dos grupos de capoeira de Campinas, que foram fundamentais para

5. Documento produzido no âmbito do Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas. Disponível em: <http://coletivosalvaguardacapoeiracps.blogspot.com>. Acessado em: 6 set. 2015.

o pedido do registro da capoeira como patrimônio cultural de Campinas junto à Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CSPC), durante a segunda edição do Seminário de Patrimônio Cultural, do Ibaô.

Participaram desta construção inicial: Mestre Maia, Mestre Cícero, Mestre Marquinhos Simplício, Contramestre Danny, Contramestre Topete, Contramestre David e Professor Paulo Bombril. Em 2013 participavam, além destes, Mestre Franja, Mestre Cláudio Dandara, Mestre Formiga, Professora Norma, Professor Zeca, Professora Sinhá e seus(suas) respectivos(as) alunos(as) e colaboradores. Durante o seminário, além da entrega do pedido de registro à CSPC, a Secretaria de Cultura anunciou o projeto de Lei do Patrimônio Imaterial, que foi recentemente votado e aprovado. Com a aprovação da lei, garantimos um mecanismo para que se concretizem ações de apoio para o patrimônio imaterial e, neste sentido, para a capoeira, entre outros segmentos culturais.

Após o histórico apresentado, o coletivo conquistou o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural no âmbito municipal, por meio da mobilização dos mestres e grupos. O processo de registro foi organizado em um dossiê preliminar da capoeira no município, seu histórico, grupos atuantes, fotografias e estudos já realizados acerca do tema. O dossiê, juntamente com um formulário de solicitação de abertura do processo, foi protocolado e endereçado à Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural, que deferiu e deu prosseguimento ao processo.

O registro da capoeira como patrimônio cultural foi votado e aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas no dia 13 de dezembro de 2013⁶.

As considerações analíticas desta experiência reforçam a pista anterior, corroborando a ideia de força política das comunidades culturais. A salvaguarda da capoeira no âmbito das políticas públicas tem desafiado o Estado a encontrar caminhos para que seu registro como Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade se desdobre em ações mais efetivas para seus praticantes e detentores. Dada a extensão territorial e a diversidade social que abrangem o público-alvo das políticas de salvaguarda da capoeira, esta pista sinaliza como os arranjos locais, protagonizados pelos grupos

6. Conforme Ata 427 do Condepacc.

interessados na consolidação da referida política de reconhecimento, podem contribuir para que a descentralização de ações ocorra e como o Estado e a sociedade civil podem, juntos, experimentar possibilidades de avanço e efetivação das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

A patrimonialização da capoeira pelo Iphan foi fundamentada no entendimento de que a prática é uma forma de resistência e de sociabilidade das referências culturais negras, num contexto contemporâneo de apropriação não só da capoeira, como também de outras manifestações do universo afro-brasileiro, a exemplo dos batuques, do samba de roda e do candomblé, por segmentos não negros.

É relevante destacar que os diálogos que realizei com as referências culturais de grupos, mestres, lideranças e comunidades negras que fundamentam seus lugares de fala, na perspectiva das africanidades, contribuíram com a formulação dos questionamentos apresentados e com o entendimento crítico que venho construindo sobre a capoeira como prática social e patrimônio cultural afro-brasileiro. O patrimônio cultural coexiste a partir do ser e suas práticas representativas das expressões culturais, do que o povo considera como representativo de suas identidades, memória e cultura.

No parecer técnico do Iphan, a antropóloga e técnica da instituição, Maria Paula Adinolfi, destaca o entendimento de que o registro e as ações de apoio e fomento à prática da capoeira estão associados ao reconhecimento da ancestralidade negra desta expressão e a pactuação do Estado pela garantia de direitos, como resposta às demandas das populações afro-brasileiras:

Este conjunto de ações constitui uma resposta do Estado brasileiro às demandas sociais por reconhecimento e valorização de práticas culturais de matriz africana e indígena, secularmente excluídas das políticas públicas e que, por um longo período, foram vistas como um estorvo ao projeto civilizatório pautado na ideologia do branqueamento da sociedade nacional. Apenas recentemente, desde o início da década de 1990, em virtude da grande pressão exercida por segmentos da sociedade civil organizada, o Estado tem assumido a tarefa urgente de reverter o quadro da exclusão social de parcela expressiva da população do país (IPHAN, 2008, p. 2).

Aqui direcionamos nosso olhar para o contexto do seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. Seus signos emblemáticos “percorreram do código penal ao patrimônio imaterial”, o que pressupõe

novos desafios na relação dos seus praticantes com o Estado e com a sociedade de forma ampla, convidando este trabalho a tecer considerações acerca da implicação da capoeira na constituição do pertencimento simbólico das africanidades e dos territórios existenciais da cultura negra.

O inventário participativo está sendo adotado pelo Ibaô mediante uma perspectiva de política comunitária no âmbito do patrimônio cultural. O Ibaô atuou na articulação inicial do Coletivo Salva-guarda da Capoeira de Campinas (CSCC) e na proposta de inventariação do Terreiro de Mãe Iberecy, localizado no mesmo bairro em que se encontra o Ibaô. O inventário do terreiro encontra-se na fase preliminar, de mobilização da equipe que irá produzi-lo, tendo realizado no final de 2015 as primeiras conversas com a mãe de santo⁷ Iberecy e com alguns dos filhos e filhas de santo⁸ do terreiro, que demonstraram interesse em participar do processo. Mãe Iberecy faz parte do contexto de criação do Ibaô, já que entre os jovens que organizaram a instituição se encontram alguns dos seus filhos e filhas de santo, além de participar diretamente de algumas das ações e projetos do instituto.

No caso do Coletivo Salva-guarda da Capoeira, o processo de produção do inventário participativo ocorreu em fase experimental e visou dar suporte às formações comunitárias em patrimônio cultural e salva-guarda da capoeira, bem como subsidiou a elaboração coletiva de um Inventário Participativo da Capoeira de Campinas, do qual participaram integralmente 14 grupos da cidade (ou seja, 20% de um universo de mais ou menos 50 grupos locais). O processo foi composto por duas ações que articularam rodas de debates e as etapas de construção do inventário participativo, pensadas como ações necessárias à futura elaboração do Plano de Salva-guarda da Capoeira de Campinas, que possibilitaram uma qualificação dos capoeiristas no debate sobre políticas públicas e outras temáticas importantes para o contexto atual da capoeira, bem como foi produzido um documento consistente com a

7. Nome popular destinado às zeladoras espirituais nas religiões de matriz africana. A expressão é oriunda da palavra iorubá *iyalorixá* (*iyá*/mãe, *orixá*/divindade) para as nações do candomblé de ketu-nagô, para as nações bantu/Angola se diz *mameto* ou *nengua*, para as nações do candomblé jêje se diz *doné*. Outras variações podem ser encontradas a depender da nação e tradição praticada pelo terreiro.

8. Nome designado aos adeptos da religiosidade de matriz africana. Refere-se às pessoas que são cuidadas e zeladas espiritualmente por uma mãe ou pai de santo.

realidade dos grupos do município. Estas informações foram produzidas pela capoeirista e integrante do CSCC, Profa. Dra. Simone Gibran Nogueira, sistematizadas no Relatório Parcial do Projeto “Iê Camarás! Oficinas de formação e elaboração coletiva do Plano de Salvaguarda da Capoeira”.

Em 2013 foi sancionada em Campinas a Lei 14.701, referente ao registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Após essa lei, a capoeira e o jongo foram reconhecidos e registrados como bens imateriais da cidade pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), por meio de processos mobilizados pelos grupos sociais detentores destes bens. O Coletivo de Salvaguarda da Capoeira de Campinas foi constituído em 2010, com articulação inicial do Ibaô, tendo sido apropriado por diversos grupos de capoeira que passaram a protagonizar diversas ações. O coletivo vem acompanhando, assessorando e produzindo ações de diversas naturezas que contribuem para o andamento desses processos de valorização do patrimônio imaterial, sobretudo, com ênfase na articulação dos detentores da capoeira, ou seja, grupos, entidades e associações formais ou não formais de praticantes.

Seguindo orientações metodológicas propostas Iphan, depois que um bem imaterial é registrado, é necessária a elaboração de um plano de salvaguarda dele. O CSCC aproveitou a oportunidade do Edital do Fundo de Investimentos Culturais de Campinas (FICC) 2014/2015 para preparar, organizar e planejar um processo comunitário para a elaboração e produção local do Plano de Salvaguarda da Capoeira, incorporando as orientações de produção de um inventário de referências culturais que subsidiarão as recomendações do plano. Esse processo comunitário foi orientado por diretrizes de autogestão, autoformação e construção coletiva, portanto, dentro de uma perspectiva comunitária. O edital forneceu parte do suporte financeiro necessário para a operacionalização das ações comunitárias autogestórias, bem como para autoformação dos detentores e grupos de capoeira da cidade, e para a produção coletiva de uma Inventário Participativo da Capoeira de Campinas com 20% dos grupos locais representados.

4 METODOLOGIA PARTICIPATIVA DO PROJETO “IÊ CAMARÁS OFICINAS DE FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO COLETIVA DO PLANO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA

O Edital FICC 2014/2015 financiou atividades entre março e dezembro de 2015, que consistiam em encontros mensais com dois momentos distintos e complementares. Na primeira parte das reuniões ocorriam as formações coletivas para Salvaguarda da Capoeira. Cada encontro era mediado por dois componentes do CSCC, que estudavam um dos temas de interesse já selecionados no momento da elaboração do projeto e compartilhavam com o coletivo. Os apresentadores tinham 30 minutos para expor a temática e após esta apresentação todos os participantes debatiam por cerca de 40 minutos.

Na segunda parte das reuniões, o CSCC apresentava, debatia e orientava todos os grupos participantes para a produção coletiva do Inventário Participativo da Capoeira de Campinas. Esse debate foi baseado no *Manual de Aplicação da Educação Patrimonial / Programa Mais Educação* e seus formulários correspondentes, produzidos pelo Iphan e adotados como subsídio para a construção de Inventários Participativos. Com base neste material, elaboramos nove perguntas para os grupos de capoeira responderem:

- O que é capoeira?
- Onde está a capoeira?
- Quais os períodos importantes da capoeira?
- Qual é a história da capoeira?
- Quais os significados da capoeira?
- Quais as etapas da capoeira?
- Quais pessoas participam da capoeira?
- Que materiais são utilizados na capoeira?
- Quais produtos gerados na capoeira?

Ao longo dos meses, cada grupo preencheu o formulário disponibilizado on-line conforme seu próprio entendimento e dos debates coletivos. Os 14 grupos participantes do processo responderam completamente as questões, foram eles:

Grupo Crispim Menino Levado
Escola de Capoeira Angola Resistência

Grupo Arte Cultural
 Grupo Semente do Jogo de Angola
 Grupo Cordão de Ouro
 Grupo Mestiço de Capoeira
 Grupo Senzala
 Grupo Ibeca
 Grupo Abaeté
 Fundação Internacional Capoeira Artes das Gerais
 Escola de Capoeira Ubuntu
 Academia João Pequeno de Pastinha
 Grupo Raízes do Brasil
 Grupo Beira Mar

Após o preenchimento completo pelos grupos participantes, todas as perguntas foram sistematizadas em um único relatório, que é o próprio Inventário Participativo da Capoeira de Campinas, resultado do processo de fortalecimento do coletivo e como subsídios que orientarão a elaboração de um plano de salvaguarda da capoeira (Quadro 1).

QUADRO 1
Cronograma de realizações.

Mês	Temática	Responsáveis	Etapa inventário
Março	Planejamento		
Abril	Políticas públicas culturais	Mestre Marquinhos Dani Vieira	O que é? Onde está? Períodos importantes
Maio	Políticas públicas de educação	Simone Nogueira	História
Junho	Esporte e lazer	Mestre Topete e Nádia Sim	Significados
Julho	Internacionalização	Contramestre Danny e Prof. Macena	Descrição Etapa/ processos envolvidos/ materiais
Agosto	Patrimônio cultural	Contramestre David e Alessandra Gama	Descrição: Produtos e suas caracterizações Roupas e acessórios Expressões culturais
Setembro	Profissionalização	Tânia de Paula e Ana Paula	Descrição: Expressões orais / objetos impor- tantes / estruturas necessárias
Outubro	Gênero e identidade	Alessandra Gama	Avaliações e recomendações
Novembro	Sistematização	Simone Nogueira	Sistematização

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atores ligados às expressividades culturais negras têm se reinventado por meio das agendas políticas, em consonância com os diferentes grupos e movimentos sociais, em resposta às investidas sistêmicas de silenciamento expropriação cultural e apagamento das memórias das matrizes africanas, pelas sociedades dominantes, assim como têm ressignificado suas formas de expressão cultural com engajamento político.

Canjerê é uma palavra de origem africana, advinda das línguas e vocabulários do povo banto. Banto é o termo designado para identificação dos grupos de línguas e dialetos africanos falados entre as civilizações de Angola, Congo, Cabinda, Benguela, Moçambique e outros povos originários da costa oriental africana (LOPES, 1999). Para Nei Lopes (1999), as línguas bantas são formadas por dialetos de cerca de 18 etnias, referidas em sua obra *Dicionário Banto do Brasil*. A palavra canjerê era muito utilizada no passado, com sentido de reunir pessoas ligadas aos cultos africanos para a realização das práticas litúrgicas, denominadas no período colonial de feitiçarias. Também podia traduzir as práticas de danças dos negros, consideradas profanas por influência do catolicismo, mas que, ao contrário, eram uma prática social expressiva, comunicativa e ancestral por parte dos seus detentores.

Para explicar a origem do termo canjerê, o *Dicionário Banto do Brasil* (Lopes, 1999) se fundamenta na palavra originária *njele*, que significa cabaça cheia de pequenos objetos, usada em situações rituais para limpeza de corpos e expurgação de espíritos ruins. Outra referência da obra são os termos *nkengele* (quicongo), que significa rodopiar, girar; e *khongela* (ronga), adorar, orar, rezar. Para finalizar os aspectos sobre sua origem, a palavra pode ainda ter sofrido influência de “canjira”, sendo, portanto, fortemente associada ao conjunto de danças rituais dos terreiros de matriz africana (LOPES, 1999). Em nossa concepção, a cabaça cheia de pequenos objetos resulta de um inventário participativo, composto a partir da ressonância dos agentes e instituições interessadas na salvaguarda deste patrimônio cultural.

Neste artigo, a palavra imprime através de seu peso e sentido o desejo de reunir aos seus aspectos do passado uma atualização das práticas, agora associada a um debate acadêmico, num movimento de expansão dos lugares em que desejamos fazer o nosso canjerê. Nosso, pois é um movimento de ressonância de outros, já iniciados, percorridos, vivenciados. Nosso, pois

traduz o sentido da coletividade, tanto no âmbito das africanidades desta experiência, quanto dos demais trabalhos que já abordaram estas temáticas no restrito espaço acadêmico.

Nosso canjerê deseja enfeitiçar, em reciprocidade, uns aos outros e a vida, entorpecendo-nos pelos sentidos afetivos e sociais das potencialidades educativas e pela afirmação das africanidades, contidas e expressas nas práticas e culturas negras. Habitar um território existencial formado pelas africanidades tem sido fazer um canjerê, envolvendo as dimensões simbólicas como meio para a criação de territórios férteis, na construção de espaços e experiências contra-hegemônicas.

Sobre a reflexão metodológica, falar do que nos é familiar é tão difícil e complexo como falar do que nos é estranho. O exercício é, portanto, olhar para o que nos é familiar buscando estranhamento do que nos é cotidiano, como meio para a captura das possibilidades de compreender e ativar transformações que percebermos necessárias. Este artigo engloba aspectos da pesquisa que fundamentou a dissertação de mestrado *Canjerê: uma performance cartográfica em patrimônio cultural, educação e africanidades*, defendida em fevereiro de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha Educação, Comunidade e Movimentos Sociais.

Embora não resulte de um estudo restrito ao campo antropológico, implicou-se uma imersão no campo simbólico habitado, gerando modos de apreensão do real, como nos chamou a atenção o antropólogo Clifford Geertz (1989a, 1989b). A transcrição (MEIHY, 2000) para a escrita daquilo que se olha, ouve, vive e sente é um desafio tanto para o campo de estudos antropológicos quanto para as demais ciências e referências teórico-metodológicas de pesquisa. E foi neste sentido que o trabalho investiu na articulação e diálogo com diferentes perspectivas de debate nas ciências sociais e humanas, numa tentativa de enriquecimento das abordagens propostas.

As ciências sociais, em especial a antropologia brasileira, dedicaram suas bases de investigação nos estudos das populações e grupos originários, dominados, mais explorados e oprimidos, durante muitos anos (VELHO, 2003) e, neste sentido, nosso entendimento é que as pesquisas ainda refletem os olhares externos e conseqüentemente os das relações estratificadas, das bases superiores sobre as instituídas bases inferiores. A superação desses posicionamentos só

pode ocorrer na reversão dessas práticas, acadêmicas ou não, que continuam a narrar a “história dos vencedores por eles próprios”, num movimento que agregue as lutas pela reconstrução dos discursos e das práticas acadêmicas pela via dos que ocupam os outros lugares, que não são os dominantes.

As multidimensionalidades que afetam a apreensão dos sentidos subjetivos na ação dos sujeitos requerem modos de aprendizagem destes sentidos, portanto formas de ver, ouvir e escrever sobre os fenômenos sociais (OLIVEIRA, 2006) que se posicionam no mundo e com características e símbolos particulares, restritos no sentido de quem os compreende, como e em quais circunstâncias elas são compartilhadas com aqueles que não habitam seus territórios.

É com estes pressupostos, da necessidade de superação da escrita dos dominantes sobre os dominados e dos modos de transcrição dos sentidos e subjetividades que só podem ser apreendidas à medida que habitamos o território existencial dos sujeitos, que a dissertação pôde ser realizada, tendo como parâmetros as referências teóricas, o tempo de curso de dois anos da pós-graduação *stricto sensu* em Educação da UFSCar e as disciplinas cursadas na linha Educação, Comunidade e Movimentos Sociais, em diálogo com as referências específicas do microterritório desta pesquisa.

Outra pista que seguimos foram os transcurros da “negação global ao reconhecimento singular e específico das africanidades” (FANON, 1969, p. 39, tradução nossa), com isto, entre os atos de observar, participar e escrever, a dissertação cartográfica articulou também o agir, operando um tipo de pensamento que reflete uma pesquisadora negra, problematizando os impactos de uma cultura aprisionada e estrangulada pela “canga da opressão” (FANON, 1969, p. 38, tradução nossa). Falar da cultura, em modos singulares, é falar também de um modo mais amplo de significação do que é dominante numa estrutura social, bem como criar estranhamento nas bases oprimidas, para que possamos intervir nos cursos destes rios, transpondo suas águas de um modo mais justo e equânime para os grupos sociais e as comunidades que nelas se banham, sobretudo, escolherem um modo de viver.

A proposta da dissertação tinha como objetivo acompanhar os processos educativos de uma experiência de base comunitária e analisar como e em que circunstâncias a prática das expressões culturais afro-brasileiras desta experiência podem contribuir para a construção de novos territórios existenciais.

Concluo que foi possível acompanhar um denso processo, revelando seu caráter pedagógico e educativo multifacetado, em que as referências culturais africanas, que convencionamos considerar como “africanidades” adentram a experiência como um elemento constitutivo das subjetividades em construção. A experiência de criação do Ibaô e o diálogo com o inventário participativo mostram como a adoção de estratégias articuladas tornou uma ação capaz de dinamizar e disseminar múltiplos ensinamentos sobre as formas de existir e assentar as territorialidades da negritude neste processo.

Com a pesquisa também foi possível debater sobre as hostilidades e dificuldades sociais que afetam a singularidade e a construção identitária na perspectiva das africanidades. Foi possível analisar e concluir que o debate necessita ser precedido por inquietações que nos ativem formas de detecção e identificação das problemáticas sobre o racismo, para agir no enfrentamento dos seus componentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em 21 fev. 2016.

CAFÉ com leite. Direção: Guiomar Ramos. São Paulo: [s. n.], 2007. 1 vídeo (32 min), son., color. Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=cafe_com_leite16994. Acesso em: 18 fev. 2016.

CAMPINAS. *Lei nº 14.701, de 14 de outubro de 2013*. Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Campinas, SP: Câmara Municipal, 2013.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CONVENÇÃO para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial In: UNESCO. 32ª. Sessão da Conferência Geral das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris: UNESCO, 2003.

CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FANON, Frantz. *Pour la révolution africaine*. Paris: Maspero, 1969.

GAMA, Alessandra Regina. *Canjerê: uma performance cartográfica em educação, patrimônio cultural e africanidades*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Koogan, 1989a.

GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989b.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HAMPATÊ, Bâ A. *Les religions traditionnelles comme source de valeurs de civilisation*. Paris: Présence Africaine, 1972.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Referências Culturais*: manual de aplicação. Brasília, DF: Iphan, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Os sambas, as rodas, os bumbas os meus e os bois*: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 2. ed. Brasília, DF: Iphan, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Terreiros do Distrito Federal e entorno*: Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, DF: Iphan, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Processo nº 01450.002863/2006-80. Parecer nº 031/08. Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*. Salvador, 7 fev. 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20Capoeira.pdf>. Acesso em: 11/11/2019.

LIMA, Alessandra Rodrigues de. *Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. 152 f.

LOPES, Nei. *Dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.

MEIHY, José Carlos S.B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

NGOENHA, S. E.; CASTIANO, J. P. *Pensamento engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política*. Maputo: Educar, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PARÊS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: religião e política na primeira república*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CULTURA VIVA, I., 2012, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Museu Ibaô, 2012.

SILVÉRIO, V. R. (Org.) *Síntese da Coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.